



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADOLFO DE LUNA MATIAS

**ANÁLISE DO GRAU DE ESPESSURA DA POLÍTICA PÚBLICA: Uma análise
comparativa entre as cidades de Campina Grande e João Pessoa/ PB**

Campina Grande – PB

2019

ADOLFO DE LUNA MATIAS

ANÁLISE DO GRAU DE ESPESSURA DA POLÍTICA PÚBLICA: Uma análise comparativa entre as cidades de Campina Grande e João Pessoa/ PB

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento as exigências da instituição para a titulação de mestre pelo discente.

ORIENTADORA:

Prof^ª. Dra. Waleska Silveira Lira

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M433a Matias, Adolfo de Luna.
Análise do grau de espessura da política pública [manuscrito] : uma análise comparativa entre as cidades de Campina Grande e João Pessoa/PB / Adolfo de Luna Matias. - 2019.
101 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Waleska Silveira Lira, Departamento de Administração e Economia - CCSA."
1. Desenvolvimento econômico. 2. Justiça social. 3. Política pública. 4. Desenvolvimento regional. I. Título
21. ed. CDD 361.25

ADOLFO DE LUNA MATIAS

ANÁLISE DO GRAU DE ESPESSURA DA POLÍTICA PÚBLICA: Uma análise comparativa entre as cidades de Campina Grande e João Pessoa/ PB

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento as exigências da instituição para a titulação de mestre pelo discente.

Aprovada em 24 de abril de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Waleska Silveira Lira
Prof.ª Dra. Waleska Silveira Lira
Universidade Estadual da Paraíba
Orientadora

Hermes Alves de Almeida
Prof. Dr. Hermes Alves de Almeida
Universidade Estadual da Paraíba
Examinador

Ricardo Schmidt Filho
Prof. Dr. Ricardo Schmidt Filho
Universidade Federal de Campina Grande
Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãos, amor e amigos que me acompanham infundavelmente nesta vida...

AGRADECIMENTOS

Em toda minha jornada acadêmica tive presenças que jamais serão esquecidas, entre elas minha família Luna Matias, minha grande inspiração para buscar o conhecimento nesse vasto universo, meu irmão Allison Matias, a você agradeço por acender minha chama de pesquisador, agradeço também aos meus pais, Martim e Anunciada, por toda minha criação, educação e caráter que aprendi, e também a minha irmã Mayrlla, por todos eles vivi e vivo feliz amando.

Outro agradecimento que deixo é para os amigos que a vida me trouxe, Renan Bruno, compartilhando minhas angustias e felicidades com você, noites e dias, problemas e aventuras que tivemos e teremos na vida, meu coração está no seu sorriso, te amo. E também aos meus novos familiares, Dona Socorro, minha querida sogra e também ao meu irmão mais novo que a vida me presenteou, Sérgio Aduato, para vocês fica todo meu agradecimento e desejo de felicidade do mundo.

Não posso deixar de falar das minhas grandes amigas que são meus pilares e desabafos de vida, Thamara Guimarães, Honyara Alves e Larissa Guimarães, vocês fazem meus dias mais alegres e também os mais debochados de todos, obrigado por tudo. E falando em deboche tem Roberta, minha futura advogada e amiga das risadas mais loucas, a você muito obrigado.

Esse espaço deixo reservado aos meus amigos, Henrique, Hélio e Tarcísio, que nas loucuras do dia a dia são os meios ao qual recorro para desabafar ou pedir sugestões, sem vocês eu poderia tomar caminhos errados e duvidosos. E nesses caminhos tem as *lanes* ao qual divido risos e brincadeiras nos jogos com meu amigo Alan Bezerra, a você muito obrigado.

Além desses tem os amigos que das universidades, estágios e dos trabalhos que já tive na vida, fiz amizades. Iapueve Tavares e Bianca Oliveira, obrigado por todo investimento em risadas e *stops* de rendimento que tivemos, momentos desesperadores foram e se seguirmos esta carreira ainda serão. Para a amiga Fernanda Barbosa também que deste curso tiramos muitas risadas e desespero, além de professores, orientadores, colegas, e a CAPES por tornarem esta pesquisa possível, além disso, agradeço as demais pessoas que a vida me apresentou e apresentarão nas amizades e caminhos, que possamos compartilhar alegrias e amor, e respeito, a todos vocês, meu muito obrigado.

“O tempo é apenas um conceito, e a primeira coisa a desaparecer...”

EPICA

RESUMO

A abrangência de uma política pública pode impactar diretamente no desenvolvimento econômico de cidades, estados e países. A delimitação correta dessa abrangência favorece no fornecimento correto de recursos e número de serviços, gerando resultados eficientes. Todavia a não identificação de alvos e objetivos da política, resulta em políticas ineficientes. Nesse cenário, a pesquisa adotando a premissa de que as cidades de Campina Grande e João Pessoa são influentes no processo de desenvolvimento local, toma como problema a necessidade de identificação de alvos e objetivos, com a finalidade de mensurar o tamanho das políticas nessas cidades. Assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar qual a espessura da política pública para permitir o desenvolvimento de políticas eficientes. Para isso foi realizado um diagnóstico comparativo das cidades e aplicou-se um modelo de espessura de políticas públicas, o que possibilitou a análise em ambas as cidades. Metodologicamente, a espessura da política pública foi definida através do coeficiente de homogeneidade (dispersão) por bairros em variáveis de renda, saúde, educação, habitação dentre outras, que foram coletadas e aplicadas em software de análise geoespacial. Observou-se que Campina Grande e João Pessoa de fato apresentam influência na dinâmica socioeconômica do estado da Paraíba, ambas detém 33% de suas variáveis similarmente homogêneas enquanto 67% são similarmente heterogêneas, sendo possível aplicar similarmente em ambas as cidades políticas espessas ou finas, até com certo grau de focalização, tornando a política mais eficiente no sentido dos objetivos traçados.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Justiça social. Política pública.

ABSTRACT

The size of a public policy may directly impact the economic development of cities, states and countries. The correct delimitation of this size favors the correct provision of resources and number of services generating efficient results. However failure to identify policy goals and objectives results in inefficient policies. In this situation this research adopting the premise that the cities of Campina Grande and João Pessoa are influential in the local development process, takes as a problem the need to identify targets and objectives, in order to measure the size of policies in these cities. This way the research had as general objective to analyze the size of the public policy to allow the development of efficient public policies. For this, a comparative diagnosis of the cities was carried out and a size model of public policies was applied, which made possible the analysis in both cities. Methodologically, the size of the public policy was defined by the coefficient of homogeneity (dispersion) by neighborhoods in variables of finances, health, education, housing, among others, which were collected and applied in geospatial analysis software. It was observed that Campina Grande and João Pessoa indeed have an influence on the socio-economic dynamics of Paraíba state both of which have 33% of their similarly homogeneous variables, while 67% are similarly heterogeneous, being it possible to apply similarly in both cities with a certain degree of focus, making the policy more efficient in the direction of the objectives outlined

Keywords: Development. Social justice. Public policy

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA	AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAIBA
CVP	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO DE PEARSON
FIEP	FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIAS DA PARAÍBA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDHM	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
INPE	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
ODM	OBJETIVOS DO MILÊNIO
ODS	OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIN	POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL
PMCG	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
PNDR	PROGRAMA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SIDRA	SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA
SIG	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões da Política pública	20
Quadro 2 – “Do antigo ao novo desenvolvimentismo – Políticas macroeconômicas”	31
Quadro 3 – Resumo das variáveis do desenvolvimento socioeconômico.....	49

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxo da Política pública	21
Figura 2 – Localização espacial dos municípios de Campina grande e João Pessoa	45
Figura 3 – Região de influência de Campina Grade e João Pessoa	45
Figura 4 – Sede Municipal e Divisão de bairros de Campina Grande (2010).....	47
Figura 5 – Sede Municipal e Divisão de bairros de João Pessoa (2010).....	48
Figura 6 – Modelo de desenvolvimento de análise geoespacial e estatística no TerraView®	52
Figura 7 – Frequência absoluta populacional (total e gênero) de Campina Grande.....	59
Figura 8 – Frequência absoluta populacional (total e gênero) de João Pessoa.....	60
Figura 9 – Frequência absoluta de domicílios por bairros e por tipo de domicílio: Campina Grande .	62
Figura 10 – Frequência absoluta de domicílios por bairros e por tipo de domicílio: João Pessoa	63
Figura 11 – Frequência absoluta de domicílios e Forma de Abastecimento de Água: Campina Grande	65
Figura 12 – Frequência absoluta de domicílios e forma de abastecimento de água:	66
João Pessoa	66
Figura 13 – Frequência absoluta de domicílios e Esgotamento Sanitário:.....	68
Campina Grande	68
Figura 14 – Frequência absoluta de domicílios e esgotamento sanitário:	69
João Pessoa	69
Figura 15 – Frequência absoluta de domicílios e presença de Energia Elétrica:.....	71
Campina Grande	71
Figura 16 – Frequência absoluta de domicílios e presença de energia elétrica: João Pessoa	72
Figura 17 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar e Frequência absoluta de domicílios com rendimento: Campina Grande	74
Figura 18 – Rendimento nominal médio mensal domiciliar e Frequência absoluta de domicílios com rendimento: João Pessoa	75
Figura 19 – Rendimento nominal médio mensal de pessoas acima de 10 anos de idade e frequência absoluta de pessoas com rendimento: Campina Grande	76
Figura 20 – Rendimento nominal médio mensal de pessoas acima de 10 anos de idade e frequência absoluta de pessoas com rendimento: João Pessoa.....	78

Figura 21 – Frequência absoluta de pessoas acima de 10 anos de idade total e alfabetizados: Campina Grande.....	80
Figura 22 – Frequência absoluta de pessoas acima de 10 anos de idade total e alfabetizados: João Pessoa	81
Figura 23 – População Idosa (60 anos ou mais) distribuída nos bairros de Campina Grande.....	83
Figura 24 – População Idosa (60 anos ou mais) distribuída nos bairros de João Pessoa	84
Figura 25 – Aplicação de dados no Microsoft Excel®	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Estado, Sociedade civil e Política Pública	16
2.2 Desenvolvimento Econômico e a Questão Regional	23
2.3 Planejamento de políticas e o Estado de bem-estar social	34
2.4 Descentralizações e espessura da política pública: universalização ou focalização	37
3 MATERIAS E MÉTODOS	44
3.1 Caracterização do objeto de Estudo.....	44
3.1.1 A cidade de Campina Grande	46
3.1.2 A cidade de João Pessoa	47
3.2 Coleta de Dados	48
3.3 Aplicação dos Dados	50
3.3.1 Ferramentas Instrumentais.....	50
3.3.2 Caracterização do TerraView®	51
3.4 Coeficiente de Homogeneidade	53
3.5 Grau de Espessura da Política Pública.....	54
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
4.1 Frequência populacional (total e gênero) nas cidades.....	59
4.1.1 Frequência populacional de Campina Grande	59
4.1.2 Frequência populacional de João Pessoa	60
4.2 Composição territorial de domicílios.....	61
4.2.1 Composição de domicílios: Campina Grande.....	61
4.2.2 Composição de domicílios: João Pessoa.....	62
4.3 Abastecimento de água:.....	64
4.3.1 Abastecimento de água: Campina Grande	64
4.3.2 Abastecimento de água: João Pessoa	65
4.4 Domicílios com Esgotamento Sanitário	67
4.4.1 Domicílios com Esgotamento Sanitário: Campina Grande	67
4.4.2 Domicílios com Esgotamento Sanitário: João Pessoa.....	68
4.5 Domicílios com Energia Elétrica.....	70
4.5.1 Domicílios com Energia Elétrica: Campina Grande	70
4.5.2 Domicílios com Energia Elétrica: João Pessoa	71
4.6 Domicílios com rendimento domiciliar	72
4.6.1 Domicílios com rendimento domiciliar: Campina Grande	72
4.6.2 Domicílios com rendimento domiciliar: João Pessoa	74
4.7 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento	76
4.7.1 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento: Campina Grande	76
4.7.2 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento: João Pessoa	77
4.8 Pessoas Alfabetizados acima de 10 anos	78

4.8.1 Pessoas alfabetizadas acima dos 10 anos: Campina Grande	78
4.8.2 Pessoas alfabetizadas acima dos 10 anos: João Pessoa	80
4.9 População Idosa.....	82
4.9.1 População Idosa: Campina Grande.....	82
4.9.2 População Idosa: João Pessoa.....	83
4.10 Análise Comparativa Geral	84
CONCLUSÕES	88
REFERÊNCIAS	92
ANEXOS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do Estado e da sociedade civil, a relação entre esses dois fenômenos humanos, tem provocado transformações estruturais e conjunturais na esfera social, política e econômica nos diversos países. Um dos motivos se dá pelo acúmulo de riquezas e demais recursos, gerando uma busca sem fim por um progresso historicamente idealizado.

A formação de uma sociedade civil que luta por direitos frente ao Estado, tem gerado um número imenso de questões sociais a serem resolvidos. Nesta perspectiva, as políticas públicas se inserem como um conjunto de respostas que buscam atender as demandas do interesse da sociedade, e elas surgem em sociedades nas quais a opinião popular participa do processo de desenvolvimento.

O Estado tem em sua estrutura um aparelho gestor que se utiliza de políticas públicas para responder questões sociais, portanto é através dessas políticas que o Estado se apresenta no cotidiano da sociedade civil. Assim, a política pública é uma expressão pública de poder do Estado e também daqueles que dele o constituem.

Assim, torna-se necessário a qualquer gestor que vise promover políticas públicas, observar quais são as demandas mais recorrentes, e que possibilitem um atendimento mais eficiente ao interesse social e econômico dos indivíduos. Porém, nem todas as demandas serão atendidas devido à escassez dos recursos, o que torna fundamental um critério de seleção bastante adequado e eficaz para atender tais interesses.

Em áreas com maior concentração urbana e produtiva, é comum que demandas sociais sejam colocadas de forma dispersa, e a decisão de promoção de políticas públicas tornasse mais difícil devido a limitação de recurso. Nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, no estado da Paraíba, consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como capitais regionais de influência para as demais cidades da região, o número de questões sociais são recorrentes e a promoção de políticas públicas afeta toda uma região com grande concentração urbana e rural, e também de diversificada produção econômica.

A importância urbana e socioeconômica de ambas as cidades para região do nordeste e região local da Paraíba podem ser encontradas em pesquisa como a dos estudos “Paraíba no contexto nacional, regional e interno” de Mendes et al. (2012); “Paraíba” de Silva (2014); Perfil socioeconômico da Paraíba da Federação de Indústrias da Paraíba – FIEP (2010); e o relatório do perfil socioeconômico de Campina Grande também da FIEP (2005). Assim, baseado nesses componentes relativamente significantes para o desenvolvimento nacional,

regional e interno, as cidades de Campina Grande e João Pessoa foram escolhidas como objeto de estudo desta pesquisa.

Além desses estudos já realizados de ambas as cidades, a introdução ao pensamento de Estado, sociedade civil e desenvolvimento torna-se fundamental ao debate das questões aqui propostas a debate, e neste cenário a pesquisa contará com autores como Bresser-Pereira (2008), Arretche (1995), Brandão (2011), Draibe (1993), Furtado (1974), e outros que contribuem na formulação desses conceitos.

No entanto, o arcabouço teórico na literatura acadêmica da política pública limita-se na maioria dos casos a estabelecer formas de realizar políticas a um modelo genérico negligenciando especificidades locais, regionais e nacionais, limitando apenas na idealização e a realização plena da política. Em outro extremo estão os relatórios técnicos dos diagnósticos que apenas se limitam a caracterizar as regiões não estabelecendo formas de realizar políticas nessas regiões. Assim, este estudo se insere em um cenário pouco explorado em juntar a literatura acadêmica, de como promover uma política pública a um diagnóstico socioeconômico, gerando um campo hipotético do modelo de política a ser tomado pelo gestor de acordo com a informação obtida.

Além disto, esta pesquisa fornece aos estudiosos da sociedade acadêmica, uma dimensão dos aspectos populacionais das cidades de Campina Grande e João Pessoa, contribuindo para uma análise de como são as condições de educação, saúde e renda dos habitantes, contribuindo assim não só para a sociedade civil como para qualquer instituição de ensino, levando o conhecimento para elaborar estudos e desenvolver políticas próprias, melhorando a relação de envolvimento social entre a sociedade acadêmica e sociedade civil.

A baixa informação de grupos e/ou regiões, pode gerar políticas ineficientes impossibilitando o desenvolvimento local e regional, assim gestores necessitam definir a espessura de sua política, isto é o seu tamanho (seja por regiões; grupos; número de indivíduos; quantidade de serviços ofertados; e etc.). Quanto mais espessas seriam as políticas, maior seria a tendência no uso de recursos financeiros. Já o oposto seriam políticas mais finas e até mesmo políticas focalizadas, contribuindo no atendimento direto de determinada demanda, e provavelmente reduzir recursos financeiros.

Nesse cenário, Campina Grande e João Pessoa são as cidades com os maiores graus dinâmicos no cenário socioeconômico local da Paraíba, o que permite a este estudo indagar-se de acordo com os diagnósticos socioeconômicos comparativos das cidades quais seriam as espessuras de políticas públicas mais adequadas aos gestores públicos no desenvolvimento local e regional?

Este estudo parte da premissa de que as cidades de Campina Grande e João Pessoa embora detenham topografia e zoneamentos específicos, apresentam conjuntamente características socioeconômicas similares contribuindo de forma dinâmica no processo do desenvolvimento local, e assim necessitam de políticas públicas eficientes, com a finalidade de obter melhores resultados no seu processo de desenvolvimento.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o grau de espessura da política pública, de acordo com o comparativo de diagnósticos socioeconômicos apresentadas pelas cidades de Campina Grande João Pessoa, na finalidade de observar formas eficientes na promoção de políticas públicas para o desenvolvimento da região.

Quanto aos objetivos específicos são:

- Realizar o diagnóstico socioeconômico das cidades de Campina Grande e João Pessoa, levantando dados de educação; habitação; renda; saúde; segurança entre outros.
- Aplicar sobre esses dados socioeconômico das cidades, o modelo de espessura da política pública de acordo com o do grau de dispersão das variáveis apresentados pela ferramenta *Terraview*[®];
- Analisar de forma comparativa entre as cidades, os resultados do grau de espessura da política pública adequada em cada variável, com a finalidade de promover políticas públicas mais eficiente para o desenvolvimento da região.

Além desta introdução, a pesquisa detém mais quatro seções, a primeira trata-se a da literatura construtiva e pertinente ao problema/questão aqui levantado, a segunda seção trata dos aspectos metodológicos que foram aplicados para obtenção dos dados da pesquisa e na terceira seção tem-se a apuração dos resultados da pesquisa, por fim são feitas as conclusões da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Estado, Sociedade civil e Política Pública

Toda a transformação no decorrer da história do homem, desde sua vida nômade, até sua vida sedentária, proporcionou a formação das sociedades que atualmente se encontram em um grau civilizatório cada vez mais dinâmico e rápido. Todavia, essas transformações causaram o surgimento de um fenômeno que pode ser considerado hoje como um efeito e consequência da existência das sociedades, o Estado. Daí que, “A instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas ou modernas, é o estado (*sic*). Ele está localizado no cerne tanto das duas principais instituições político-territoriais da antiguidade – a cidade-estado e o império – como nos modernos estados-nação” (BRESSER – PEREIRA, p. 1. 2008).

Weber (2004) define Estado, como um grupo comunitário de humanos que detêm o monopólio do uso legítimo da força em um determinado território, exercendo uma hegemonia de poder entre os homens em si. Se observado de forma mais lógica, compreende-se que esse domínio hegemônico entre si não só está presente na coerção física, pois pode dizer “que Estado é o nome que damos aos princípios ocultos, invisíveis – para designar uma espécie de *deus absconditus* – da ordem social, e ao mesmo tempo de dominação tanto física como simbólica, assim como da violência física e simbólica” (BOURDIEU, p. 39.2002).

Nesse sentido, o Estado é nas sociedades modernas e mais contemporâneas uma presença mantenedora da ordem e dos organismos burocráticos e sociais, sendo um ente ubíquo e por mais questionável que seja, segundo Bourdieu (2002) todos são coagidos de forma legitimada pelo Estado, por simplesmente elementos como o ato de estudar, escrever, dormir ou até mesmo um anarquista ir protestar em um determinado horário contra o Estado, já possui sua presença e assim sua coerção legitimada. Segundo Mendonça (1996), este seria o seu *modus operandi* (modo que se opera), na qual a violência torna-se naturalizada e parte para não coagir de forma física, mas sim a integridade de indivíduos e grupos em sua participação cultural.

Na ótica marxista como demonstra Engels (1983) o Estado não é colocado de fora para dentro, nem uma imagem moral ou de real razão, mas sim um produto colocado acima da sociedade quando certo nível de desenvolvimento civil se atinge, a fim de amortecer os conflitos entre as classes existentes, e esse poder está muito acima e se distanciando, porém é um aparelho de manutenção da classe dominante. Logo, “O Estado é uma «máquina» (*sic*) de repressão que, permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à «classe»

dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia [...] (ALTHUSSER, p. 31. 1985).

Essa visão da teoria marxista sobre o Estado é descrita por Bourdieu (2002) como uma visão que caracteriza o Estado de modo funcionalista, sem observar a sua forma de ser, sendo uma oposição à teoria clássica do Estado de bem comum de Locke e Hobbes, ou Estado do mantenedor a integração lógica e moral de Durkheim, assim essa definição para Bourdieu (2002) é uma

[...] inversão pura e simples da definição ordinária, e têm em comum com essa definição reduzir a questão do Estado à questão da função, e substituir o Estado divino por um Estado diabólico, substituir o funcionalismo do melhor — o Estado como instrumento de consenso, como lugar neutro em que se administram os conflitos — por um Estado diabólico, *diabolus in machina*, um Estado que funciona sempre para o que chamo de “o funcionalismo do pior”, a serviço dos dominantes, de maneira mais ou menos direta e sofisticada (BOURDIEU, p. 37. 2002)

A condição regulatória – entende-se coercitiva - do Estado seja na visão clássica quanto na visão marxista é um elemento presente na estrutura do Estado, essa função em Giddens (2001) é exercida pelo aparato do Estado – organização político administrativa gestora – assim “Um Estado pode ser definido como uma organização política cujo domínio é territorialmente organizado e capaz de acionar os meios da violência para sustentar esse domínio” (GIDDENS, p. 45. 2001).

Nessa constatação, Giddens (2001) observa que a reivindicação do aparato do Estado pelo uso coercitivo da força é uma característica de Estados-nações modernos, essa condição não pode ser generalizada para todo o conceito de Estado, na medida em que a existência de Estados Tradicionais é um marco na história da civilização (como é o caso do Egito Antigo), estes não detinham uma completa definição dos limites territoriais para sua soberania impossibilitando de o aparato do Estado, reivindicar o monopólio legítimo do uso da força.

O aparato do Estado em Weber (2004) tem em sua composição a presença de uma estrutura burocrática formada por homens políticos, sempre sob a ordem hierárquica as bases de um líder que pode ser tradicional; carismático ou constitucional. Seja qual for a liderança desse aparato gestor, sua organização é “de políticos e burocratas e militares que tem o poder de legislar e tributar, e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade” (BRESSER – PEREIRA, p.3. 2008). Dessa forma, o Estado que é composto por tais indivíduos tem sua gênese em suas ações quando promovidos em um coletivo, formando a estrutura que denominamos de sociedade civil e sociedade política, e tendo como produto dessa relação segundo Gramsci (1982) o próprio Estado.

Ao mesmo passo que em que a sociedade civil pode permitir o surgimento do seu produto, o Estado moderno, pode-se entender o que é a sociedade e como se dá o seu funcionamento, mas a priori devemos entender conceitos distintos, como é o termo “civilização” e “comunidade” dentro da literatura das ciências humanas. Na visão de Tönnies (1947 e 1973), uma comunidade é composta por um grupo de humanos que convivem com interesses sociais com certo grau de sangue, parentesco, religiosidade ou espacialidade.

Essa interpretação pode ser encontrada também nos escritos de Maciver e Page (1978) que constata que grupos humanos que detém condições básicas de vivência comum sem partilhar interesses econômicos em si, podem ser caracterizados com o que chamamos de comunidade. Essa é a condição básica para que possamos distinguir segundo Weber (1978) o conceito entre sociedade e comunidade, em uma comunidade as relações sociais se dão fundamentalmente pela subjetividade, quando se fala de grupos que possuem relações sociais produzidos pela racionalidade e interesses de valores estamos nos referindo à sociedade.

Assim, pode-se introduzir o conceito de civilização, que para Carvalho *et al* (2013) e Elias (1990) surgiu no mundo europeu entre meados do mundo medieval e o moderno, quando os homens urbanos passaram a retratar como uma referência de “homem ideal” a todos homens, assim todos deveriam ter domínio sob seus instintos e desejos, ter “boas maneiras”, serem dotados de racionalidade e suas condutas humanas deveriam levar ao progresso da razão humana, trocando os campos de guerra pela intelectualidade.

As idealizações e assim modificações entre os homens, provocaram mudanças na estrutura social, e com a chegada do período moderno, a apropriação do monopólio do uso legítimo da violência na mão de reis e dos Estados emergentes, levaram aos homens antes não urbanos a uma aproximação a essas novas esferas de poderes, gerando novas relações na estrutura da sociedade. E é no berço dessas mudanças estruturais e institucionais o surgimento dos Estados nações, que segundo Bresser – Pereira (2008) tem no plano político o surgimento da sociedade civil, que se organizam de forma política dotado de crenças e valores, na busca de direitos civis e sociais.

A conceituação dessa sociedade civil emergente para Tonet (1988) passa pela doutrina contratualista, na qual a sociedade natural é superada pelos valores e normas sociais; o pensamento passa pelas ideias hegelianas de instituição familiares e de grupos sob a liberdade fornecida pelo Estado, ideia significativamente criticada pelo conceito marxista no qual retrata a sociedade civil como uma sociedade moderna, marcada pela sociedade burguesa dotada da propriedade privada e atravessada por conflitos na relação capital e trabalho.

Arvitzter (2012) também destaca que no decorrer da história o termo sociedade civil, ganha diversas conceituações a fim de especificar a divisão entre as estruturas como Estado, mercado ou demais elementos, todavia o elemento Estado em quase todas as conceituações e correntes de pensamento apresenta sua separação conceitual de sociedade civil, deixando claro que Estado e sociedade civil apresentam distanciamento na sua forma de ser, porém mantem forte relação entre si.

Como desta Bresser – Pereira (2008) a relação se dá quando a sociedade civil busca garantir seus direitos, gerando demandas ao Estado, assim este necessita de realização de políticas que possam solver os problemas da sociedade, e por meio de políticas públicas, cuja próxima sessão abordará, é que o Estado se torna presente na sociedade civil.

A política pública é um dos elementos chaves na relação Estado e sociedade civil, sendo de fundamental importância sua compreensão junto aos elementos que a cercam. Utilizando o conceito de Bresser – Pereira (2008) sobre a sociedade civil, pode-se dizer que sua relação com o Estado na contemporaneidade é produzida através das interações entre os atores sociais ou atores políticos, pode-se dizer que estes são indivíduos dotados de poder de ação, assim

O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma idéia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a idéia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc. (SOUZA, p. 54, 1991)

Compartilhando da mesma conceituação acerca de atores sociais e quando tratado do como conceito de desenvolvimento local – assunto a ser tratado posteriormente - “os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos e instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantêm relações num determinado território.” (SABOURIN, p.402, 2002). Tude (2010) constata que os atores sociais participam do jogo político na relação Estado e sociedade civil, e assim o autor visualiza dois tipos de atores sociais: atores públicos, aqueles que participam diretamente da administração pública e atores privados, que não atuam diretamente, mas estão conectados ao cotidiano da administração pública.

Souza (2006) define políticas pública como ações do governo frente a problemas em prol de soluções para a sociedade, ou que sua essência vai além dessa conceituação e indo ao encontro do porquê das ações e quais os interesses por trás disso. Ainda que poli semântico para autora, o termo política pública

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, p. 26. 2006)

Assim como um campo de conhecimento, logo uma construção de pesquisa, Muller e Surel (2002) apontam que as políticas públicas são também uma construção social, elas constroem práticas normativas de ação, além disso, são o meio pelo qual sociedade civil percebe a participação direta do Estado no seu cotidiano, constituindo também uma ordem local.

A política pública possui algumas dimensões de estudo que podem ser desmembradas, mas estão sempre inter-relacionadas, e sua gênese pode ser encontrada nas ideias de Frey (2000), o autor dimensiona a política pública em três dimensões: *Polity*; *Politics*; *Policys/policies*. De forma didática podemos distinguir essas três dimensões segundo o quadro 1.

Quadro 1 – Dimensões da Política pública

<i>POLITY</i>	<i>POLITICS</i>	<i>POLÍCY/S/POLICIES</i>
Dimensão processual por onde passa as decisões políticas.	Dimensão institucional, na qual demonstram as relações hierárquicas e de poder.	Dimensão de resultados dos procedimentos processuais e institucionais.
Passível de intervenção entre os atores.	Buscam a solução de conflito entre os atores através das instâncias do Estado.	É a própria política pública materializada em si, ou seja, nas ações dos atores sociais.

Fonte: Elaboração baseado em Klaus Frey (2000)

Além dessas dimensões, sobretudo na dimensão da *policys/policies* existe a *policy network* descrita por Miller (1994) como o processo de inter-relações entre os atores sociais no processo de implementação e formulação de políticas e *policy arena*, que segundo Lowi(1992) e Frey (2002) destaca-se como o espaço de conflitos e consensos entre os atores sociais, sendo espaço de negociações na formulação e implementação de políticas públicas. Porém é na *policy cycle* descrita por que iremos encontrar o fator principal no ciclo processual de formulação e implementação de políticas públicas.

Segundo Frey (2000) a política pública não apresenta um fluxo linear e sim em círculo que passa pelas seguintes questões: 1 - Questão social a ser tomado como problema de agenda; 2 - Formulação da agenda setting, tomando a questão como parte ou não da agenda governamental; Elaboração de programas e tomadas de decisões, buscando alternativas ao

questão social da agenda; 4 – Implementação da política públicas, concretizando as escolhas tomadas; 5 – Fase de avaliação (*feedback*), essa fase são estabelecidos quais os resultados obtidos, logo quais os benefícios e custos gerados, podendo realizar manutenções aos pontos fracos. Assim o fluxo na Figura 1,

Figura 1 – Fluxo da Política pública



Fonte: Elaboração baseado em Frey, 2000.

Outra grande contribuição para formulação de política pública é apontado por Capella (2007) baseado no modelo de Kingdon (2003), *multiple stream model*, nesse modelo as questões irão fazer parte do que autor chama de “agenda decisional” do governo. Assim, para compor a agenda, uma questão precisará unir três fluxos, sendo fluxos de problemas, ao qual constata-se o problema; fluxos de soluções, ao qual buscam-se mecanismos e alternativas aos problemas; e fluxos políticos, e assim através da completa definição de agenda é possível realizar a política pública.

Em contraste a esses dois modelos anteriores, Capella (2007) nos apresenta o modelo de apresentam outro modelo de formulação de políticas públicas, *Advocacy coalition*, ao qual faz uma crítica pelo fato dos modelos anteriores não apresentarem que os autores consideram essenciais na formulação das políticas públicas, crenças, valores e ideias, e assim os grupos de formulação de políticas públicas baseiam-se nesses elementos para a formulação das políticas, satisfazendo seus reais interesses.

Dada à definição de uma agenda, a política pública é elaborada e implementada, assim sua característica de política pode ser relativamente específica ou mais generalizada, essa configuração se dá dentro da *policy arena*, no qual os conflitos, consenso e resultados geram pressões na formulação e implementação de políticas públicas. Daí a política pode ganhar diversas tipologias como aponta Rua e Romanini (2014), há uma infinidade de critérios para caracterizar certa tipologia de política pública, sejam eles sociais, subjetivos, morais, econômicos, territoriais, jurídicos, dentre outros, porém para fins didáticos, essa pesquisa irá utilizar as tipologias adotadas por Frey (2000), desenvolvidas por Lowi (1992) sendo distribuídas em quatro grandes grupos de medidas políticas

Os custos e ganhos que as pessoas esperam de tais medidas tornam-se decisivos para a configuração do processo político. O modelo da 'policy arena' refere-se portanto aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo. (FREY, p. 223. 2000)

As políticas distributivas seriam assim, políticas com baixo grau de conflitos, haja vista que distribuem certas vantagens, porém com um mínimo ou nulo custo aos outros grupos, seu ponto fraco pode ser a criação de uma relação clientelista. As políticas redistributivas geram maiores conflitos por redistribuir recursos entre os grupos, gerando uma arena repleta de conflitos e interesses. As políticas regulatórias são as normativas entre decretos, ordens e proibições, podem configurar os custos e ganhos das políticas anteriores, sendo o ponto chave entre o grau baixo ou alto de conflito das políticas distributivas e redistributivas. Por fim a política constitutiva dita a regra do jogo para as três políticas anteriores, através dessa política constitutiva ou estruturada tem-se a configuração das condições do modelo político, institucional e eleitoral ao qual permite o procedimento dos demais tipos de política.

Frey (2000) também aponta que na configuração de tipos de política dentro do *policy arena*, há uma infinidade de tipologias, sendo um campo bem complexo, porém nos demonstra que em qualquer tipologia que se faça uso, haverá a percepção entre os atores sociais e seus conflitos.

Embora as dimensões da política pública possam ter procedimentos, burocracias, conflitos e interesses entre os atores e seus campos de posição, as políticas públicas como aponta Souza (2006) tem características estruturais e construtivas, alterando condições existentes em prol de soluções aos interesses da sociedade civil, busca assim gerar um processo de desenvolvimento daquela sociedade, ou seja, gerar processos de construção ao enriquecimento social e econômico da região afetada pela realização da política pública.

A partir disso, as políticas públicas podem ser chave durante o processo de desenvolvimento econômico das áreas em que forem implementadas com êxito, a próxima seção abordará como se dá o processo de desenvolvimento socioeconômico, frente as ações do governo, desde um cunho puramente econômico até a realização de políticas com cunho social.

2.2 Desenvolvimento Econômico e a Questão Regional

Um fator de forte relação na estrutura dos Estados modernos com efeitos e consequências em toda conjuntura e estrutural social, é a presença do fator desenvolvimento econômico. É através dos processos de desenvolvimento que a relação Estado e sociedade civil tem se debruçado no mundo contemporâneo.

Para Smith (1976) o crescimento da sociedade se dá através dos interesses individuais em melhorar sua condição de vida, levando ao conjunto de interesses serem capazes de modificar a estrutura de uma nação, trazendo a acumulação de capital provocando a riqueza de uma nação, assim

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para exercer-se com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculiza seus atos (SMITH, p. 46. 1976).

Neste sentido, pela literatura clássica de Smith o processo de crescimento econômico levaria ao desenvolvimento econômico, para Smith (1976) o fluxo de renda permitia o equilíbrio de mercados e assim o aumento populacional, sua divisão de trabalho e o acúmulo de capital levariam a prosperidade e ao “progresso” econômico. Todavia, diferenças de crescimento econômico e desenvolvimento econômico podem ser visto na visão schumpeteriana.

Nessa visão de Schumpeter (1982), o aumento populacional, acúmulo de capital e manutenção do fluxo de rendas em estado de equilíbrio não levaria ao desenvolvimento econômico, haja vista que “Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais.” (SCHUMPETER. P.47. 1982)

Logo desenvolvimento econômico pode ser entendido como “uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e

desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” elemento que poderia provocar a ruptura do crescimento que em sua visão para o desenvolvimento seria as funções de inovação e empreendedorismo, modificando a estrutura de mercado, levando a diferentes padrões de consumo, ou seja, o processo não apenas expande a renda nacional como o crescimento proporciona como também muda toda sua estrutura econômica. (SCHUMPETER, p. 47. 1982).

Embora haja uma distinção entre os pensamentos de Smith (1976) e Schumpeter (1982) acerca do que se refere entre crescimento e desenvolvimento econômico, atualmente o conceito de crescimento e desenvolvimento tem sua definição mais bem clara baseado nesses dois autores, como constata Kindleberger (1968), ao visualizar o crescimento como a maior produção e aumento da renda em um determinado período, enquanto que o desenvolvimento econômico é mudança institucional, técnica e assim estrutural dos padrões existentes.

Essa concepção apresenta certas contestações como explica Bresser – Pereira (2006), que ao apresentar sua ideia de crescimento e desenvolvimento as trata como sinônimos, haja vista que em sua concepção o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico provocado pela surgimento dos Estados nações e o mercado – acumulação de capital e a incorporação do progresso técnico a produção – assim, o crescimento econômico só ocorre quando esses elementos ocorre, sendo assim crescimento e desenvolvimento fenômenos significativamente relacionados

Verificando o uso corrente, observo que desenvolvimento e crescimento econômico são expressões geralmente utilizadas como sinônimas; por outro lado, a medida usual do desenvolvimento econômico continua sendo o aumento da renda per capita. Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela, mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico (BRESSER – PEREIRA, p. 3. 2008).

A incorporação do progresso técnico como fator de crescimento e desenvolvimento econômico, foi um elemento novo nas teorias do crescimento que durante os anos de 1870 a 1930 esteve predominantemente explicada pela corrente neoclássica. Segundo Costa (2016) o progresso técnico no pensamento neoclássico, era visto como fator exógeno, apenas anos depois do pós-guerra em 1950, tentou-se “endogeneizar” os avanços tecnológicos como fruto das ações no mercado, porém esse fator em forma geral não era preocupação da escola neoclássica, haja vista que a tecnologia era componente “dado” nos mercados e não modificador, a teoria de crescimento endógeno demonstra que os avanços tecnológicos provocam uma maximização dos agentes gerando um estado de crescimento em equilíbrio, ou seja, diferentemente da lógica schumpeteriana não provocariam rupturas no mercado,

O objeto do tratamento teórico neoclássico é a alocação de recursos e não como esses recursos são criados. Os agentes econômicos apresentam-se atomizados e com comportamento otimizador, sendo guiados em suas ações pelas livres forças de oferta e demanda de mercado. Nesse mundo idílico, o crescimento econômico e o bem-estar da população são alcançados automaticamente, desde que, obviamente, os agentes obedeçam aos sinais emitidos pelo mercado através do sistema de preços, o que resultaria em uma alocação considerada “eficiente”. (COSTA, p.288. 2016)

A lógica de um crescimento em equilíbrio como Hunt (2013) demonstra pelo pensamento neoclássico, se daria através de um mercado que se auto regulava, assim o Estado não deveria intervir a não ser para corrigir falhas de mercado ou manutenção da ordem social. Logo, a economia se baseava em uma economia de bem-estar social com todo mercado funcionando perfeitamente a pleno emprego.

Omar (2001) ao descrever o pensamento do crescimento econômico pela escola neoclássica, observa que para a escola o comportamento dos homens são “previsíveis”, sempre buscando maximizar seus ganhos e minimizar seus custos, levando a uma situação que o mercado seria auto regulável, dotado de uma concorrência perfeita e todas as informações são disponíveis, essa situação levaria a uma situação ótima e maximizadora gerando o bem estar social.

Segundo Hunt (2013) mercado equilibrado seria condição suficiente para prover o crescimento econômico, na medida em que a economia estaria a pleno emprego, todos desfrutariam da renda, essa condição só seria afetada caso ocorresse, oferta equivocada de bens públicos, externalidades¹, ou pela assimetria de informações, gerando falhas do mercado. Daí entra o papel do Estado para a escola, em casos extremos o Estado deveria corrigir as falhas, mas sem intervir desnecessariamente, seu papel essencial estava apenas na promoção de justiça, oferta de bens públicos e a defesa nacional.

A ideia neoclássica, o mercado auto regulável e a pleno emprego, perde força a partir do período de grande depressão em 1929, a partir disso as ideias de Keynes como expõe Hunt (2013) ganham força. Mesmo que de origem neoclássica as ideias de Keynes geram uma ruptura no modelo existente, a defesa de mercado instável, dotado de desequilíbrios, devido ao fluxo circular de renda² não funcionar como pensava a escola neoclássica, leva a teoria keynesiana a criar o modelo de demanda efetiva.

Para Keynes (1996) o mercado não se encontra em equilíbrio na medida em que as pessoas não gastam toda renda, quanto maior a renda maior seria sua propensão marginal a poupar, o que leva a uma demanda menor que a oferta, gerando um estado de desequilíbrio no

¹ Na literatura econômica se referem a processos externos aos procedimentos padrões, podendo ser positivas ou negativas.

² Na macroeconomia, o fluxo circular de renda se refere a relação entre os agentes econômicos (família, mercado, empresas etc)

mercado, os investidores acabam por criar incertezas sobre os investimentos, o menor número de investimentos levaria a uma queda nos níveis de emprego, gerando uma situação de recessão, pois um aumento do número de desempregados levaria a um menor número de investimentos na economia e assim um quadro de depressão econômica.

Nesse ponto, Cepeda (1986) nos demonstra como a intervenção estatal proposta por Keynes seria necessária, o Estado por meio de obras públicas levaria uma situação de emprego capaz de fornecer renda a população desempregada, retomando incentivo ao consumo e a assim o investimento por parte dos empresários, e assim gerando o processo de crescimento econômico. Hunt (2013) visualiza que os resultados das políticas keynesianas de fato obtiveram resultados positivos sobre os processos de crise, porém criaram economias com crescimento comprometidas devido ao endividamento fiscal dos governos, gerando economias de endividamento.

Mesmo com elevados grau de endividamento, em especial os países com economia com baixo nível de acumulação de capital e progresso técnico, buscam incessantemente o crescimento econômico a fim de gerar frutos positivos a sua sociedade, mas como aponta Furtado (1974) a ideia de um desenvolvimento econômico que traga uma universalização dos padrões de consumo global acaba por provocar uma busca sem fim ao crescimento econômico “Essa ideia constitui seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” o que pode provocar um peso gigantesco para as populações desses Estados (FURTADO, 1974, p. 16)

É a partir dessa ideia que os estudos de Furtado (1974) apontam que o projeto de crescimento econômico gera desequilíbrios e conflitos nas estruturas dos Estados, como exemplo o Brasil com regiões de significativa concentração industrial, e seu produto os desequilíbrios regionais, assim para se alcançar o crescimento econômico teria que se integrar as economias regionais, gerando processos de desenvolvimento regional.

Como aponta Furtado (1974) a ideia do crescimento econômico pelos países de baixa capacidade produtiva, esteve muito ligada com a ruptura global provocada pela crise de 1929 e também pelo período entre guerras (1939- 1945) obrigando aos países realizar políticas keynesianas para proteção da recessão e incentivos ao investimento. Assim, Cano (2005) demonstra que as políticas keynesianas no Brasil de intervenção estatal se deram já antes nas políticas de Getúlio Vargas em 1930, a partir das mudanças institucionais, saindo de um modelo agroexportador para um modelo industrial,

Essa política, e mais um grande conjunto de novas medidas e arranjos institucionais que foram sendo implementados ou planejados ao longo do período 1930-1954, além daquela recuperação e mudança no padrão de acumulação, dariam início ao processo de integração do mercado nacional, consolidando nossa primeira etapa de industrialização, a *restringida* [...] Penso que a década de 1920, para o Brasil, representa um processo de transição econômica e social, a partir do chamado modelo primário exportador, rumo a um novo padrão de acumulação de capital - o de crescimento para dentro -, que seria desencadeado a partir da Crise de 1929 e da Revolução de 1930. Transitar-se-ia, assim, do velho padrão primário exportador - onde o complexo cafeeiro paulista predominava - em direção a um novo - o da industrialização -, que se firmaria a partir de 1933 (CANO, p.1 - 2. 2005)

Para Carvalho (2008) de fato as políticas keynesianas foram de forte apelo e introdução nas economias latinas, o chamado período desenvolvimentista que se deu através da introdução do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), “No Brasil, um dos primeiros expoentes do pensamento keynesiano, apesar de suas poucas referências explícitas a Keynes, foi Celso Furtado”. (CARVALHO, p. 571. 2008).

O pensamento furtadiano nessa perspectiva engloba observações nas relações de conflito entre as estruturas de domínio na relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que ele constata como o centro e periferia. Pereira (2011) observa que a teoria furtadiana se baseia na explicação da apropriação do excedente social, gerando um acúmulo de capital, formando na primeira etapa núcleos de centro (Europa), que em segunda etapa se expandem (Estados Unidos), e na terceira etapa se tem a divisão internacional do trabalho. Daí que os países se especializam e trocam mercadorias, e na terceira etapa que se tem a ampliação da periferia, no qual países subdesenvolvidos para terem acesso a bens manufaturados se especializam em produção de mercadorias de baixo grau técnico.

Assim para Furtado (2013) o centro – periferia é um produto das relações estruturais e conjunturais da sociedade, ou seja, o desenvolvimento ocorre pela divisão social do trabalho e acúmulo de capital derivado do excedente social, porém deve-se salientar que “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado [*sic*] as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, p. 62. 2013). Para o autor, a entrada de estruturas capitalistas, isto seria empresas estrangeiras, em países com estruturas arcaicas, gera o processo de subdesenvolvimento, na medida em que as empresas moldam aos seus padrões os salários, produção, centros produtivos, além dos frutos do rendimento em grande parte vão aos centros globais, ou seja, toda estrutura já é predefinida.

Esse processo gerou nas regiões brasileiras um quadro de desigualdades regionais, levando a uma concentração demográfica e industrial (e assim da mão de obra) em certas regiões Brasileira como aponta Rangel (1968). Em suas interpretações acerca dos desníveis

regionais, Rangel (2000) acredita que o debate deveria ser em âmbito ao desenvolvimento nacional, isso é, as políticas de desenvolvimento nacional deveriam gerar uma integração de mercados entre regiões, levando a queda nos níveis de desigualdade e assim fortalecimento das bases industriais no Brasil.

E a partir desse imaginário, as políticas para o nordeste foram estabelecidas a partir dos anos de 1959 com a criação da SUDENE (Superintendência do desenvolvimento do Nordeste, uma autarquia subordinada diretamente a presidência da república que tinha como objetivo principal diminuição das desigualdades do nordeste e o seu desenvolvimento. Segundo como constata Garcia (2011) as ações da SUDENE iriam se pautar de acordo com os estudos do Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste (GTDN).

O GTDN em seus relatórios destacou quatro pontos acerca do desenvolvimento do nordeste I) investimento industrial para expansão manufatureira; II) produção agrícola na faixa úmida para fornecimento aos centros urbanos industriais; III) transformação da produção semiárida para enfrentamento de secas; IV) incorporação das terras úmidas do nordeste para produção agrícola com fins de ocupação do excedente populacional zonas semiáridas.

Essas estabeleceram durante o período de 1959 até os anos de 1964, nesse período a SUDENE interferiu em capitais e cidades polos no interior do nordeste. Esse processo percorreu cidades polo como Campina Grande no estado da Paraíba, que segundo Lima (2004) chegou nos períodos de 1940 a 1960 a ter um operariado maior que a capital do seu Estado, João Pessoa, sua atividade anterior fora a prensa do algodão, o que estimulou um centro urbano dotado de operários e que por sua importância segundo Lima (2004) a única cidade não capital do Brasil, como sede da Federação de Indústrias (FIEP) e liderando o processo de industrialização do seu estado.

Alonso (2010) destaca que Campina Grande sob as promessas da SUDENE desenvolveu um capitalismo monopolista que permitiu sua expansão urbana e reestruturação no cenário produtivo. Durante o período militar a cidade recebeu isenções fiscais e tributárias, permitindo a criação de distritos industriais que segundo Oliveira e Santos (2010) são importantes polos industriais têxtil e calçadista para região, e aliadas a indústria de transformação; mineradora e da construção civil na cidade de João Pessoa segundo o BRASIL (2012) contribuem para maior concentração populacional e capacidade produtiva industrial do estado.

Este cenário de políticas industriais nas cidades fora colocado como ponto central na política nacional, Nabuco (2007) verifica que certas medidas durante o pós-guerra, em especial pela a política de Integração Nacional (PIN) – mediante o estabelecimento do Plano

nacional de Desenvolvimento I e II – estabelecida pelo regime militar brasileiro a partir de 1964 buscou-se reduzir as desigualdades regionais, atacando pontos sobre a inserção industrial, desemprego, miséria e desnutrição nas regiões mais atrasadas do Brasil (norte e nordeste).

Essa política vai se intensificar ainda mais entre a década de 60 e 70. Mediante a isso “Os Anos Setenta representam, desta forma no Brasil, o período em que a questão da integração nacional e dos desequilíbrios regionais é vista como passível de solução via articulação entre o Estado e o grande capital privado, nacional e estrangeiro.” Todavia esse processo perde força com as crises externas e a grave situação da economia brasileira nos anos 80 (NABUCO, p.73. 2007).

Com início em meados dos anos 1980, a deterioração e crise das finanças públicas nacionais, num quadro de desorganização macroeconômica, reduziu de maneira abrupta a capacidade de intervenção governamental nas políticas nacionais de desenvolvimento. O investimento federal arrefeceu nas regiões de menor desenvolvimento, e as políticas regionais explícitas perderam vigor. (MONTEIRO NETO et al. p. 39. 2017)

A partir da queda do governo militar nos anos 80 como destaca Brandão (2011), enquanto que a política regional perde força frente a uma abertura de mercado e entrega do setor público a iniciativa privada, houve de forma paradoxal avanços nos direitos sociais, com a carta cidadã da Constituição de 88. Esse extremo, mesmo que de ganho aos direitos educacionais, saúde, justiça, segurança e de liberdade aos cidadãos, teriam de enfrentar uma nova política de mercado e de planejamento dos padrões de desenvolvimento inter-regional.

Sob as condições de intervenção no mercado e a economia planejada, o Estado desenvolvimentista instalado na economia brasileira buscou fazer reformas econômicas como as “[...] substituição das importações e implantação da infra-estrutura, estratégica nos setores do aço, da energia e do petróleo para fazer a transição de um país essencialmente agrário para um industrial, com extrema dependência do capital externo” (SALTORATO; GRUN, p. 16. 2005). Tal dependência tornou-se um dos principais elementos da falência do Estado desenvolvimentista nos anos posteriores a 1970 pois,

[...] até a década de 1970, o financiamento externo praticado pelo Estado desenvolvimentista, para um desenvolvimento capitalista pujante, fora à estratégia adotada; a partir desta década e durante a próxima, ela se tornou o cerne da crise, dada a incapacidade de cumprir seus pagamentos. (SALTORATO; GRUN, p. 17-18. 2005)

Para Bresser-Pereira (1997) a crise do Estado desenvolvimentista decorre não só da posição gestora, burocrática e intervencionista do Estado, como também da globalização que afrouxa a autonomia das políticas econômicas e sociais dos países. Assim, o Estado

desenvolvimentista, face produzida pelo Estado social que se preocupava com os direitos sociais e o desenvolvimento econômico, mediante a toda essa conjuntura e incapacidade do Estado manter a economia em crescimento e estabilidade frente as crises que assolavam a economia global, ocorreu uma transição do modelo do Estado desenvolvimentista para um modelo de Estado capitalista neoliberal, com menor intervenção do Estado na economia, assim

O objetivo do desenvolvimento de longo prazo, impulsionado desde a esfera estatal, foi substituído pela preocupação de curto prazo com a estabilidade – cujo principal significado era promover reformas macroeconômicas a fim de alcançar a estabilidade de preços, ajuste fiscal e abertura comercial e financeira. A tarefa do desenvolvimento, portanto, deveria passar das mãos do Estado para o mercado. (PEREIRA, p. 136. 2011)

Segundo Carinhato (2008) essa reforma transitória do modelo desenvolvimentista para o modelo neoliberal atingiu o Brasil de forma tardia em relação aos países latino-americanos, se efetuando de fato com os governos dos anos 90 com a abertura comercial, privatizações, busca da estabilidade fiscal e monetária e reformas.

Como parte constitutiva de um processo abrangente que buscava criar um novo modelo econômico fundamentado no neoliberalismo, “estimulado” a partir do Consenso de Washington, a reforma do Estado brasileiro seria, segundo seus defensores, uma alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa do crescimento. (CARINHATO, p.41. 2008)

O projeto neoliberal perdurou nas economias latino-americanas e no Brasil até os anos mais recentes, trazendo no campo econômico e no campo social diferentes resultados de sucesso e fracasso, no que tange a busca pela estabilidade monetária os resultados das políticas neoliberais são vistas como um sucesso, todavia quanto ao crescimento econômico e sobre diminuição da desigualdade social a política não trouxe resultados satisfatórios:

Após mais de uma década dessa experiência, os resultados essenciais, com nuances e detalhes secundários, são os mesmos verificados nos demais países do Continente, quais sejam: estabilidade relativa dos preços e baixíssimo crescimento econômico, acompanhados pelo aumento das dívidas externa e interna; a desnacionalização do aparato produtivo, com transferência de renda do setor público para a setor privado e da órbita produtiva para a órbita financeira; a elevação das taxas de desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho. Em suma, aprofundamento dramático da dependência e da vulnerabilidade externa do país, a ampliação da fragilidade financeira do setor público, a precarização do mercado de trabalho e a manutenção ou deterioração das condições sociais – pobreza, criminalidade, violência e desigualdade de renda e de riqueza. (FILGUEIRAS, p.1. 2003)

No início do século XXI sob um novo governo populista, o Brasil caminhou para um novo modelo de políticas inter-regionais, segundo Castelo (2012), o modelo que se inseria “com o aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais, a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena — acoplada dos

prefixos “novo” e “social” — e tornou-se o tema da moda no Brasil.” Assim o modelo “[...] novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo.” (CASTELO, p.614/624, 2012). As diferenças do desenvolvimentismo para o novo desenvolvimentismo podem ser vislumbradas pelo quadro de Bresser-Pereira (2010):

Quadro 2 - “Do antigo ao novo desenvolvimentismo – Políticas macroeconômicas”

COMPARAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS	
Antigo Desenvolvimentismo	Novo Desenvolvimentismo
1 Industrialização baseada na substituição de importações.	1 Crescimento baseado na exportação combinado com um mercado interno forte.
2 O Estado tem um papel central na obtenção de poupança forçada e na realização de investimentos.	2 O Estado deve criar oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades econômicas.
3 A política industrial e central.	3 A política industrial e subsidiária.
4 Atitude mista em relação aos déficits orçamentários	4 Rejeição aos déficits fiscais.
5 Relativa complacência com a inflação.	5 Sem complacência com a inflação.

Fonte: Bresser – Pereira. p. 47, 2010. (2010)

Como se observa as diferenças se encontram no campo macroeconômico e campo social, assim uma das preocupações como demonstra Bresser-Pereira (2010) é a redução da desigualdade econômica, quanto que no desenvolvimentismo o crescimento econômico era a preocupação primordial, relegando a questão da desigualdade a segundo plano, já o novo desenvolvimentismo trazia a preocupação em diminuir as desigualdades internas que no Brasil se consolidou como um marco até os dias mais recentes, aliado ao crescimento econômico.

Para o enfrentamento dos entraves históricos das desigualdades internas, o novo desenvolvimentismo se baseou na retomada dos planos de desenvolvimento regional com o Programa Nacional do Desenvolvimento Regional (PNDR), que teve entre 2003 e 2011 duas fases, segundo Costa (2015) a primeira fase teve objetivos de reduzir às desigualdades regionais e ativas as potencialidades dessas regiões, durante sua segunda fase nos anos 2012, buscou-se manter uma linha ascendente de reversão de desigualdades inter e intraregional, respeitando as diferenças de cada região e um segundo objetivo foi o acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro.

Outro aspecto segundo Monteiro et al. (2017) do novo desenvolvimentismo foi a instauração de políticas ativas sociais com transferência de renda direta e as políticas setoriais com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com dinâmica territorial investindo em políticas urbanas. As agendas ambientais em seu governo foram urgentes com limitações

irreversíveis na degradação de algumas áreas no Nordeste, norte e centro-oeste, além da poluição de metrópoles. Na agenda urbana os déficits ambientais do período anterior foram reduzidos devido a uma expansão do financiamento habitacional (Programa Minha casa minha vida) e a melhora do saneamento urbano, porém os entraves dos anos 90 sobre desemprego, crescimento desordenado de cidades medias se perpetuam até o presente momento nas medias e grandes.

As agendas entre o período desenvolvimentista e novo desenvolvimentista apresentam certas diferenças mediante as questões levantadas em cada tempo, logo a preocupação do novo desenvolvimentista refletia o conteúdo presente no cenário em questão, isso será abordado no próximo tópico, na qual discorre as preocupações das novas políticas de desenvolvimento econômico e regional do Brasil.

Como observado por Bresser-Pereira (2010), a maior preocupação com a diminuição da desigualdade social deriva no Estado novo desenvolvimentista, sendo assim um elemento bastante presente na relação entre Estado e sociedade civil brasileira. Como destaca Silva (2009) a preocupação nos períodos desenvolvimentista de 1930, sob a ascensão do desenvolvimentismo, o Estado brasileiro esteve preocupado no crescimento econômico, gerando desenvolvimento por setores de produção, sem a preocupação de uma larga geração de emprego para toda população economicamente ativa, esse processo culminou em um grau ampliado de industrialização, mas sem saltos relativamente significantes nas condições de vida da sociedade. Até os anos de regime militar, marcado por um modelo desenvolvimentista com saltos milagrosos na economia as disparidades sociais foram marco do modelo de Estado capitalista vigente

Por isso, o problema da miserabilidade no Brasil tende a ser pensado não somente no âmbito econômico, mas também no político, na medida em que ficou evidenciado, no período do chamado “milagre econômico”, 1969-1973, que os benefícios desse crescimento não eram expressivamente convertidos em melhorias sociais para a parte mais pobre da população.

As teses defendidas pelos economistas que participaram dos governos militares nos anos 60 e 70, segundo as quais era preciso fazer o bolo da economia nacional crescer para melhor dividi-lo com todos brasileiros, mostraram-se infundadas. Os ganhos do período denominado “milagre econômico” converteram-se em concentração da renda e não em benefícios sociais para a grande maioria. A partir da década de 1980, ficou evidente, através da não efetivação de políticas de distribuição de renda, que as possibilidades de encaminhar programas efetivos de diminuição das disparidades sociais tinham sido desperdiçadas. (SILVA, p. 1. 2009)

A herança do período pós-ditadura no âmbito social foi uma sociedade totalmente desigual nos anos 80 provocado por uma crise econômica que culminou no fim do modelo desenvolvimentista, dando espaço para o neoliberalismo que em sua reforma não contemplava o lado social, assim “o debate sobre desenvolvimento econômico e social saiu de cena para

dar lugar à agenda política neoconservadora sobre liberalização dos mercados, estabilidade dos preços e privatização dos bens públicos.” (SANTOS, p.3. 2007)

Embora planejasse uma estabilidade e crescimento econômico como já fora citada, a experiência neoliberal não gerou frutos interessantes para o modelo de crescimento econômico, e por colocar a questão social em segundo plano, o nível de desigualdade se elevou em comparação aos anos anteriores, dando vez ao novo desenvolvimentismo que trazia um elo entre crescimento econômico e redução de desigualdade, sendo diferente do modelo desenvolvimentista, pois “No século” XX, na periferia do capitalismo, o estado desenvolvimentista foi autoritário e excludente; no século XXI o desafio que enfrenta é maior, porque ele agora procura aliar desenvolvimento econômico com diminuição das desigualdades [...] (BRESSER-PEREIRA, p. 7. 2016):

Mas, nos anos 2000, na medida em que o Estado liberal e suas políticas e reformas neoliberais não cumpriram suas promessas, implicando crescimento lento, alta instabilidade financeira e forte aumento das desigualdades, o desenvolvimentismo voltou à tona e se tornou objeto de crescente atenção nos países em desenvolvimento. Ressurgiu tanto como fenômeno histórico realmente existente, expresso em vitórias eleitorais de governos de esquerda que poderíamos identificar com um social-desenvolvimentismo ou um populismo de esquerda, quanto como quadro teórico e estratégia de desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, p.2. 2016)

Tais governos populistas não atingiram somente o Brasil, mas grande parte dos países da América latina, vários líderes populistas a partir do século XXI, desta forma mais uma vez o modelo de Estado capitalista brasileiro tem seu campo de atuação reformulado, sendo que nesse modelo o poder do Estado sobre a política macroeconômica e social se alinham a fim de criar condições de crescimento com distribuição de renda, assim a partir desse pressuposto deve-se entender que:

A função do Estado, no entendimento dos novo-desenvolvimentistas, é atuar no incentivo ao direcionamento dos ativos financeiros privados, retidos pelos investidores em momentos de turbulência econômica, política e social, para o investimento produtivo, tida como a principal despesa capitalista criadora de renda e emprego. O controle das principais variáveis macroeconômicas – câmbio e juros – por meio da política econômica estatal será capaz de assegurar condições seguras e estáveis para a retomada dos investimentos privados e públicos, gerando crescimento econômico, pleno emprego e distribuição de renda, riqueza e oportunidades. No limite, o objetivo dos novo-desenvolvimentistas é o rompimento com o modelo econômico neoliberal. (SANTOS, p. 4. 2007)

Como observa Santos (2007) há uma certa preocupação também com a estabilidade econômica herdada do modelo neoliberal. Todavia, em vários momentos da formação do Estado capitalista brasileiro, observa-se um grave problema sobre a desigualdade socioeconômica, sendo vista não como um problema específico do Brasil, mas sim como

problema do modelo existente como assinala a teoria furtadiana sobre a estrutura na relação centro – periferia.

Como a preocupação do modelo novo desenvolvimentismo passa pelo fator social, torna-se importante compreender o surgimento do modelo de Estado preocupado com as condições não apenas econômicas, mas também com o fator social, assim a próxima seção irá analisar os aspectos das políticas públicas e a atuação do Estado de bem-estar.

2.3 Planejamento de políticas e o Estado de bem-estar social

O arcabouço teórico a partir desse ponto utiliza-se dos conceitos da inserção do Estado de bem-estar social, tendo como referência a pesquisa de Matias (2016), assim nessa seção há a aplicação da fundamentação teórica já utilizada na pesquisa anterior, porém que é de essencial leitura para compreensão do tema de Estado políticas públicas, sociedade civil e suas práticas de discussão e planejamento.

Embora haja controvérsias acerca do conceito e das relações entre Estado e políticas públicas, além do que suas realizações e objetivos possam ser difusos e específicos, o resultado da política pública como aparenta ser é promover ações capazes de gerar soluções aos problemas do Estado e da sociedade civil.

Esse fator ganhou forças com a maior participação do Estado na economia, a partir do século XX através da economia do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), impulsionado pelos avanços democráticos sob um modo mais plural da sociedade, a opinião pública passou a ter maior peso nas decisões, isso é uma socialdemocracia:

[...] somente após a Grande Depressão dos anos 30 assinalou a crise do estado liberal-democrático, e surgiram condições políticas em favor de uma maior intervenção do estado na economia, da manutenção dos direitos sociais, ou de um sistema de bem-estar social. Nesse momento estava surgindo o estado social-democrático. Com ele, a democracia deixou de ser apenas liberal; tornou-se também social ou plural, não apenas porque começou a efetivamente oferecer proteção social mas também porque o poder político se tornou menos concentrado em uma elite, e a opinião pública teve peso político pela primeira vez. (BRESSER-PEREIRA, p.56. 2005).

Esse movimento para um Estado de bem-estar social, leva ao Estado a participar cada vez mais de setores ainda não tão explorados, assim o Estado de bem-estar social possibilitava alguns direitos sociais, essa situação segundo Arretche (1995) já vinha sendo observado em crescimento em alguns países europeus no final do século XIX, porém é no pós-guerra (1945) que ela se consolida, garantindo direitos como saúde, habitação, educação básica, previdência social e proteção social, assim:

Depois da Segunda Guerra Mundial, a intervenção deliberada do Estado no mercado e a garantia dos direitos universais à assistência à saúde, à educação básica, a uma renda mínima e a condições justas de emprego definiram o estado social-democrático que estava surgindo. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.58).

Nesse sentido, o Estado passou a atuar através da utilização do dinheiro público para promover ações demandadas pela população, o que para o entendimento de Winckler e Moura Neto (1992), o Estado de bem-estar social também pode ser compreendido como o financiamento público de despesas sociais para saúde, educação e seguro desemprego, através de programas políticos aos mais necessitados.

Esse modelo do bem-estar social, promovido pela socialdemocracia teve forte influência na economia do século XX, gerando um período de crescimento econômico, “O estado social-democrático teve êxito na promoção do crescimento econômico e da justiça social nos países desenvolvidos entre os anos 30 e 70” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.77). No entanto, partir dos anos 70 e 80, o Estado de bem-estar social começa a demarcar uma crise, o autor determina isso como uma crise que atingiu países desenvolvidos e em desenvolvimento, levando a inflação, endividamento externo, desajustes na balança de pagamentos, e foi evidenciada basicamente pela crise fiscal do Estado³ e demasiado peso do Estado na economia:

Enquanto a crise econômica dos anos 30 foi uma crise do mercado, o desaquecimento econômico dos anos 80 foi uma crise do estado. Nos países desenvolvidos, era o estado social-democrático que estava em crise, nos países em desenvolvimento era o estado desenvolvimentista. Suas causas endógenas básicas foram: uma crise fiscal do estado, uma crise no modo de intervenção do estado e uma crise na maneira burocrática de administrar o Estado. (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.78).

Embora o Estado de bem-estar tenha entrado em crise, a partir dos anos de 1980 não se observou uma eliminação do Estado de bem estar social nas economias, os processos seguintes a crise do modelo foram reformas marcadas por um aumento contínuo das demandas sociais, acompanhadas de um processo de globalização econômica, culminando em uma diminuição do peso do Estado na economia, ajustes fiscais, abertura comercial e mudança na administração do Estado, assim Bresser-Pereira (2005) determina o surgimento do Estado Social-Liberal.

No Brasil a “tentativa” de um Estado de bem-estar social para Draibe (1993), se configura no início dos anos de 1930 com adoção do governo por políticas de proteção social, previdências, regimes trabalhistas e direitos trabalhistas. O processo de real tentativa do

³ O volume de gastos superava receitas arrecadas, gerando déficits orçamentários na economia dos países.

Estado de bem-estar social no Brasil, foi durante o período do governo militar a partir de 1964, nesse período,

[...] sob as características autoritárias e tecnocratas do regime que se instalou em 64, que se completa o sistema de “Welfare State” no Brasil: define-se o núcleo duro da intervenção social do Estado; arma-se o aparelho centralizado que suporta tal intervenção; são identificados os fundos e recursos que apoiarão financeiramente os esquemas de políticas sociais; definem-se os princípios e mecanismos de operação e, finalmente, as regras de inclusão/exclusão social que marcam definitivamente o sistema. (DRAIBE, 1993, p.21).

No que diz respeito tentativa de um Estado de bem-estar social no Brasil, Medeiros (2001) concorda com adoção de certos padrões intervencionistas “similares” ao do *welfare state* a partir dos anos de 1930, representando uma fase que vai durante o governo militar, minimizar desigualdades através de políticas compensatórias e também dar qualificação da mão-de-obra para gerar crescimento econômico, marcando como um período de centralização política e financeira, assim “[...] nesse período, são implementadas políticas de massa de cobertura relativamente ampla, mediante a organização de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de provisão de serviços sociais básicos” (MEDEIROS, 2001, p.14).

Segundo Kerstenetzky (2012) no período do governo militar as políticas de cunho mais social se expandiram conjuntamente com as demandas sociais, expandindo setores de previdência social de forma clientelista, e de segmentos privados de saúde e educação, mas sem a universalização do sistema de bem-estar, pois se seguiu um processo de inclusão desigual e segmentada, além da segregação dos serviços. Essa política social desigual e segregada para autora se rompe a partir dos anos de 1985 e 1988 com a instauração da Constituição:

É com a redemocratização em 1985 e a Constituição de 1988 que se rompe com a tradição elitista da política social brasileira. Vários direitos sociais universais são estabelecidos na nova Carta, em função de demandas e pressões sociais. Proteção social, assistência a quem dela necessitar, saúde e educação em todos os níveis, cultura, lazer, segurança são fixados como deveres do Estado e direitos dos cidadãos. (KERSTENETZKY, 2012, p.8).

Neste sentido, a constituição de 1988 marca um período de grande mobilização política, social e institucional dos anos 80 com a instituição de um estado de direito, é nesse cenário que para Rocha (2009) ocorre embates entre o poder estatal, movimentos sociais e a sociedade civil, resultando em lutas por processos democráticos participativos na gestão e controle dos recursos.

Esse cenário corrobora com os argumentos de Bresser-Pereira (2005) sob a reformulação de um Estado interessado em reverter pontos de desigualdade sofrida na economia a partir dos anos 70, e também seu argumento de que nos anos 80 o processo de

democratização das economias desencadeou uma descentralização do Estado, gerando maiores responsabilidades sociais e políticas, que para o autor são frutos da existência do estado de direito e da democracia:

Na verdade, a descentralização e a responsabilidade social dependem da existência de direitos do cidadão, começando pelo direito à total divulgação de informações sobre os órgãos públicos. Em outras palavras, depende da existência do estado de direito e, mais amplamente do avanço da democracia. (BRESSE-PEREIRA, 2005, 181).

O processo de descentralização no Brasil foi fundamental para a atuação do governo e para a sociedade civil na promoção de políticas sociais, buscando gerar menor desgaste do governo em promover políticas com responsabilidade social: “Quando as políticas públicas estão sob o controle do governo central, a responsabilidade social é, por definição, precária” (BRESSER- PEREIRA, 2005, p.180).

Esse processo de descentralização do Estado para Rocha (2009) pode ser visto na constituição de 1988, através da atuação dos governos junto a sociedade de forma democrática, ou seja, uma nova forma de gestão do Estado com participação popular na forma de gerir as políticas sociais:

Na Constituição Federal de 1988 encontram-se claros sinais da luta pela democratização da gestão pública, quando nela se garantiu, por exemplo, o princípio da gestão descentralizada e participativa. Nos artigos 204 e 227, a Carta Constitucional assegura a *participação da população*, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas em todos os níveis da gestão administrativa (municipal, estadual e federal). (ROCHA, 2009, p.5).

O processo de descentralização vigente na constituição de 1988, possibilitou assim uma maior autonomia entre as esferas administrativas do governo na formulação e controle de políticas. Esse processo pode ser identificado no Capítulo I da constituição, que trata das competências da União na constituição federal⁴, a partir do art. 23 que consta as competências comuns entre a União, estados, municípios e o distrito federal, dando a cada uma delas as competências de legislar de forma autônoma, propor meios de acesso à cultura, educação, proteção de meio ambiente, cuidados com saúde, programas habitacionais e combater a pobreza.

2.4 Descentralizações e espessura da política pública: universalização ou focalização

⁴ Para verificação a Constituição Federal pode ser encontrada no Portal do Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 16 mar. 2016.

Uma das características observadas e que Teixeira (2002) descreve, é que a partir da promulgação da constituição com o processo da descentralização do governo, os municípios adquirem autonomia política para legislar de forma autônoma dentro dos parâmetros da constituição através das leis orgânicas⁵, assim podem formular políticas e aplicar seus recursos, esse último desde que de sua competência privativa ou exclusiva. Kohls e Fraga (2014) discutem o contexto de como as reformas postas pela constituição de 88 promoveram reformas nas gestões administrativas e principalmente na atuação dos gestores locais, em buscar promover ações para o desenvolvimento local, e melhorar as condições de vida das populações afetadas por políticas públicas:

Esse destaque dos municípios, pós Constituição Federal de 1988, para as áreas sociais, conseqüentemente, levam ao desenvolvimento local. Além disso, uma cidade que tem políticas públicas voltadas para a saúde, educação, habitação, alimentação, previdência e assistência, também desenvolve muitos outros direitos dos seus cidadãos dentre os quais o de concretização da dignidade humana. (KOHLS; FRAGA, 2014, p.73).

Essa autonomia e vontade dos governantes locais, em implementar políticas públicas e a também participação da sociedade nas decisões políticas, leva a uma discussão sobre ao “Elaborar uma política pública significa definir *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *consequências e para quem*” (TEIXEIRA, 2002, p.2), neste sentido, surge a necessidade em elaborar medidas estratégicas para adoção de políticas públicas. Com relação a isso, um elemento fundamental que pode ser feito em cinco fases segundo Howlett *et al* (2009) é: 1 – Formação de agenda; 2 – Formulação da Política; 3 – Tomada de Decisão; 4 – Implementação da Política; 5 – Avaliação. Para o melhor entendimento:

Nesse modelo, a *montagem da agenda* se refere ao processo pelo qual o problemas chegam à atenção do governo; a *formulação da política* diz respeito ao modo como as propostas de política são formuladas no âmbito governamental; a *tomada de decisão* é o processo pelo qual os governos adotam um curso de ação ou não ação; a *implementação da política* se relaciona ao modo pelo qual os governos dão curso efetivo a uma política; e a *avaliação da política* se refere aos processos pelos quais tanto os estatais como os societárias monitoram os resultados da política [...]. (HOWLETT *et al*, 2009, p.15).

Como destaca Howlett *et al* (2009) durante as fases de formulação e implementação é necessário a formação de uma agenda que identifique os problemas, esse processo corrobora com a ideia supracitada por Teixeira (2002) de quem formula? o que formular? quando? consequências? e para quem? Segundo Howlett *et al* (2009) esse é o processo decisivo para os demais. Nesse procedimento são levantadas as preocupações e prioridades, mas nem todo

⁵ A lei orgânica é a lei que dá diretrizes ao município, sendo sua maior lei mediante a constituição federal. Informações disponíveis em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/296619/lei-organica-do-municipio>> Acesso em: 16 mar. 2016.

problema levantado, significa que será solucionado “Isto é, ele foi elevado de status como objeto de preocupação para o status de um problema privado ou social e, finalmente, ao status de uma questão pública (*public issue*) potencialmente sujeita à ação governamental.” (HOWLETT *et al*, 2009, p.104).

Além disso, o conhecimento dos problemas levará a um melhor nível de planejamento por parte do formulador de políticas públicas, nesse sentido alguns estudos reforçam a ideia dos formuladores em promover diagnósticos contendo informações que facilitem as ações de políticas públicas e o desenvolvimento local, assim:

O Diagnóstico Municipal permite definir quais são as vocações do município de forma a evitar que este invista em áreas não prioritárias ou fora de sua vocação. Assim, o Diagnóstico Municipal permite ao município se auto-conhecer melhor, bem como saber quais são seus pontos fortes, pontos fracos, as ameaças à sua existência e as oportunidades que o mercado oferece. (CALDAS, 2008, p.8).

A realização de diagnósticos permite ao formulador da política, o conhecimento para realizar ações eficientes no sentido do que formular, para quem foi formulado, quando foi formulado e as consequências disso, eliminando possíveis ineficiências em desgastes de recursos financeiros.

Além disso, os recursos financeiros também são obstáculos para os formuladores locais das políticas, Teixeira (2002) afirma que o baixo nível de recursos⁶ proveniente das receitas nos municípios, gera uma dependência de recursos de outras esferas de governo. Além disso, segundo Brasil (2005) nos anos 2000 já mediante os parâmetros constitucionais foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelecendo limites e controles na administração pública das finanças em todas esferas de poder no Brasil, criando equilíbrio orçamentário, fiscal e financeiro no Brasil por parte dos gestores públicos, em caso de descumprimento os gestores podem responder juridicamente por crimes institucionais ou pessoas, sofrendo sanções.

Assim, as esferas públicas buscam incessantemente formas de alocar seus recursos para promoção de políticas públicas, melhorando o desenvolvimento local e bem-estar de determinado grupos sem a não piora de outros, essa situação segundo Garcia (1996) gera uma eficiência conhecida na literatura econômica como eficiência de Pareto⁷, quando ações se

⁶ O volume total da carga tributária das cidades de 2005 a 2014 variou aproximadamente entre 4% e 7% segundo o Ministério da fazenda. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/29-10-2015-carga-tributaria-2014>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

⁷ Vilfredo Pareto (1848 -1923) foi um economista Italiano de origem francesa, famoso por suas contribuições ao pensamento da economia política e utilização da matemática e estatística na economia. Considerado um dos

voltam a melhorar a condição de alguém sem piorar a de outras, nesse sentido o bem-estar da sociedade seria maximizado.

Esse processo acaba por gerar um dilema nas economias globais acerca das políticas públicas: focalizar ou universalizar as políticas? Há uma tendência muito grande nos países emergentes como o Brasil de um processo de focalização da política pública, com a finalidade da redução das desigualdades sociais, o que gera descontentamento dos grupos não atendidos. Gabriel; Machado e Oliveira (2008) apontam que a discussão entre universalização versus focalização está centrada no dilema que a universalização é garantia dos direitos sociais enquanto que a focalização passa pela capacidade de eficiência e eficácia do Estado em atender a sociedade, além disso passa pela noção de justiça social. Para as autoras:

A focalização é uma tendência que tem respondido bem à dificuldade que os setores mais vulneráveis da população têm de acessar as políticas públicas voltadas para o atendimento de suas necessidades. O uso de políticas focadas como forma de reduzir gastos e, ao mesmo tempo, obter melhores resultados, é também uma estratégia recomendada pelas principais instituições financiadoras de políticas públicas em países do Terceiro Mundo, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (GABRIEL; MACHADO; OLIVEIRA. 2008.p. 5)

Todavia a discussão de alocar recursos para ganho de eficiência econômica recebe uma crítica segundo Kerstenetzky (2006) devido ao senso de justiça social das políticas sociais no Brasil, assim uma focalização das políticas públicas para alguns poderia tirar o senso da justiça social constitucional.

A batalha travada entre o pensamento localizador *versus* universal também está centrada segundo Höfling (2001) na conjuntura e estrutura ao qual o Estado está estabelecido, ou seja, depende do grau de proteção social ao qual o Estado está disposto a exercer, interventor com redistribuição de renda ou mínimo dando liberdade aos indivíduos na solução dos problemas.

Dupas (1998) estabelece que essa discussão poderia ser tratada de uma forma mais ampla, gerando um novo pacto social entre Estado, setor privado e sociedade civil, delineando as ações dos setores a fim de fornecer alternativas ao debate entre a proteção social estabelecida pelo Estado, evitando um processo de elevação das desigualdades já existentes.

Para Almeida (2011) mediante a dependência das políticas por um modelo interventor ou mínimo adotado pelo Estado, o debate dicotômico entre focalização e universalização não se torna uma forma efetiva de gerar alternativas as questões das políticas públicas, nesse

âmbito a realização de políticas universais focalizadas a grupos com direitos e também a focalização como meio a universalização de direitos é uma possibilidade.

Neste sentido, Kerstenetzky (2006) ao enxergar uma mistura entre a universalização e focalização realiza uma discussão das políticas, assim seria possível realizar uma política universal espessa, ou seja, com grandes volumes de recursos ou abrangência e de serviços prestados, também se torna possível exercer política universal fina com um menor volume de recursos ou menos serviços ofertados, até uma política totalmente focalizada.

Nessa discussão, as políticas focalizadas são tratadas por três vias sendo “residualismo, política condicional e política reparatória”. A primeira, residual, consiste na política na justiça de mercado, que daria condições a parte da população e detém mais críticas devido à perda do caráter universal e de justiça social mediante ao interesse da política de mercado, já que este não veria desigualdades; a segunda, condicional condiz com a focalização do problema identificado, sendo mais eficiente na solução do problema e a terceira ideia de reparatória, dá melhores condições a grupo de indivíduos que foram desprovidos de direitos ao longo do tempo na sociedade.

As políticas sociais universais para Kerstenetzky (2006) seriam discutidas em questão de eficiência; “desmercantilização” e residualismo. Na concepção de eficiência, os críticos para autora argumentam a política universal gera eficiência de gastos sociais, sendo mais eficiente pra atingir populações precárias e gera menos custos tangíveis e intangíveis; a desmercantilização seria uma política universal no sentido ético, que todos reunidos em uma sociedade teriam direitos sociais de cidadania iguais, “neste regime de estado do bem-estar, os cidadãos teriam suas necessidades de um conjunto crescente de bens e serviços atendidas fora do mercado” (KERSTENETZKY, 2006, p.572). E por fim a autora demonstra a política universal de forma residual mostrando que é possível isso desde que se garanta direitos de seguridade, saúde e educação de forma básica, mas sob uma responsabilidade de garantia a riscos comum.

Portanto, a autora chega estabelece exemplos de sua ideia de política universal com determinado grau de espessura até um grau de focalização, observando o modelo de Estado e também a concepção de justiça social garantida pelos direitos constitucionais dos países:

- (1) concepção fina de justiça com ênfase na focalização: residualismo, ou seja, rede de proteção social mínima — como parece ser a experiência norteamericana;
- (2) concepção fina com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde básicas — como parece ser a experiência inglesa;
- (3) concepção espessa de justiça com ênfase na universalização: seguridade social, educação e saúde universais e generosas — como parece ser a experiência escandinava;

(4) concepção espessa com ênfase na focalização: alocação redistributiva de recursos para geração de oportunidades sociais e econômicas para os grupos sociais em desvantagem relativa — cenário hipotético, porém plausível. (KERSTENETZKY, 2006, p.572).

A partir dessa ideia, pode-se dizer que o Brasil diante dos elementos contidos na constituição descreve um cenário mais universal as políticas, ou seja, direitos iguais a todos, todavia isso não elimina a possibilidade de realizar política universal residual, buscando maior equidade, focalizando determinada política em grupos sem deixar de garantir o direito dos outros, gerando uma situação de eficiência no bem-estar para a sociedade. Kersteneszy (2009) demonstra que essa diferença de focalizar ou universalizar se daria sobre o tamanho do resíduo encontrado entre as pessoas, assim pode-se dizer que grupos de pessoas que apresentem mais características homogêneas (baixo resíduo) ou heterogêneas (alto resíduo) entre si, podem necessitar de políticas universais mais finas ou espessas de acordo com a situação em que se enquadram isto, é estão em uma melhor ou pior situação frente a um problema.

Baseados nos debates de universalização e focalização de políticas, Faria *et al* (2007) propõe métodos de identificação de público alvo de políticas públicas sob bases instrumentais auxiliadas pela matemática e estatística, em um de seus métodos, o modelo categórico, apresenta características em localizar geograficamente grupos de indivíduos e determinar um grau de focalização de políticas baseada no tamanho de discrepâncias encontradas na variável apurada:

Esse método de focalização consiste em fornecer benefícios a todos os indivíduos de uma determinada área geográfica e/ou de um grupo vulnerável. Essa focalização requer conhecimento da distribuição geográfica da incidência, da profundidade ou da gravidade da pobreza (ou outro indicador de interesse). Comunidades podem ser ordenadas de acordo com o indicador desejado, e os programas podem ser destinados aos escores que representem as localidades mais pobres. (FARIA et al, 2007, p.299).

O método proposto demonstra que o modelo categórico seria adequado para obter informações das características de grupos de pessoas, elaborar um diagnóstico e possibilitar aplicar uma política universal de caráter fina ou espessa para determinadas áreas. O modelo nesse sentido, permite identificar através de uma área geográfica o quão homogêneo ou heterogêneo são as características do público alvo a fim de possibilitar determinar o grau de universalização e focalização de uma política.

Câmara e Medeiros (1998) descrevem que os modelos de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) vêm influenciando em várias áreas sociais e urbanas, devido a sua capacidade de realizar atividades complexas; integrar dados e produção de documentos cartográficos, fornecendo aos gestores formas de conhecer problemas urbanos, ambientais e

rurais, e assim, tomarem decisões com estas ferramentas de grande potencial de conhecimento local e com uma tecnologia relativamente de baixo custo.

Nesse cenário, os SIG vem se tornado uma ferramenta nas organizações e governos que buscam maximizar sua base informacional, e aprimorar cada vez mais seus instrumentos de trabalho através desses *softwares*, sendo um elemento de fundamental na busca de dados logo “A utilização de SIG tomou uma proporção muito grande sendo possível melhorar o gerenciamento de informações e evoluir nos processos de tomada de decisão, nas áreas de transporte, proteção ambiental, planejamento municipal, estadual e federal.” (SILVA, 2004, p.1).

Assim, os modelos SIG podem viabilizar para os formuladores de políticas, formações de agendas e tomada de decisões em implantar políticas mais eficientes no sentido social e econômico, tanto pela promoção do bem estar da sociedade, quanto pela redução de gastos com políticas menos eficientes, garantindo ainda a universalidade dos direitos como consta na constituição, todavia sem excluir a possibilidade de focalizar em grupos ou áreas que apresentarem mais características discrepantes, ou seja, delimitando o grau de focalização ou universalização da política.

3 MATERIAS E MÉTODOS

O presente estudo tem como classificação quanto aos seus objetivos, características de uma pesquisa descritiva como aponta Gil (1999) na medida em que descreve fatos e fenômenos observados, descrevendo o perfil do público alvo de políticas públicas e decisões privados das cidades de Campina Grande e João Pessoa. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza por ser uma pesquisa levantamento, na medida em que são coletadas, descritas e apuradas informações sobre a características de grupos populacionais. A partir disso, a pesquisa ganha um caráter de uma pesquisa quantitativa por aplicar e identificar dados, através de ferramentas de *software*, com ajuda de métodos estatísticos e matemáticos para obtenção dos devidos resultados.

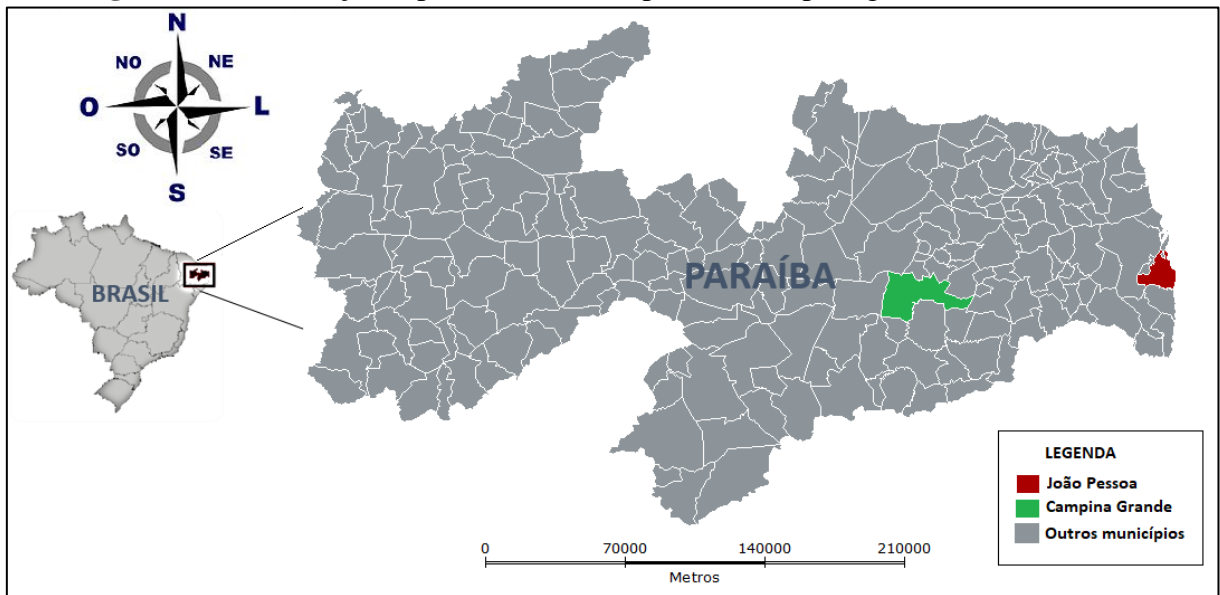
3.1 Caracterização do objeto de Estudo

O estudo toma como universo de pesquisa a população residente nas cidades de Campina Grande e João Pessoa, na medida em que ambas cidades são os dois maiores centros econômicos, políticos e sociais na contribuição do desenvolvimento do estado da Paraíba, fator decisivo para a análise do grau de espessura da política pública na medida em que os resultados das políticas nas duas cidades impactam o maior número de pessoas e também os resultados do desenvolvimento paraibano.

As cidades estão localizadas no estado da Paraíba, que se encaixa na região nordeste do Brasil, a Paraíba segundo IBGE (2018) apresenta uma população de 3.99 milhões de pessoas, o que compõem uma densidade demográfica de 66.7 *hab/km*². O estado apresenta um PIB nominal de aproximadamente R\$ 59 bilhões e detém um IDH de 0.658.

Segundo o relatório do IBGE (2007) das Regiões de Influência das Cidades (REGIC), as cidades de João Pessoa e Campina Grande são consideradas capitais regionais de classificação A e B respectivamente, essa classificação advém de critérios de centralidade populacional, jurídica, territorial, empresarial e fornecimento de equipamentos e serviços, atendendo municípios não apenas vizinhos, mas também cidades com uma maior distância. Segundo os dados do IBGE (2016) as cidades também representam o maior contingente populacional e econômico do estado, juntas compõem aproximadamente cerca de 45% do PIB, concentrando assim um grande volume de recursos e atividades no estado.

Figura 2 – Localização espacial dos municípios de Campina grande e João Pessoa

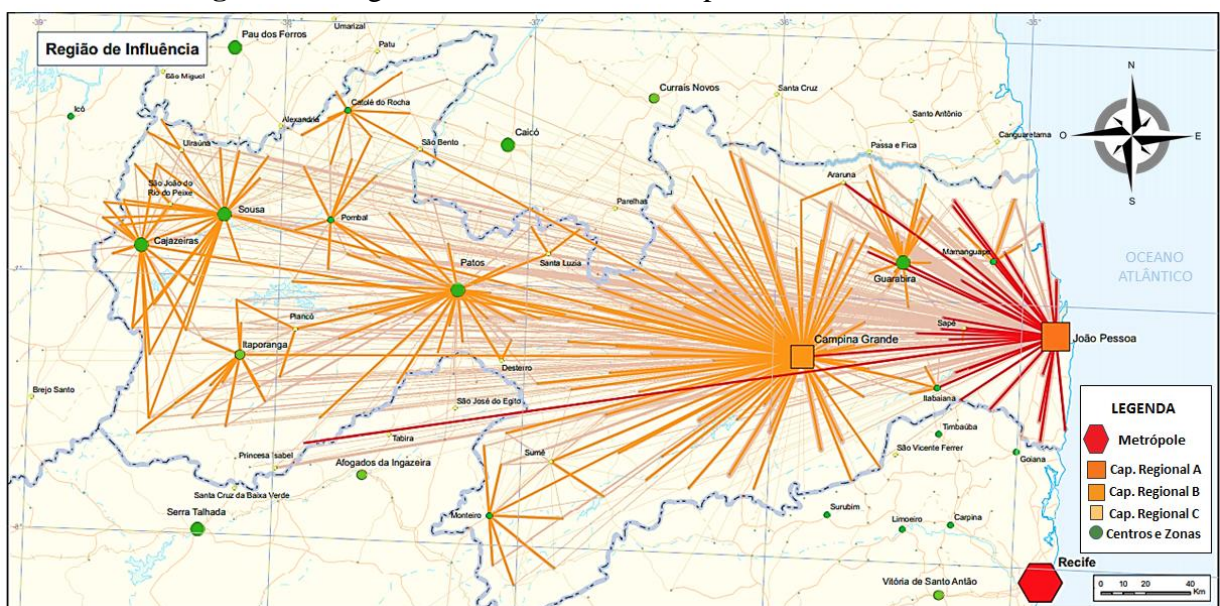


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2018.

Elaboração: Própria baseado de cartografias do IBGE, 2018.

Através da Figura 3 é possível observar o grau de influência que as cidades oferecem para quase que toda região do estado da Paraíba, na oferta de serviços, equipamentos. A cidade de Campina Grande pela demonstração dessa figura apresenta uma influência relativamente maior que João Pessoa para suas cidades vizinhas, enquanto que João Pessoa apresenta influência indireta em áreas mais distantes.

Figura 3 – Região de influência de Campina Grande e João Pessoa



Fonte: Região de Influência das Cidades (REGIC) – IBGE

Elaboração: IBGE

A influência de ambas as cidades na Figura 3 está apresentada apenas ao estado da Paraíba, todavia as cidades representam influência também cidades de outros estados,

mantendo assim seus títulos de capitais regionais, atendendo municípios dentro e fora dos limites locais da Paraíba.

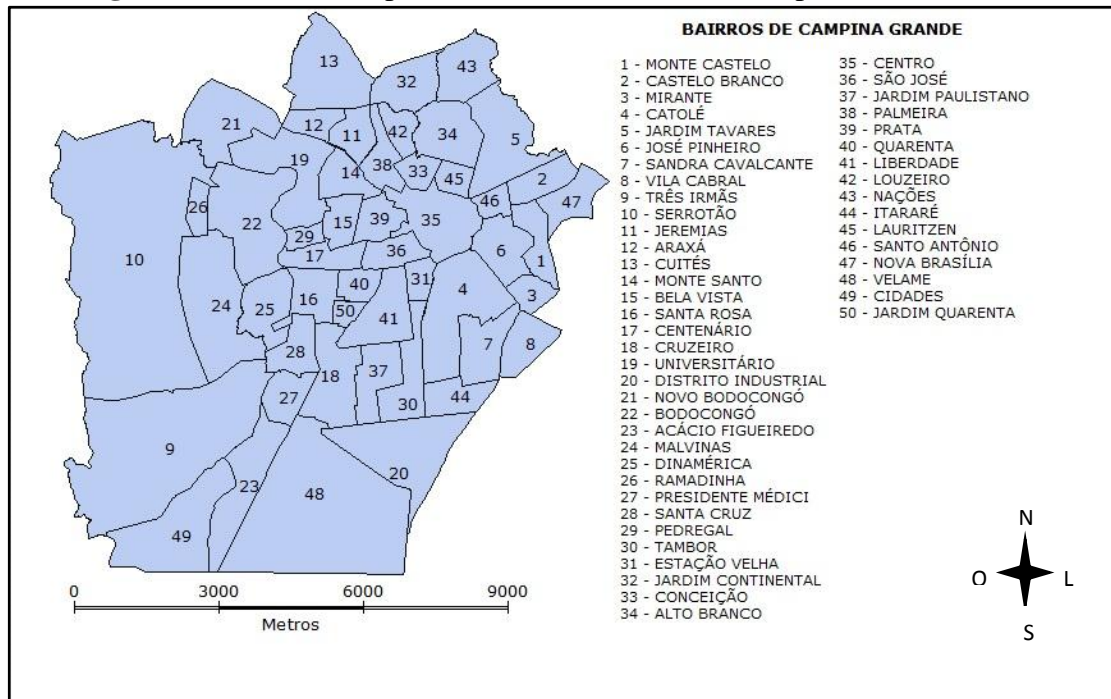
3.1.1 A cidade de Campina Grande

A cidade de Campina Grande localizado no estado da Paraíba, ao nordeste do Brasil como já fora descrito em números, apresenta uma população relativamente de tamanho médio entre as cidades brasileiras, sendo a segunda cidade mais populosa do estado da Paraíba. A cidade segundo o IBGE apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) próximo de R\$ 8.3 bilhões (2016) e um PIB *per capita* próximo de R\$ 20.5 mil (2016) representando um valor relativamente alto entre as cidades do estado. No entanto, o PIB *per capita* se comparado a outros índices de mensuração de distribuição de renda e qualidade de vida da população, não representa um índice tão refinado para uma análise de condições de vida.

Os principais índices de medição das condições de vida da população da cidade, tal como como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁸ do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), se encontra em uma faixa considerada alta (0.720 de 0 a 1) em relação aos indicadores: longevidade, renda e educação. Todavia, este número representa um total de dados da população da cidade, ao analisar variáveis similares a estas em áreas delimitadas é possível refletir mais com relação a qualidade de desenvolvimento da população que compõe a cidade.

Sobre os limites geográficos da cidade, sua extensão territorial e divisão entre os bairros (numerados) podem ser vislumbrados na Figura 4.

⁸ Dados disponíveis em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 05 jul. 2016.

Figura 4 - Sede Municipal e Divisão de bairros de Campina Grande (2010)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

O município segundo o censo IBGE apresenta uma população total (Sede e Distritos) de 385.213 habitantes entre homens e mulheres (2010), de várias faixas etárias e que ocupam tanto a zona urbana, quanto a zona rural e formam uma densidade demográfica próxima de 648.3 Hab./Km² (2016). A sede apresenta segundo o IBGE (2010)⁹ uma população 355.082 habitantes (desse total 52.9% mulheres e 47.1% homens), os habitantes que compõe a sede se distribuem entre os 50 bairros representados na Figura 4, compondo majoritariamente em 93.45% da população total da cidade.

3.1.2 A cidade de João Pessoa

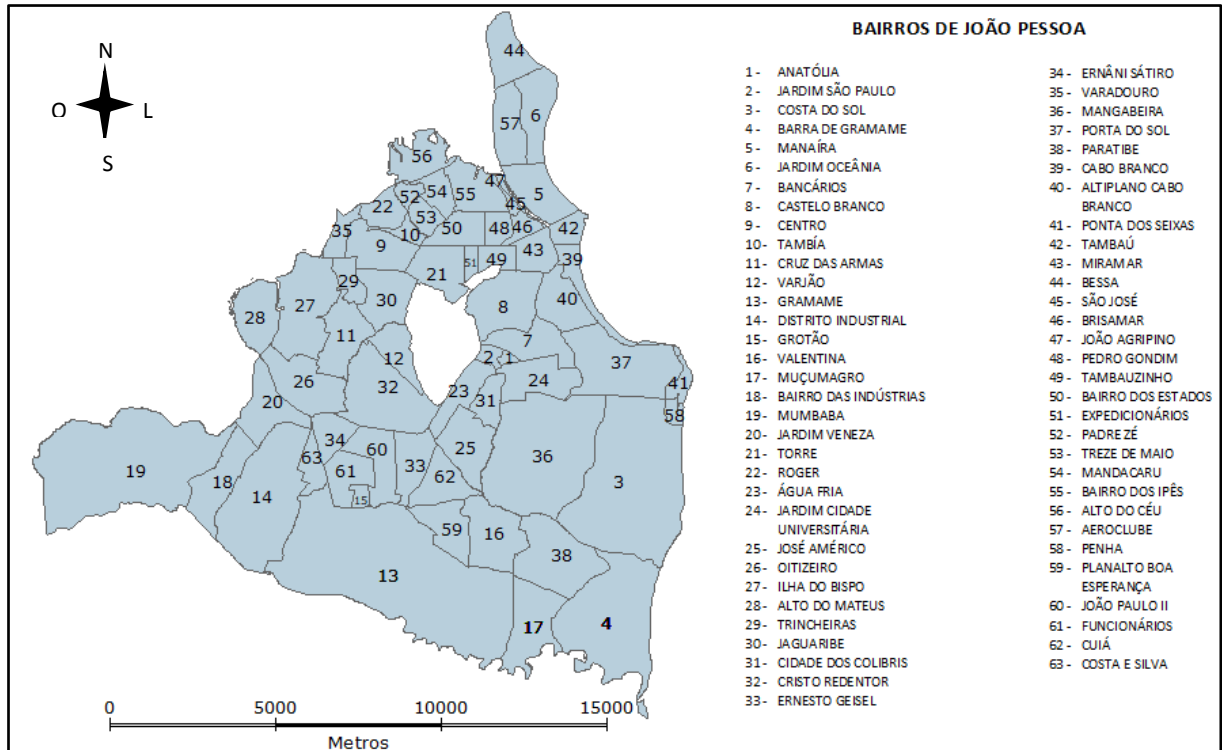
João Pessoa é a capital do estado da Paraíba, com uma população segundo IBGE (2017) aproximada de 800 mil habitantes, A cidade logo concentra o maior valor nominal do PIB do estado sendo R\$ 18.7 (2016) e um PB *per capita* de R\$ 23.3 mil (2016). João Pessoa é a terceira cidade mais antiga do Brasil (433 anos) tendo muitos pontos históricos, e além disso, por se localizar em zona litorânea e estar em no ponto mais oriental das américas é um importante polo turístico para a região e assim um fator de grande viabilidade econômica,

⁹ A pesquisa leva em consideração o ano base 2010, porém na estimativa populacional para 2018, o município já apresenta uma população próxima de 407 mil habitantes.

A cidade apresenta um IDHM relativamente alto segundo a PNUD (2018) de 0.763 medido pelas condições de renda, longevidade e educação para os habitantes, todavia o dado é genérico e não mensura de forma específica e sim apenas um média geral.

A extensão territorial e divisão entre os bairros (numerados) podem ser vislumbrados na Figura 5, compondo os 63 bairros da sede urbana municipal:

Figura 5 - Sede Municipal e Divisão de bairros de João Pessoa (2010)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

A densidade demográfica segundo o IBGE (2018) 3.421,28 *hab/km*² com uma área territorial de 211.475 *km*², sua população total se distribui por todo o território compondo em cerca de 53% mulheres e 47% homens.

3.2 Coleta de Dados

A ampliação do esboço teórico, quanto a reformulação de objetivos, irão possibilitar traçar novos resultados, o que garante a ineditismo da pesquisa. O aumento do esboço geográfico comparando duas cidades traça uma nova pesquisa com resultados inéditos, porém com metodologia similar a pesquisa continua do próprio autor, tendo os componentes de questões, problemas, objetivos e resultados diferentes.

Assim, a pesquisa utiliza-se de dados oficiais do IBGE a partir da base mais recente sobre dados socioeconômicos da população, divulgados no último censo em 2010, a realização de censos ocorre entre dez e dez anos, sendo a próxima no ano de 2020.

O mapeamento do IBGE é um importante elemento para constatação das condições de vida de toda a população brasileira, sendo indispensável para a realização de qualquer atividade social que se possa planejar e executar.

Nesse contexto, as informações do Censo IBGE 2010 são essenciais para o desenvolvimento deste estudo, principalmente as informações disponibilizadas para os municípios. Essas informações são disponibilizadas no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), um banco de dados agregados do IBGE.

Os dados serão retirados do SIDRA e depois tratados para correção de erros, analisando as melhores variáveis para análise do grau de espessura da política pública e comparativo entre as cidades. Sendo esse processo um dos critérios de escolha na coleta de dados, ou seja, à sua compatibilidade comparativa entre as duas cidades e a possibilidade de uma análise na aplicação de uma política pública com uma espessura (fina ou espessa) entre cada variável. A seguir segue um quadro resumo das variáveis que serão analisadas para realização do diagnóstico.

Quadro 3 – Resumo das variáveis do desenvolvimento socioeconômico

VARIAVEIS SOCIOECONÔMICAS
1. Pessoas Alfabetizadas acima de 10 anos de idade
2. Distribuição populacional (total e gênero) nas cidades
3. Composição territorial de domicílios
4. Abastecimento de água
5. Domicílios com esgotamento sanitário
6. Domicílios com energia elétrica
7. Domicílios com rendimento domiciliar
8. Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento domiciliar
9. População idosa

Fonte: Elaboração própria baseada nas variáveis retiradas do Censo (2010) IBGE, 2018.

Dentre os critérios acima apontados, essas nove variáveis são as que foram selecionadas, excluindo variáveis incompatíveis e que não possuem coerência para uma análise de espessura da política pública de contribuição ao desenvolvimento regional.

Outro componente na escolha das variáveis foi sua compatibilidade os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁰ da ONU, o que demonstra que as variáveis fazem parte da preocupação dos gestores públicos no projeto de desenvolvimento socioeconômico, assim as ODS são:

ODS1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

ODS3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

ODS4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

ODS6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

ODS7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

ODS10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

ODS11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

ODS16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

3.3 Aplicação dos Dados

3.3.1 Ferramentas Instrumentais

Além da realização da coleta de dados, para a realização da pesquisa os dados serão aplicados a ferramentas de *software* que permitam a realização de procedimentos de análises geoespaciais, matemáticos e estatísticos. Neste sentido, após a coleta de dados, os dados serão organizados em planilhas do *Microsoft Excel*[®] 2013 (Anexos), metodologicamente separados por variável; bairro e seus respectivos dados, o que irá permitir a elaboração de cálculos matemáticos e estatísticos.

Após organizados em planilhas, os dados serão importados como tabelas para outro *software* que permitirá o desenvolvimento das análises geoespaciais, análises do grau de homogeneidade ou heterogeneidade, e permitirá uma melhor visualização das variáveis e como a população dos bairros da cidade demonstram suas características.

¹⁰ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) fazem parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), para mais informações: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>> Acesso em: 30 jul. 2016.

Os primeiros resultados do acerca da cidade de Campina Grande e seu perfil socioeconômico, consistem em resultados já apurados e demonstradas em uma pesquisa anterior¹¹ na qual foram apurados elementos como renda, saúde, habitação e vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, os resultados serão reaplicados nessa pesquisa para que se possa fazer o comparativo analítico com os resultados da cidade de João pessoa, assim, a pesquisa aumentará o escopo geográfico, utilizando-se de mesma aplicação metodológica para a cidade de João Pessoa.

3.3.2 Caracterização do TerraView[®]

Após a coleta de dados e aplicação em planilha, as tabelas serão importadas para o *software* de georreferenciamento denominado de *TerraView[®]*, que delimita as extensões de áreas espaciais, localizando os espaços e atribuindo informações. O *TerraView[®]* segundo o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE)¹² é uma ferramenta que processa mapas geográficos, objetivando facilitar a demonstração de dados geográficos através da consulta e análise de dados, utilizando dados vetoriais (pontos, linhas e polígonos, dados matriciais, grades e imagens) que são armazenadas em plataformas suportadas pelo programa (*ACCESS, PostgreSQL, MySQL, Oracle, SQLServer e Firebird*).

A plataforma *TerraView[®]* como sistema de georreferenciamento é uma ferramenta derivada dos Sistemas de Informações Geográficos (SIG). O *Terraview[®]* como modelo de SIG, trabalha com um “sistema de referência” que é composto por um *Datum* (modelo matemático que mensura o nível da terra em relação ao nível do mar) mais um sistemas de coordenadas (coordenadas de localização “x,y”). O datum ou seu plural “*data*” apresenta vários formatos de dimensões da terra como, por exemplo, Córrego alegre, SAD69 e o SIRGAS2000, ao qual realizam melhor adequação de dimensão de acordo com a localização estudada no globo terrestre. O IBGE¹³ tornou oficial do Brasil o *datum*, SIRGAS2000, ao qual essa pesquisa utiliza para melhor georreferenciar as localidades estudadas aqui.

Desta forma, o *TerraView[®]* como instrumento de SIG se encaixa em um modelo categórico de base geográfica, capaz de fornecer informações das características de áreas ocupadas por determinada população, além disto, permite o desenvolvimento de resultados

¹¹ Pesquisa realizada por Matias (2016), intitulada “Perfil atual do público alvo de políticas públicas e privadas no município de campina grande: uma visão pelo terraview[®]”.

¹² Definição e melhor entendimento disponíveis no site desenvolvedor do programa. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>> Acesso em: 21 abr. 2016.

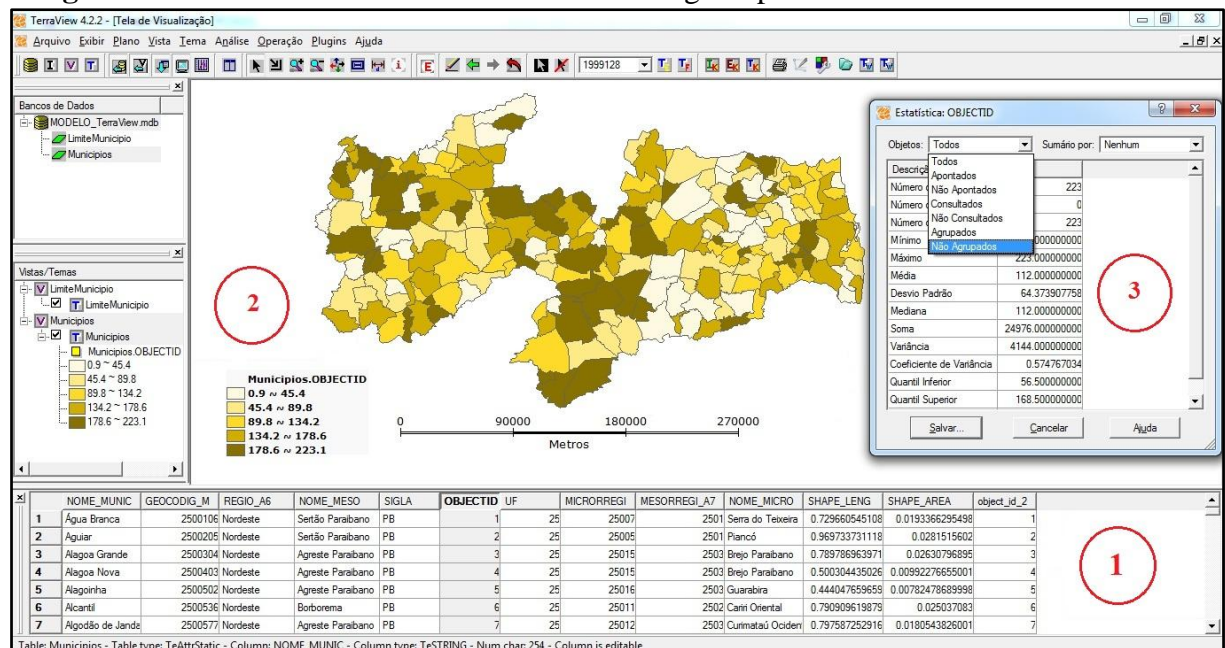
¹³ Informação retirada do site oficial do IBGE disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geodesia/pmrg/faq.shtm>> Acesso em 15. Jan. 2018

qualitativos e quantitativos sobre áreas e seus grupos, o que favorece na análise sobre perfis de população; grau de abrangência de políticas a serem implementadas e entre outras possibilidades.

Na busca destas informações, após a conexão dos dados do *excel* para o *TerraView*®, as tabelas serão agrupadas de acordo com seus respectivos dados, possibilitando a criação de intervalos de resultados; criações gráficas e cálculos entre as variáveis. Para melhor compreensão, a Figura 6 descreve através de um modelo de exemplo a visualização de forma sintética o processo de desenvolvimento dos dados na plataforma *TerraView*®.

Na área circulada “1”, em vermelho tem-se as tabelas agrupadas entre variáveis textuais e numéricas conectadas ao mapa temático na área “2” circulada em vermelho, os dados da tabela agrupada precisam estar alfanumericamente compatíveis para evitar qualquer erro; Na área “2” circulada em vermelho, localiza-se o mapa cartográfico já configurado com escala gráfica e de intervalos (representada pela legenda de cores) de alguma variável selecionada; Na área “3” circulada em vermelho, encontra-se o desenvolvimento dos cálculos matemáticos e estatísticos de acordo com a seleção por linha ou colunas da tabela agrupadas da área 1.

Figura 6 - Modelo de desenvolvimento de análise geoespacial e estatística no TerraView®



Fonte: Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA)

Elaboração: Própria baseado nos dados extraídos da AESA, 2016.

Após a realização destes procedimentos, as variáveis estarão aptas para o desenvolvimento de análises quantitativas e qualitativas quanto as características mais

relevantes encontradas, dando espaço para desenvolvimento de análises de medidas dispersivas ou de variabilidade entre as áreas que compõe o mapa cartográfico.

3.4 Coeficiente de Homogeneidade

A análise de medida dispersiva sobre os valores encontradas, é de extrema importância na medida em que se determina o grau de variabilidade dos elementos distribuídos. Assim, o estudo irá adotar o modelo de Coeficiente de Variância, que é uma medida de dispersão relativa que permite a comparação entre várias unidades de medida. Ao contrário do desvio padrão que se configura sob um modelo de dispersão absoluto, o coeficiente de variação demonstra a variabilidade em relação à média, excluindo a grandeza da variável, sendo mais apurado que o desvio padrão na determinação de variabilidade, assim o coeficiente permite demonstrar o grau de homogeneidade, quanto mais próximo o valor obtido estiver da média, mais homogêneo o resultado tende a ser, pois afasta-se menos da média dos resultados.

Neste estudo, serão adotados para obtenção dos resultados de dispersão o Coeficiente de Variação de Pearson (CVP)¹⁴ pela sua capacidade de apuração mais refinada que os demais métodos explicitados anteriormente. Este modelo é o mais adequado para obter resultados, sobre um conjunto de valores e o seu grau de homogeneidade com relação à média.

O modelo CVP pode ser metodologicamente representado como:

$$CVP = \frac{S}{\bar{X}} \times 100\%$$

, no qual temos que:

S é o desvio padrão do conjunto de valores;

\bar{X} É a média aritmética do conjunto de valores;

$\times 100\%$ é a multiplicação para tornar os valores em porcentagem para efeitos de comparação, não necessariamente obrigatório no cálculo de variação.

O *CVP* demonstra o grau de variabilidade em relação à média variando dentro do intervalo 0 e 1, quanto mais próximo da média (\bar{X}), o valor tende a ser mais homogêneo, neste caso ele se aproxima do 0. O inverso ocorre quando a o *CVP* se aproxima de 1, o resultado significa heterogêneo, o valor assim se afasta da média, sendo um valor disperso.

Esta pesquisa irá utilizar o *CVP* como modelo base estatístico, para determinar o coeficiente de homogeneidade que mede o grau de dispersão da variável em relação a sua

¹⁴ Karl Pearson (1857 – 1936), estatístico britânico que desenvolveu o coeficiente de variação, além de desenvolver várias outras medidas e métodos estatístico bastante utilizados pela estatística atual.

média, identificando a característica de homogeneidade ou heterogeneidade da população estudada, após a realização deste cálculo serão elaboradas as análises de como o resultado homogêneo ou heterogêneo poderá influenciar no desenvolvimento de políticas públicas.

A descoberta de características homogêneas ou heterogêneas serão importantes neste estudo, para elaborar uma análise sobre a utilização de políticas em benefício da sociedade. Seguindo essa ideia, o CVP tende a considerar um baixo grau de dispersão (homogêneo) quando os resultados do conjunto de dados forem iguais ou inferiores a 25%. Resultados superiores a 25% são considerados heterogêneos.

3.5 Grau de Espessura da Política Pública

De acordo com a variabilidade apontado pelo coeficiente, o estudo irá sugerir como já supracitado no arcabouço teórico o modelo de Kersteneszy, na qual visualiza duas concepções de política, sendo elas a política universal fina e a política universal espessa. A política “universal” estará compatível com os direitos legais garantidos pela Constituição de 88 fornecendo cobertura a todos, o que será impactado é seu tamanho (fino ou espesso) afim de possibilitar um melhor uso de recursos pelos formuladores de política.

Esta análise irá considerar que políticas mais finas tendem a um menor gasto de recursos, e políticas mais espessas tendem a aumentar a cobertura de abrangência, necessitando de maiores recursos. O que determinará o tamanho de espessura da política será o grau de dispersão (Coeficiente de Homogeneidade) e das variáveis por bairro. A aplicação de um modelo teste irá auxiliar o formulador a delimitação de uma política e de como poderá desenvolver demais políticas de acordo com o grau de variabilidade, afim de melhor utilizar recursos econômicos.

Logo as variáveis (de 1 a 9), poderão ter o seu tamanho de políticas definidas de acordo com o grau de dispersão, tal como no modelo teste a seguir:

1. Pessoas alfabetizadas acima dos 10 anos (ODS4; ODS10)

- **Modelo teste: Políticas de Alfabetização**

Homogêneo: Política Universal Fina, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, demonstra um nível de alfabetização mais abrangente nas áreas, sugerindo uma política universal, porém com menor tamanho devido ao bom nível de alfabetização.

Heterogêneo: Política Universal Espessa, a menor proximidade do valor obtido com relação à média, demonstra um nível de alfabetização menor entre as áreas, sugerindo

uso de uma política universal de forma mais expansiva para abranger áreas com baixa taxa de analfabetismo.

- **Modelo teste: *Políticas de Qualidade***

Homogêneo e Heterogênea: Política Universal Espessa, sendo o valor obtido de maior ou menor a proximidade da média, são sugeridas uso de políticas universais de forma mais expansiva para melhorar a qualidade da rede de ensino em todas áreas.

2. Distribuição populacional (total e gênero) nas cidades (ODS11; ODS16)

- **Modelo teste: *Política pública de distribuição domiciliar.***

Homogêneo: Política Universal Fina, devido a maior proximidade da média, o valor indica que a quantidade de pessoas distribuídas nas áreas são aproximadamente próximos a média de pessoas distribuídas, indicando menor necessidade envolvimento com políticas distributivas e poupando realização de gastos;

Heterogêneo: Política Universal Espessa, devido a uma distância maior da média, o valor indica que a quantidade de pessoas distribuídas nas áreas é distante entre si, o que leva a sugestão de uma política mais espessa reduzindo essa discrepância populacional tornando a distribuição de pessoas mais uniformes, reduzindo áreas concentradas e vazias.

3. Composição territorial de domicílios: (ODS11; ODS16)

- **Modelo teste: *Política pública de distribuição domiciliar.***

Homogêneo: Política Universal Fina, devido a maior proximidade da média, o valor indica que a quantidade de domicílios distribuído nas áreas é próximos da média de distribuição de domicílios, indicando menor necessidade envolvimento com políticas distributivas e poupando a realização de gastos;

Heterogêneo: Política Universal Espessa, devido a uma distância maior da média das áreas, o valor indica que a quantidade de domicílios distribuídos nas áreas é distante entre si, o que leva a sugestão de uma política mais espessa afim de distribuir os domicílios de maneira mais uniforme entre as áreas, reduzindo áreas concentradas e vazias.

4. Abastecimento de água: (ODS3; ODS6; ODS11)

- **Modelo teste: *Política pública de Instalação de rede geral***

Homogêneo: Política Universal Fina, devido à proximidade do valor obtido em relação à média entre as áreas, esse resultado indica maior nível de rede geral de abastecimento instalada, sugerindo o uso de políticas mais finas, evitando maior envolvimento e maiores gastos;

Heterogêneo: Política Universal Espessa, devido a maior distância em relação à média de domicílios cobertos pela rede geral entre as áreas, políticas mais expansivas podem ser mais adequadas para atendimento total de domicílios

- **Modelo teste: *Política de manutenção da rede geral***

Homogêneo: Política Universal Espessa, a maior proximidade do valor obtido em relação à média, indica que há uma maior cobertura de rede geral instalada em todas as áreas, sugerindo o uso de políticas de manutenções de rede de forma mais ampla;

Heterogêneo: Política Universal Fina, a menor proximidade do valor obtido em relação à média, é explicado possivelmente por uma menor cobertura da rede geral instalada em todas as áreas, sugerindo menor uso desse tipo de política pela falta de redes instaladas.

5. Domicílios com Esgotamento Sanitário: (ODS3; ODS6; ODS11)

- **Modelo teste: *Política pública: Instalação de Rede Geral de Esgoto***

Homogêneo: Política Universal Fina, devido à proximidade do valor obtido com relação à média, a variável apresenta maior parte da rede geral de esgoto instalada em todas as áreas, atendendo de forma mais intensa as áreas não atendidas, evitando maior envolvimento maiores gastos;

Heterogêneo: Política Universal Espessa, devido a maior distância do valor obtido com relação à média, indica que a média de domicílios cobertos pela rede geral de esgoto é menor, sugerindo uso de políticas mais expansivas podem ser mais adequadas para atendimento total de domicílios.

- **Modelo teste: *Manutenção da Rede geral de Esgoto***

Homogêneo: Política Universal Espessa, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, indica que a maior cobertura de rede geral instalada sugere o uso de políticas de manutenção da rede geral mais abrangentes;

Heterogêneo: Política Universal Fina, a menor proximidade do valor obtido com relação à média, possivelmente por uma menor cobertura da rede geral instalada em todas as áreas, sugere menor uso desse tipo de política pela falta de redes instaladas.

6. Domicílios com energia elétrica (ODS3; ODS4; ODS7; ODS11; ODS16)

- **Modelo teste: *Instalação de Energia Elétrica***

Homogêneo: Política Universal Fina, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, indica que o nível de cobertura de rede de energia elétrica instalada é abrangente em todas áreas, diminuindo a necessidade de instalação de rede de energia elétrica de forma extensa nas áreas analisadas e assim evitando o gasto com esse tipo de política.

Heterogêneo: Política Universal Espessa, uma maior distância do valor obtido com relação à média, revela que o nível de cobertura da rede de energia elétrica instalada é menos abrangente nas áreas, aumentando a necessidade de instalação de rede de energia elétrica, necessitando de políticas mais espessas.

- **Modelo teste: *Manutenção de Energia Elétrica:***

Homogêneo: Política Universal Espessa, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, indica que o nível de cobertura de rede de energia elétrica instalada é maior nas áreas analisadas, sugerindo espaço para uso de políticas mais espessas de manutenção da rede de energia elétrica nas áreas;

Heterogêneo: Política Universal Fina, a menor proximidade do valor obtido com relação à média, indica um nível de cobertura menor da rede de energia elétrica em algumas áreas, o que sugere o menor uso de políticas de manutenção para dar espaço a política de instalação da rede.

7. Domicílios com rendimento domiciliar (ODS1; ODS10)

- **Modelo teste: *Política de redução da desigualdade de áreas ocupadas por domicílios com renda***

Homogêneo: Política Universal Fina, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, indica que os valores dos rendimentos dos domicílios são próximos entre si, esse resultado sugere que o uso de política para redução das desigualdades seja menor.

Heterogêneo: Política Universal Espessa, a menor proximidade do valor obtido com relação à média, indica uma possível maior discrepância de rendimentos entre as áreas analisadas, sugerindo uso de políticas de redução da desigualdade mais espessas.

8. Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento (ODS1; ODS10)

- **Modelo teste: *Redução da desigualdade de áreas ocupadas por população com renda***

Homogêneo: Política Universal Fina, a maior proximidade do valor obtido com relação à média, demonstra um nível de renda próximo entre todas regiões, sugerindo uma menor necessidade de políticas de reduções da desigualdade entre as áreas.

Heterogêneo: Política Universal Espessa, menor proximidade do valor obtido com relação à média, indica um nível de renda discrepante entre as áreas analisadas, sugerindo a necessidade de políticas de redução de desigualdade mais espessas.

9 População Idosa (ODS3; ODS4)

- **Modelo teste: *Políticas Saúde e Bem Estar***

Homogêneo e Heterogênea: Política Universal Espessa, sendo o valor obtido de maior ou menor a proximidade da média, são sugeridas uso de políticas universais de forma mais expansiva dando condições melhores a população idosa em todas áreas.

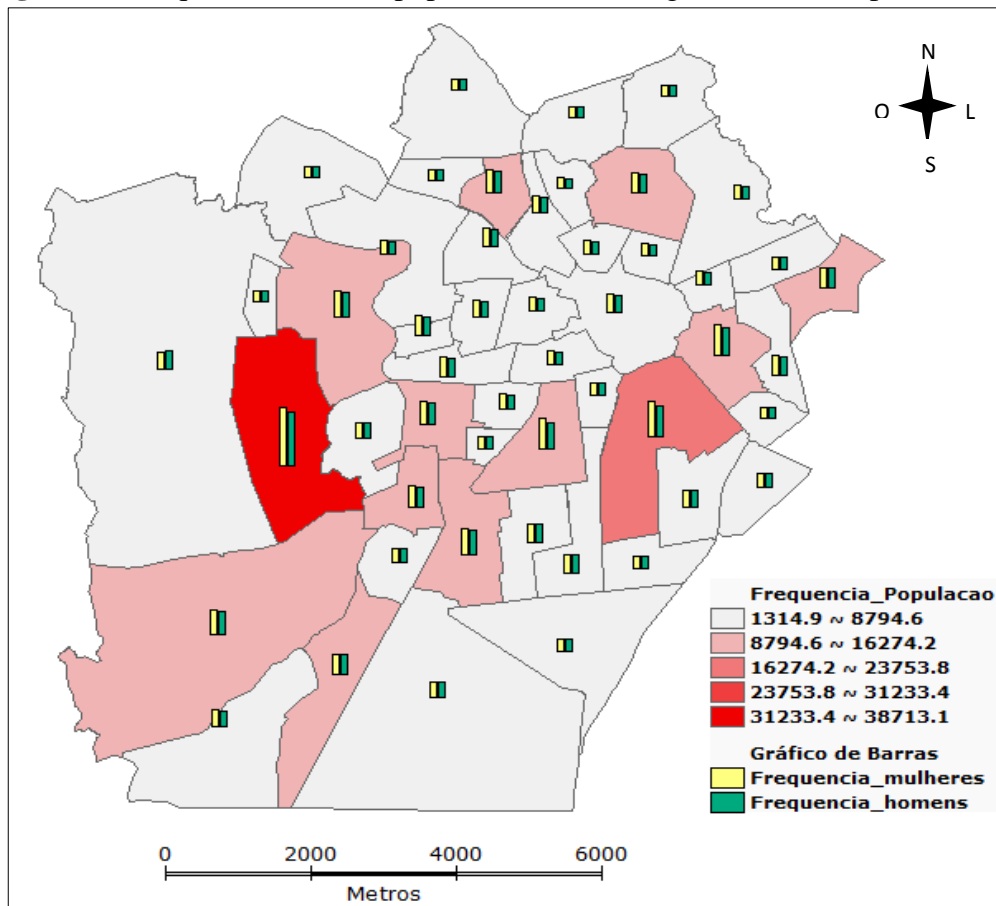
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Frequência populacional (total e gênero) nas cidades

4.1.1 Frequência populacional de Campina Grande

No total de pessoas, a cidade apresenta uma frequência média de moradores de 7.101 habitantes por bairro, essa distribuição homogênea se difere da distribuição de habitantes real como pode ser visto na Figura 7. Bairros tal como como a Malvinas apresenta uma população residente relativamente concentrada (38 mil habitantes), enquanto que 37 bairros apresentam níveis de populacionais menores (de 1 a 8 mil habitantes). Pela gradação de cores no mapa temático da Figura 7 percebe-se um grau de heterogeneidade na distribuição de moradores, porém é seu coeficiente de homogeneidade que expressa de melhor maneira esse resultado, com um coeficiente em 87.1% a composição populacional dos bairros apresenta um valor heterogêneo, ou seja, a população se distribui de forma desigual concentrando-se em alguns bairros.

Figura 7 - Frequência absoluta populacional (total e gênero) de Campina Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

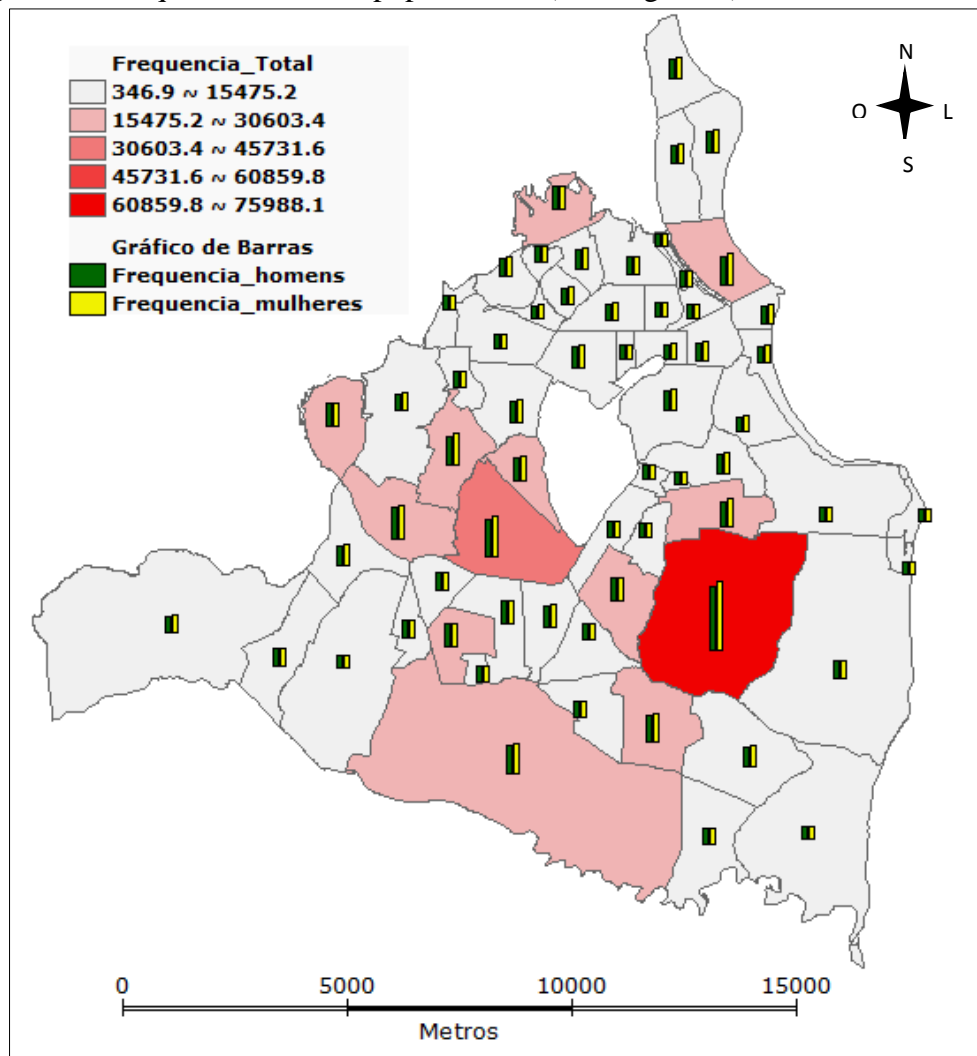
Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

Uma distribuição de habitantes mais heterogênea, revela que alguns bairros podem apresentar maior concentração de população, essa informação indica que em algumas áreas as demandas por serviços podem ser mais elevadas.

4.1.2 Frequência populacional de João Pessoa

Com 718.919 habitantes que se distribuem em 63 bairros a cidade de João Pessoa conta com uma população em maioria feminina (53.4%), mas com quase mesma totalidade de homens (46.6%), ambos gêneros se distribuem de forma homogênea entre os bairros. Já o somatório desses dois grupos não se apresenta assim, isso pode ser visto na Figura 8, na qual bairros como mangabeira e Cristo Redentor apresentam maiores números de pessoas, a população se distribui de forma desigual se concentrando em alguns bairros, o que demonstra uma taxa do coeficiente de homogeneidade de 97.2%, ou seja, um resultado heterogêneo.

Figura 8 – Frequência absoluta populacional (total e gênero) de João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

O resultado revela que ambas as cidades de Campina Grande e João Pessoa apresentam similarmente uma distribuição de moradores de forma desigual, porém na capital essa situação se intensifica, no comparativo bairro a bairro João Pessoa tem uma maior concentração no bairro de Mangabeira (75 mil *hab*) enquanto que Campina Grande isso se dá no bairro das Malvinas (38 mil *hab*), assim a capital paraibana demonstra tanto de forma absoluta como relativa um maior grau de concentração populacional.

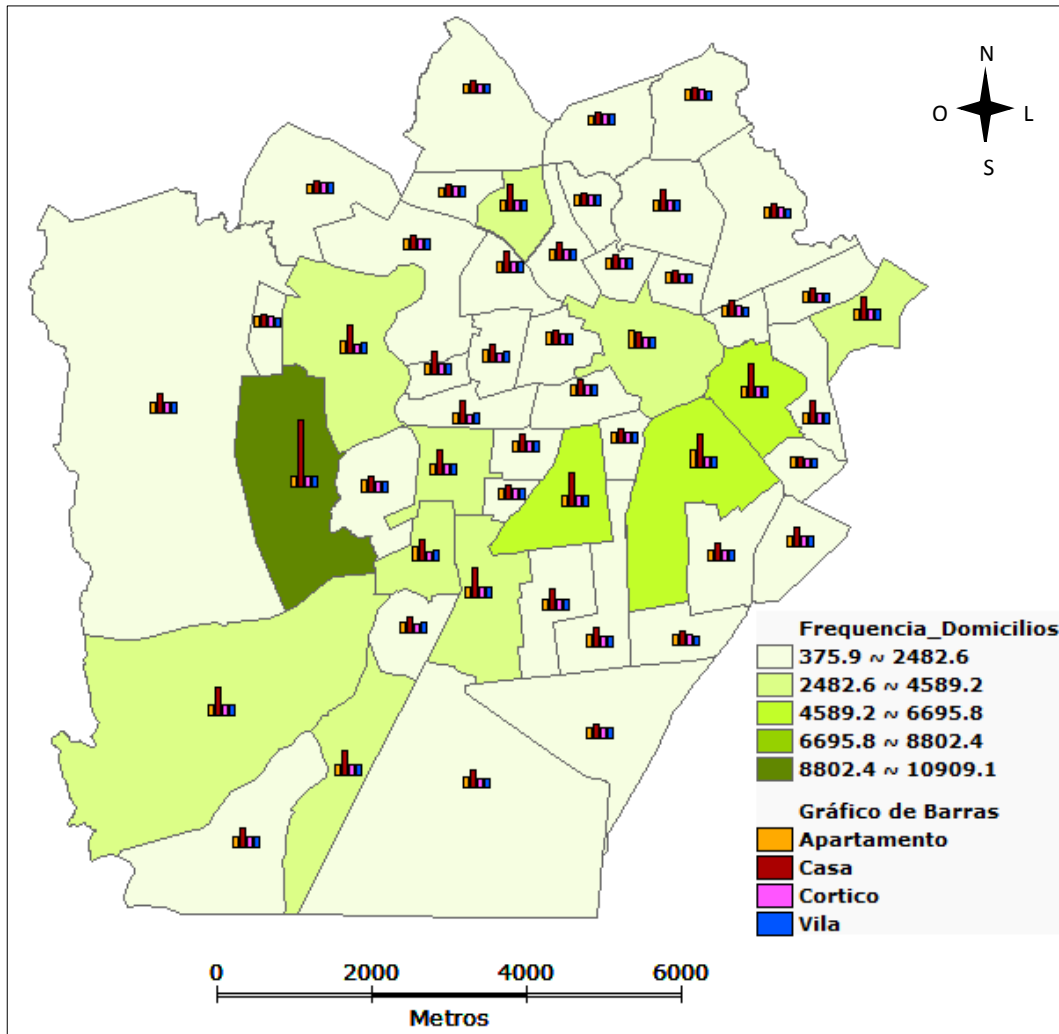
4.2 Composição territorial de domicílios

4.2.1 Composição de domicílios: Campina Grande

Essa população nos bairros residem em domicílios particulares, que são distribuídos em alguns tipos como: casas; casas de vila; apartamento; cortiço e oca ou maloca. A cidade de Campina Grande conta com mais de 103.325 domicílios, o que possibilita uma média de 2.067 domicílios por bairro, todavia esse resultado apresenta diferenças se comparado a distribuição real. Como pode ser visto na Figura 9, os domicílios particulares se distribuem de forma desigual entre os bairros, na mancha de cores é possível ver isto, todavia essa diferença não é só aparente como demonstra a figura, o resultado do coeficiente de homogeneidade demonstra que a distribuição de domicílios é bastante heterogênea em 86.2%. Este resultado é similar ao da distribuição populacional entre os bairros, demonstrando que os domicílios são dispersos da média e assim se distribuem de forma desigual, se concentrando em determinados bairros.

O número de domicílios no bairro das Malvinas (10.9 mil domicílios), assim como sua população mais elevada também apresenta o maior número de domicílios, seguido por Catolé, José Pinheiro e Liberdade. Sobre os tipos de domicílios, a presença do tipo domicílios “Casa” também se mostrou como o de maior presença na maioria dos bairros, compondo uma média de 88.6% do tipo de domicílio por bairro. Enquanto que o tipo apartamento se mostrou o segundo maior obtendo uma média de 10.6%, deixando menos de 2% para os totais de casas de vila; cortiço e oca ou maloca.

Figura 9 – Frequência absoluta de domicílios por bairros e por tipo de domicílio: Campina Grande



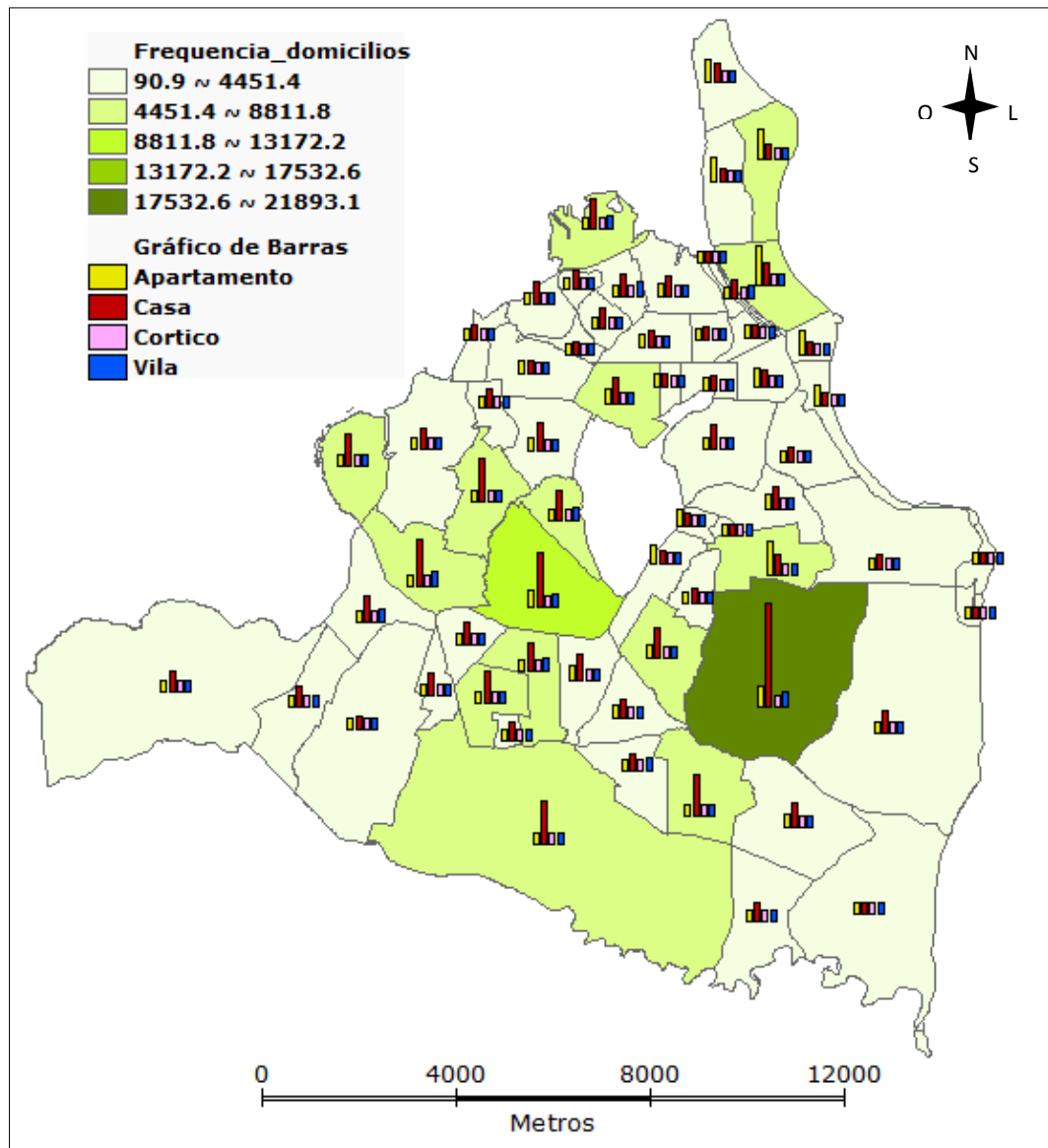
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

4.2.2 Composição de domicílios: João Pessoa

A cidade de João Pessoa apresenta mais de 211.974 domicílios distribuídos entre os 63 bairros que em média possuem 3.364 domicílios, todavia os resultados encontrados e demonstrados na Figura 10 demonstram ue há um grau de dispersão na distribuição dos domicílios por bairro. Essa constatação se confirma no coeficiente de homogeneidade que resultado em 95.6%.

Figura 10 - Frequência absoluta de domicílios por bairros e por tipo de domicílio: João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

Entre os bairros com maior concentração domiciliar estão Mangabeira (21.9 mil domicílios) e Cristo Redentor (10.6 mil domicílios). Já no que diz a presença de domicílios, o número de casas é predominante em 72.9%, enquanto que apartamentos representa 20.9% e as vilas representam 5.9%.

João Pessoa em comparação a cidade de Campina Grande apresenta o dobro de domicílios e também um maior número de apartamentos em detrimento do seu menor número percentual de casas, além disso, a cidade um maior grau de heterogeneidade do que Campina Grande, porém ambas ainda similares na concentração de domicílios em alguns de seus bairros.

4.3 Abastecimento de água:

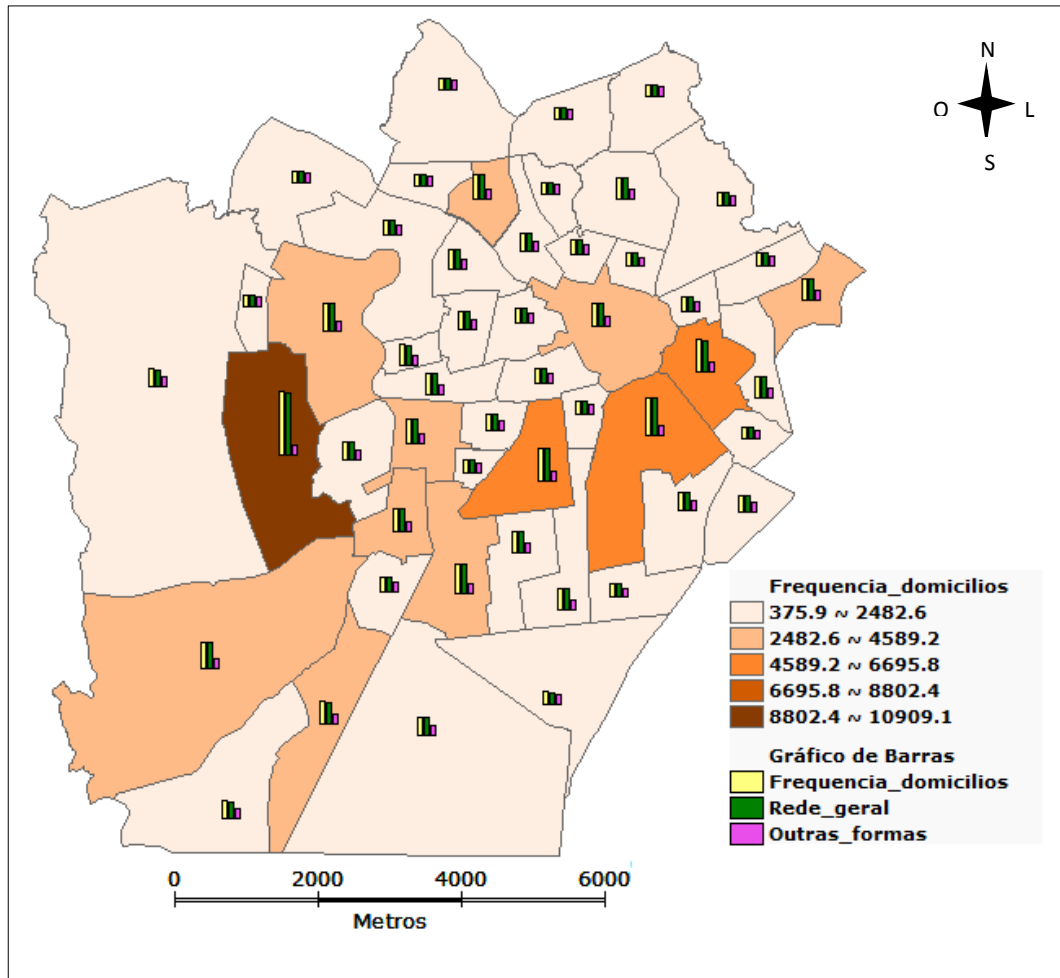
4.3.1 Abastecimento de água: Campina Grande

O abastecimento de água potável é um elemento bastante importante para o consumo e demais atividades humanas. O acesso irrestrito da água limpa e apropriado para o consumo humano é um dos objetivos propostos pela ONU (ODS3; ODS6; ODS11) para o desenvolvimento das cidades, contribuindo na melhora da qualidade de vida e fornecendo elementos necessários ao crescimento econômico da sociedade.

Nesta perspectiva, a análise de abastecimento de água torna-se um fator primordial nas questões de saúde e desenvolvimento socioeconômico para os gestores de políticas. Seguindo esses fundamentos, na busca de informações acerca do abastecimento da cidade de Campina Grande, detectou-se que seu fornecimento é composto por uma Rede Geral de abastecimento e por outras formas de abastecimento. Os resultados podem ser visualizados na Figura 11 que demonstra a distribuição de domicílios e a forma de abastecimento de água por Rede geral ou outra forma de abastecimento. A quantidade de domicílios com Rede Geral de abastecimento na maioria dos bairros, é próxima do total de domicílios como pode ser visto pela legenda.

A média de domicílios particulares por bairros, atendidos pela rede geral de abastecimento é de 98.6%, o que demonstra uma cobertura relativamente alta da rede geral sobre os bairros, esse resultado de maior abrangência de cobertura da rede geral pode ser identificado também no coeficiente de homogeneidade da variável, que demonstrou um resultado homogêneo em 2.1%, ou seja, os bairros apresentam um índice de cobertura da rede geral bastante homogêneo entre si.

Figura 11 - Frequência absoluta de domicílios e Forma de Abastecimento de Água: Campina Grande



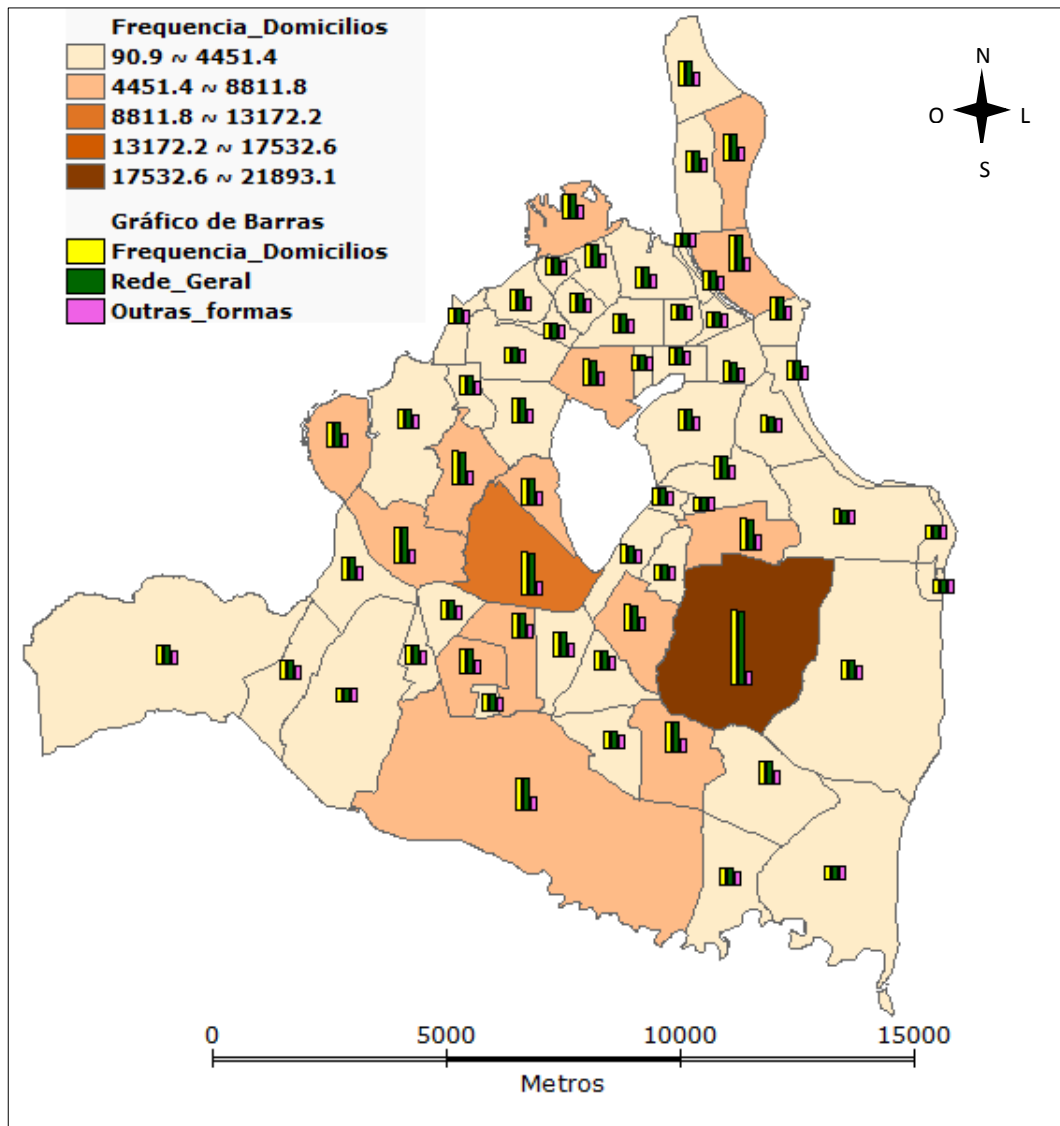
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

4.3.2 Abastecimento de água: João Pessoa

A cidade de João Pessoa no quesito abastecimento de água demonstra uma média de 3.250 domicílios atendidos pela rede geral de abastecimento de água, o que representa uma média de 92% dos domicílios por bairros. A Figura 12 demonstra essa aproximação da rede geral na cobertura de domicílios por bairro. Essa constatação se confirmou no valor do coeficiente de homogeneidade que demonstrou um valor de 19.9% dando um resultado homogêneo.

Figura 12 - Frequência absoluta de domicílios e forma de abastecimento de água:
João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

Assim como Campina Grande, a cidade de João Pessoa também apresenta uma taxa de domicílios relativamente alta no atendimento da rede geral de abastecimento de água, todavia Campina Grande apresenta um valor mais significativo na taxa média de cobertura por bairro (98.1%), levando a um resultado mais homogêneo (2.1%), ou seja, Campina Grande apresenta mais significativo desempenho pelo abastecimento de água na rede geral.

4.4 Domicílios com Esgotamento Sanitário

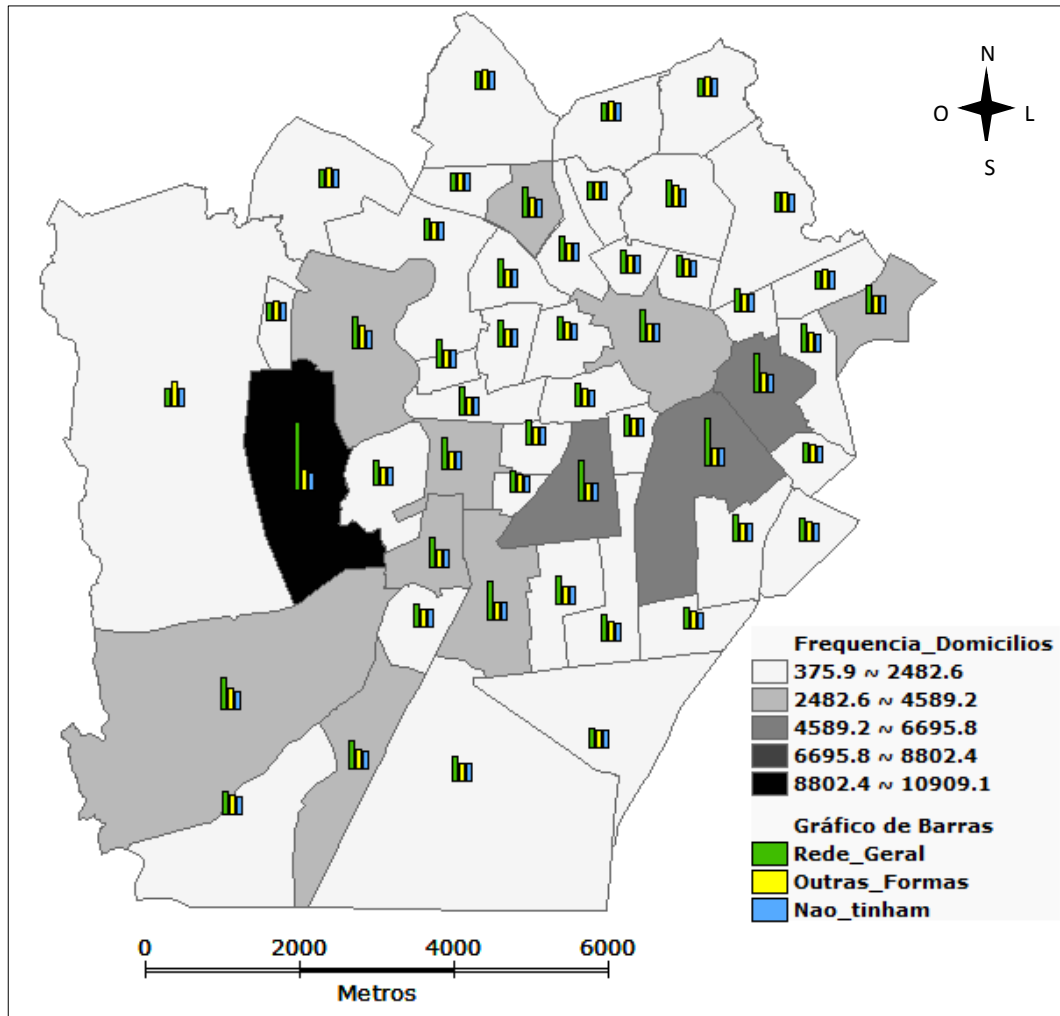
4.4.1 Domicílios com Esgotamento Sanitário: Campina Grande

A presença de esgotamento sanitário em uma cidade representa um elemento fundamental para o planejamento urbano, já que o nível de saneamento básico representa segundo a ONU (ODS3; ODS6; ODS11) a eliminação de problemas ambientais, de higiene e saúde vital que possam vir a afetar a população, em especial as crianças e cidadãos em zonas periféricas de baixa adequações de moradias. Neste sentido, a visualização de uma cobertura de uma rede de esgotamento sanitário entre áreas torna-se uma informação fundamental para promoção de políticas, voltadas ao tratamento e coleta de esgoto, evitando qualquer problema como fora citado anteriormente e contribuindo para o desenvolvimento dos estados e municípios.

Dessa forma, na determinação do nível de esgotamento sanitário nos domicílios da sede da cidade de Campina Grande, foram observadas informações apuradas sobre a presença ou ausência de esgotamento sanitário. Essas informações são distribuídas em três categorias: Presença de Rede Geral de Esgotou ou Forma pluvial; Outras Formas de esgotamento sanitário (Composto por Fossa Séptica; Fossa Rudimentar; Vala; rio, lago ou mar e outros tipos) e por fim domicílios que não tinham rede de esgoto. Estes resultados podem ser vistos na Figura 13, na qual apresenta a distribuição por domicílios e a presença das formas de esgotamento sanitário.

A Média de domicílios entre os bairros com presença de Rede Geral de Esgotos ou Pluvial é de 75.6%, enquanto que as outras formas compõem uma média de 23.6%, e apenas uma média de 0.7% dos domicílios não tinham nenhum tipo de esgotamento sanitário.

Figura 13 - Frequência absoluta de domicílios e Esgotamento Sanitário: Campina Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

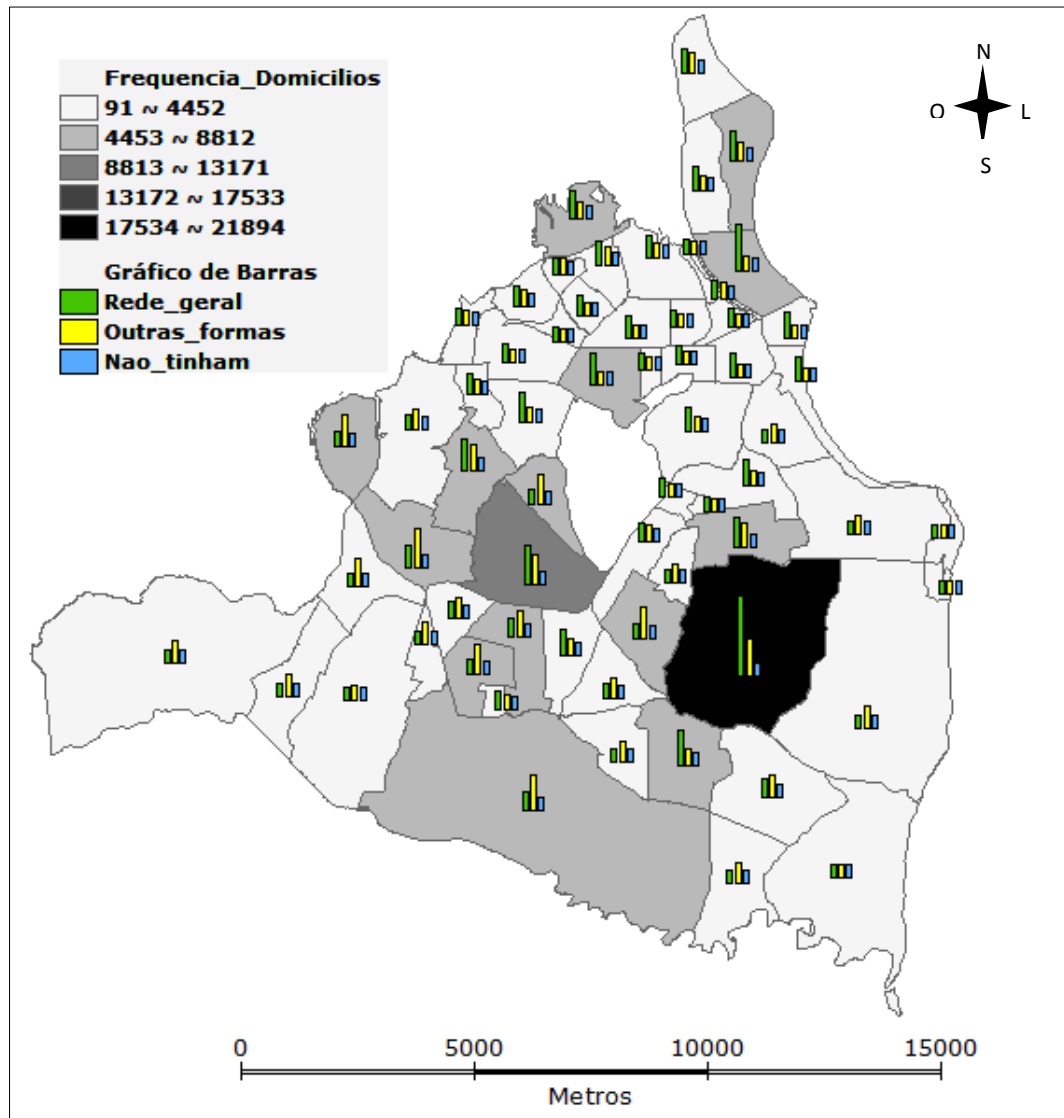
Essa média de domicílios cobertos pela rede geral de esgoto, se demonstra relativamente superior as outras formas e ao número de domicílios que não tinham esgoto algum. No entanto, na verificação da cobertura de rede geral, o grau de homogeneidade demonstra que a de dispersão de domicílios com rede geral entre bairros é de 38.7%, ou seja, um valor heterogêneo, indicando que na verdade há uma disparidade na cobertura da rede geral de esgoto entre os bairros, alguns apresentam maiores taxas enquanto outros menores, utilizando assim outras formas ou de fato não possuem rede geral.

4.4.2 Domicílios com Esgotamento Sanitário: João Pessoa

A presença de esgotamento sanitário na capital paraibana nos revela que a cidade apresenta um atendimento da rede geral ou pluvial de 53.9% de domicílios por bairro, enquanto a presença de outras formas de saneamento obteve uma taxa média próxima a 45.9%

e os que não tinham nenhum tipo de saneamento representam uma média apenas 0.2%. Esse resultado se confirma com o coeficiente de homogeneidade relativamente alto em 68.9%, ou seja, nem todos os domicílios nos bairros apresentam cobertura de saneamento via rede geral de esgotamento.

Figura 14 - Frequência absoluta de domicílios e esgotamento sanitário:
João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

A cidade de Campina Grande também apresentou um resultado heterogêneo, todavia em João Pessoa tanto a média quanto a taxa de heterogeneidade são acentuadas, demonstrando que Campina Grande possui maior cobertura da rede geral de saneamento nos domicílios por bairro.

4.5 Domicílios com Energia Elétrica

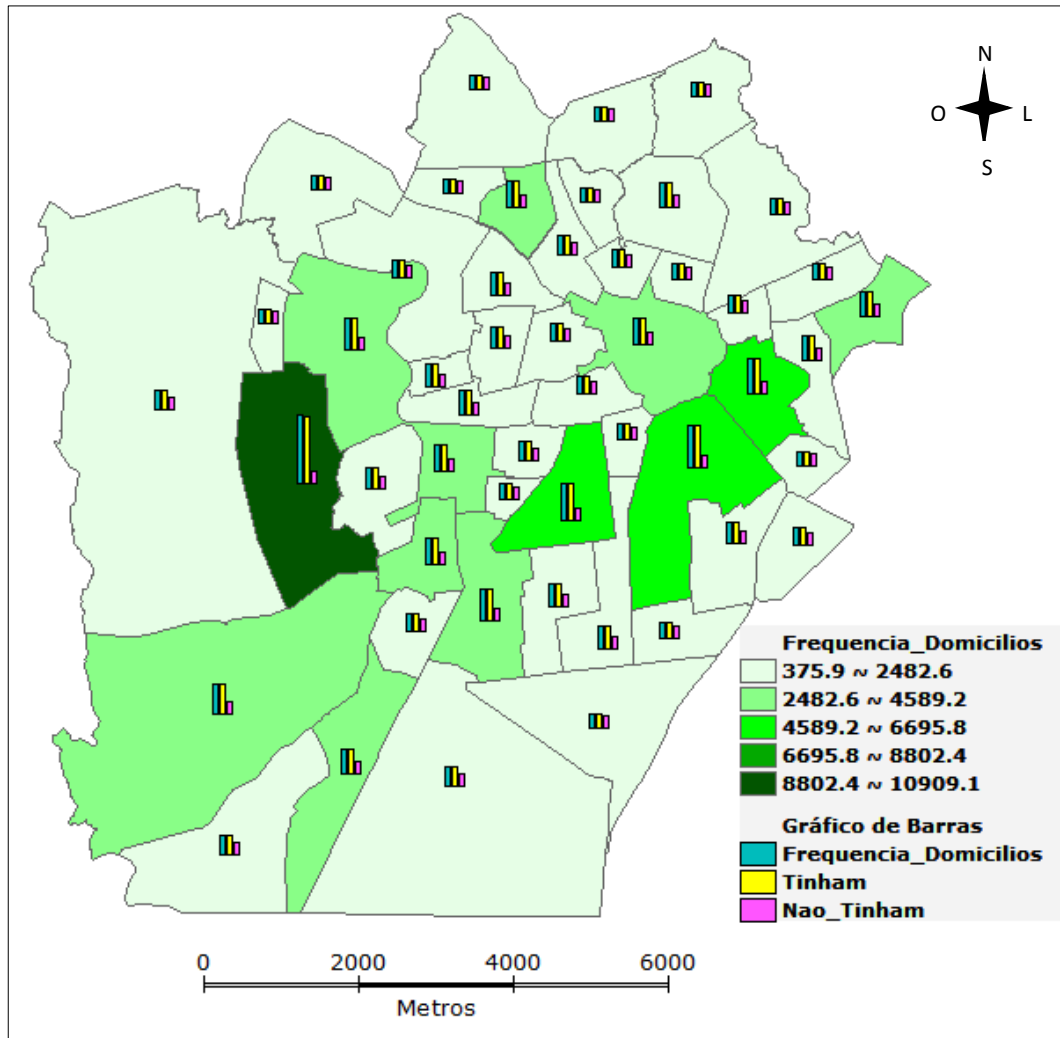
4.5.1 Domicílios com Energia Elétrica: Campina Grande

O Acesso irrestrito a serviços de energia, de forma moderna sustentável e eficiente além da promoção de preços acessíveis a todos é um dos objetivos estipulados pela ONU (ODS3; ODS4; ODS7; ODS11; ODS16) para o desenvolvimento dos países, estados e municípios. A presença de energia elétrica favorece o acesso à educação; comunicação; meios de transporte; segurança; funcionamento de máquinas e uma infinidade de atividades realizadas pela ação do homem, sendo um elemento imprescindível da atividade humana nos dias atuais. Assim, a energia elétrica é um elemento de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico.

No que se refere a presença desse tipo de energia nos domicílios entre os bairros em Campina Grande, os resultados obtidos indicam que os domicílios apresentam uma média de 99.7% de cobertura de rede geral de energia elétrica instalada, tendo como resíduo apenas uma média 0.03% de rede não instalada. Esse resultado pode ser visto na Figura 15, na qual são demonstradas a distribuição de domicílios por bairro e a presença (tinham ou não tinham) de energia elétrica instalada. A composição de domicílios com presença de energia elétrica é aproximadamente a mesma composição do total de domicílio na maioria dos bairros.

A verificação desse percentual médio de cobertura de rede energética instalada nos bairros, se dá pelo grau de homogeneidade que apresenta um resultado de 0.25% (homogêneo) que confirma o resultado de grande cobertura de energia elétrica instalada nos domicílios em todos os bairros. Enquanto que o pequeno resíduo de 0.03%, composto por domicílios sem acesso à energia elétrica apresentam um grau heterogêneo em 91.3%, mostrando que a pequena parcela de domicílios que não possuem energia elétrica é bem dispersa.

Figura 15 - Frequência absoluta de domicílios e presença de Energia Elétrica: Campina Grande



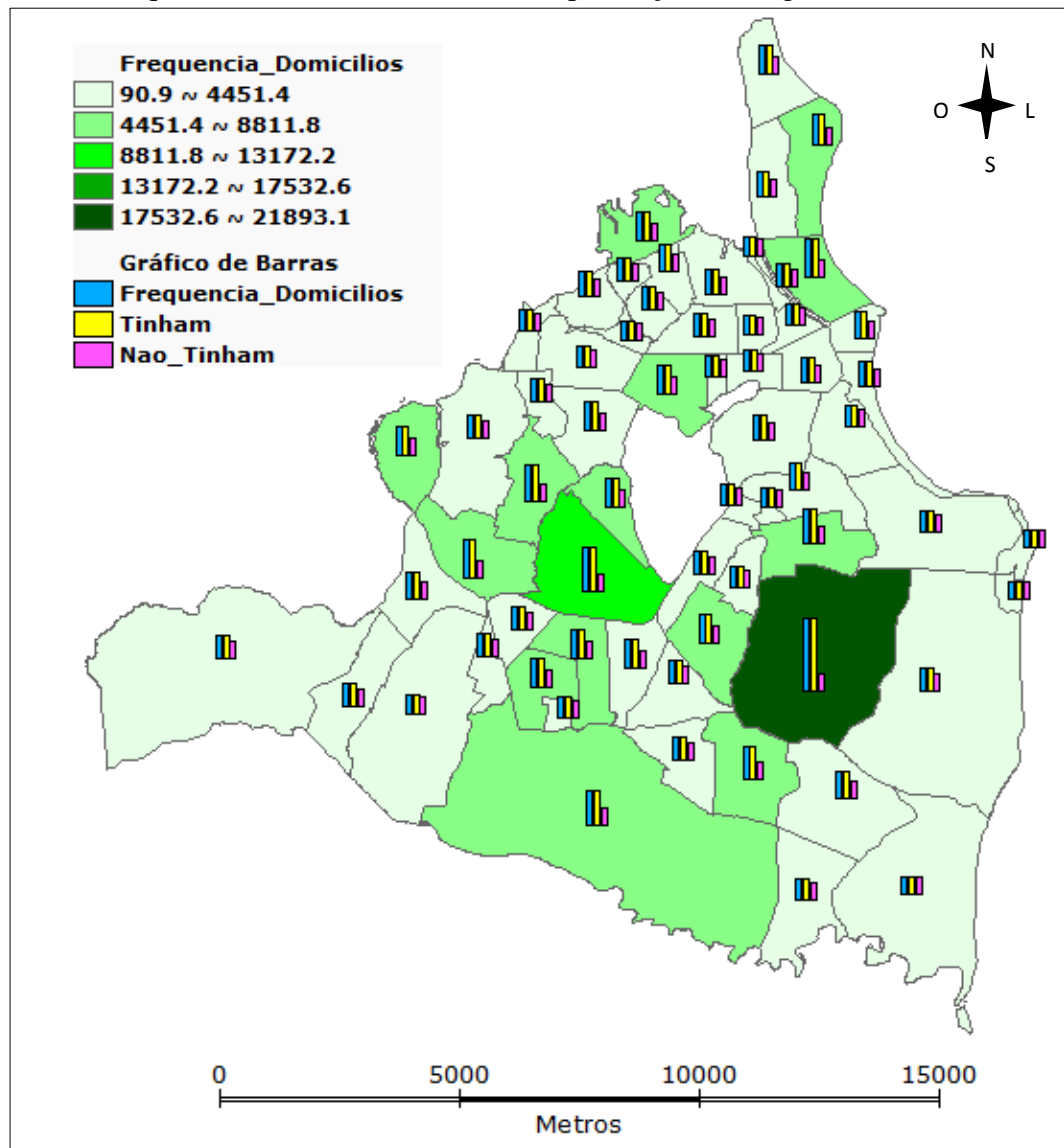
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

4.5.2 Domicílios com Energia Elétrica: João Pessoa

A distribuição de energia elétrica na cidade de João Pessoa demonstra resultados similares a Campina Grande, grande parte dos domicílios distribuídos pelos bairros são atendidos pela rede geral de fornecimento elétrico. A taxa média de atendimento por bairro é de 99.86% deixando apenas um pequeno número não coberto, esses dados podem ser visualmente verificados na Figura 16.

Figura 16 - Frequência absoluta de domicílios e presença de energia elétrica: João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

No entanto, o que confirma essa constatação está no coeficiente de homogeneidade, esse resultado representou 0,21% o que significa uma cobertura homogênea, em outras palavras, quase uma cobertura total de energia elétrica nos domicílios da Cidade.

4.6 Domicílios com rendimento domiciliar

4.6.1 Domicílios com rendimento domiciliar: Campina Grande

Na formação de um perfil socioeconômico de uma determinada população, um elemento de extrema importância é o seu nível de renda. Através do nível de renda dos indivíduos pode-se ter um conhecimento da qualidade de vida das pessoas; do seu consumo de bens e serviços; de sua poupança e como interagem com outros agentes econômicos. Tanto

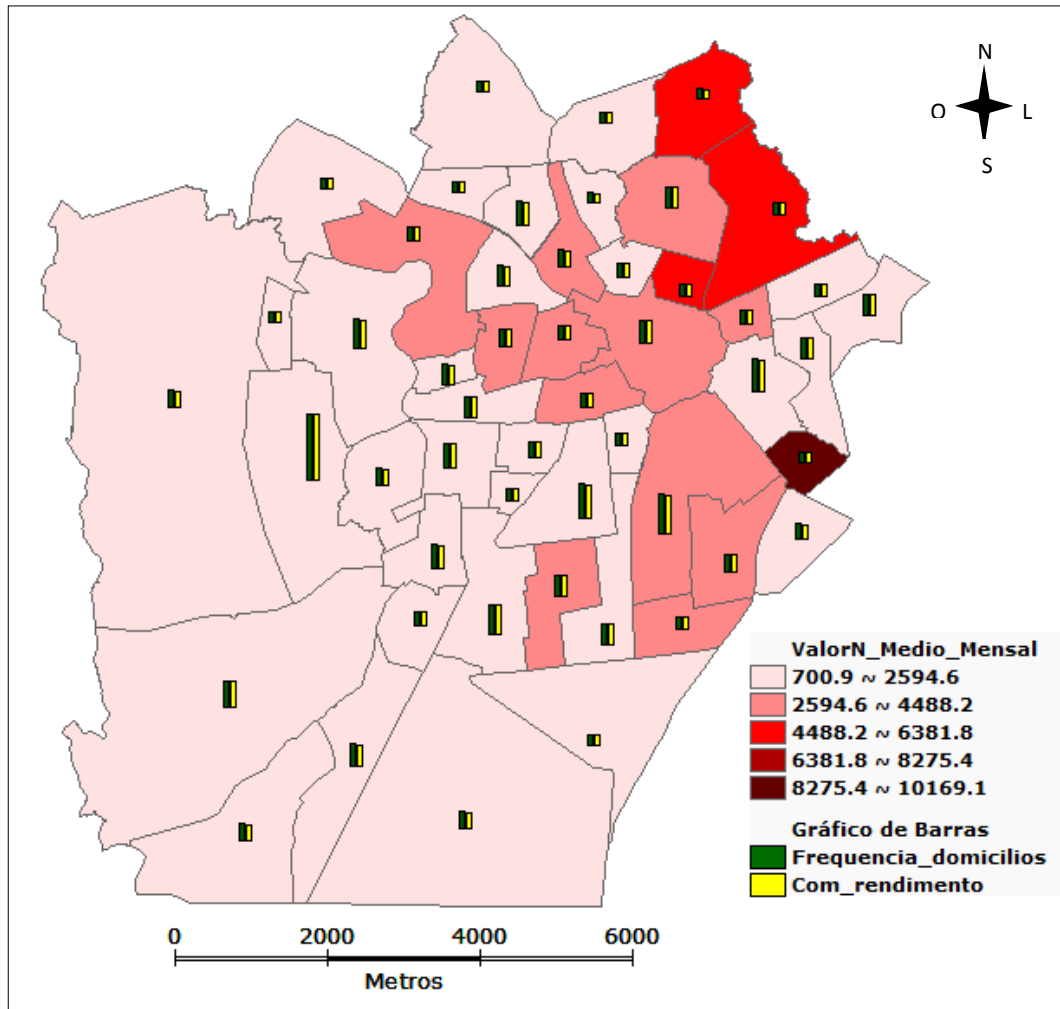
pelo lado econômico quanto social, a renda é um fator determinante das condições de vida dos indivíduos, logo um dos objetivos estipulados pela ONU (ODS1 e ODS10) para o desenvolvimento econômico dos países é a erradicação da pobreza nos países em todos os níveis, além de eliminar as desigualdades entre os povos em nível social, político e econômico e incluir todos no processo de desenvolvimento econômico.

Nessa lógica, grandes disparidades econômicas e sociais encontradas por uma população, podem ser um obstáculo para qualquer gestor que tome decisões que impactem o nível de renda dos indivíduos, afetando principalmente sua qualidade de vida, gerando um efeito reverso ao processo de desenvolvimento socioeconômico. Assim, na busca por formar um perfil da população de Campina Grande, a renda é um dos mais importantes para determinar o quão se varia de bairro para bairro, e assim descobrir a existência ou não de áreas mais carentes.

O rendimento nominal médio mensal domiciliar, demonstra a renda de um domicílio, composto pelas rendas somadas dos indivíduos que ali residem. No total de domicílios, o percentual médio por bairro com rendimento é de aproximadamente 97.2%. Esses domicílios apresentam uma renda média por bairro de R\$ 2.204,16, porém esse valor pode variar de tamanho, o bairro com menor tamanho de rendimento nominal médio mensal é o bairro das Cidades (R\$ 701,0) e o com maior tamanho de rendimento nominal médio mensal é o bairro do Mirante (R\$ 10.169,0), uma variação bastante significativa que pode ser vista na Figura 17, que apresenta os bairros com rendimento nominal médio mensal e o seu valor distribuído na legenda.

Pela mancha de distribuição dos bairros na figura a maior parte dos bairros (34 bairros) apresentam uma renda entre R\$ 700,0 e R\$ 2.595, todavia outros bairros (12 bairros) apresentam uma faixa superior a esse valor que vai até R\$ 4.488,2. Apenas quatro bairros apresentam renda superior a esses valores, e dentre eles um único bairro apresenta um rendimento acima de R\$ 8.275,5. A síntese desses valores, demonstra um grau de dispersão de 76.4%, confirmando que os domicílios apresentam um grau heterógeno no seu rendimento médio mensal entre os bairros, ou seja, uma diferença de renda dos domicílios relativamente grande de bairro para bairro.

Figura 17 - Rendimento nominal médio mensal domiciliar e Frequência absoluta de domicílios com rendimento: Campina Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

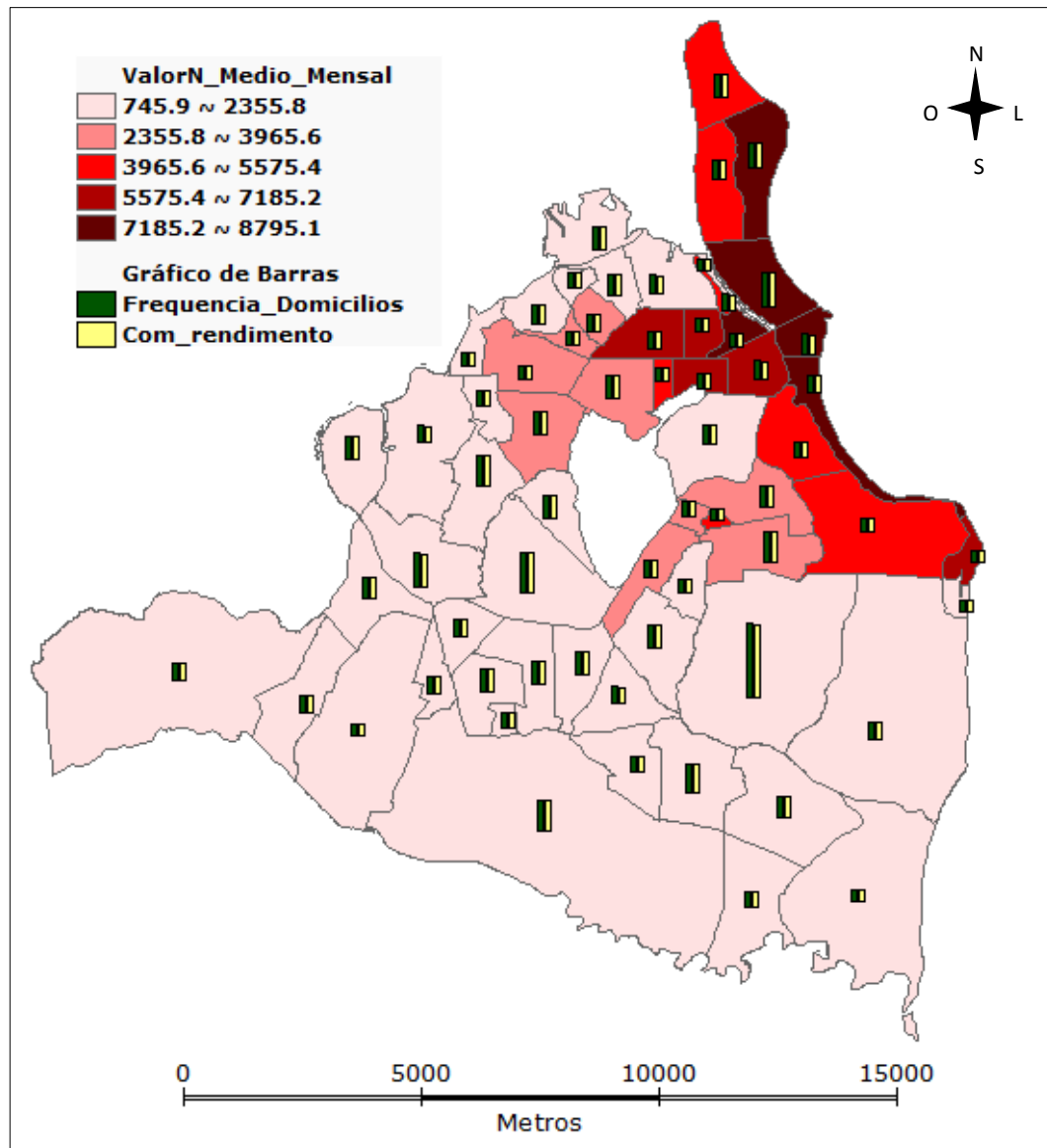
O próximo ponto irá demonstrar os resultados com a cidade de João Pessoa, para a mesma variável de rendimentos aqui analisada, cabe destacar a priori que o grau de rendimento dos domicílios são importante indicadores na promoção de políticas de renda.

4.6.2 Domicílios com rendimento domiciliar: João Pessoa

Entre os domicílios da cidade há uma média por bairro de 96.4% deles que possuem alguma forma de renda, o valor mínimo de renda daqueles possuem renda está próximo de R\$ 746.0 enquanto que o valor máximo apurado é R\$ 8.795,1. Na verificação se estes valores discrepantes estão em mesmo bairros permitiu a verificação de diferencial de renda entre os bairros que pode ser visualizado na Figura 18. Logo, o coeficiente de homogeneidade demonstrou um grau de 76.1%, demonstrando que há uma grande diferenciação no

rendimento dos bairros de João Pessoa, gerando um grau de concentração de renda em determinadas áreas.

Figura 18 - Rendimento nominal médio mensal domiciliar e Frequência absoluta de domicílios com rendimento: João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

Embora a renda média por bairro seja de aproximadamente R\$ 2.949,58 esse valor não representa a maior parte dos bairros que possuem um valor abaixo de R\$ 2.356,00, essa situação também acontece na cidade Campina Grande onde a concentração se dá em bairros do centro a zona leste. No caso de João Pessoa, a concentração está mais nos bairros da faixa litorânea.

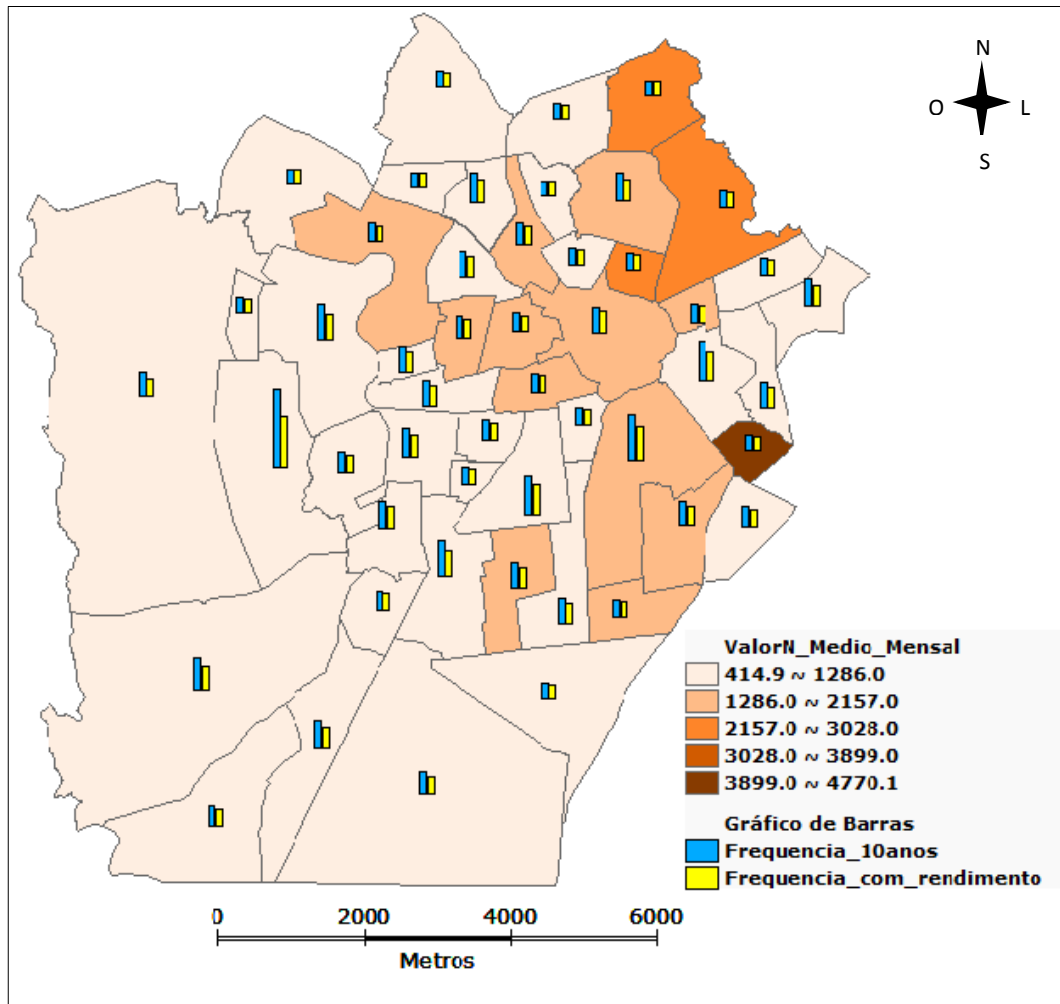
4.7 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento

4.7.1 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento: Campina Grande

Como já fora citada, o nível de renda é um elemento de extrema importância para formação de um perfil socioeconômico de uma determinada população, sendo útil para infinitas possibilidades. Sobre o nível de renda das pessoas acima de 10 anos de idade, os resultados obtidos demonstram que as pessoas que possuem um rendimento nominal médio mensal, compõe uma média de aproximadamente 61.5% por bairro.

Quanto ao valor desse rendimento, sua média por bairro é próxima de R\$ 1.150,00, o tamanho dos rendimentos mínimos e máximos encontrados por bairro são R\$ 415,0 e R\$ 4.770,00 respectivamente. A síntese desses valores apresenta um resultado de dispersão de 68.9%, demonstrando que o valor do rendimento é heterogêneo de um bairro para outro, isto é, o valor dos rendimentos é diferente de um bairro para outro. Esse resultado também pode ser visto na mancha de cores na Figura 19, que demonstra essa distribuição de valores e o número de pessoas acima e 10 anos de idade com rendimento.

Figura 19 - Rendimento nominal médio mensal de pessoas acima de 10 anos de idade e frequência absoluta de pessoas com rendimento: Campina Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

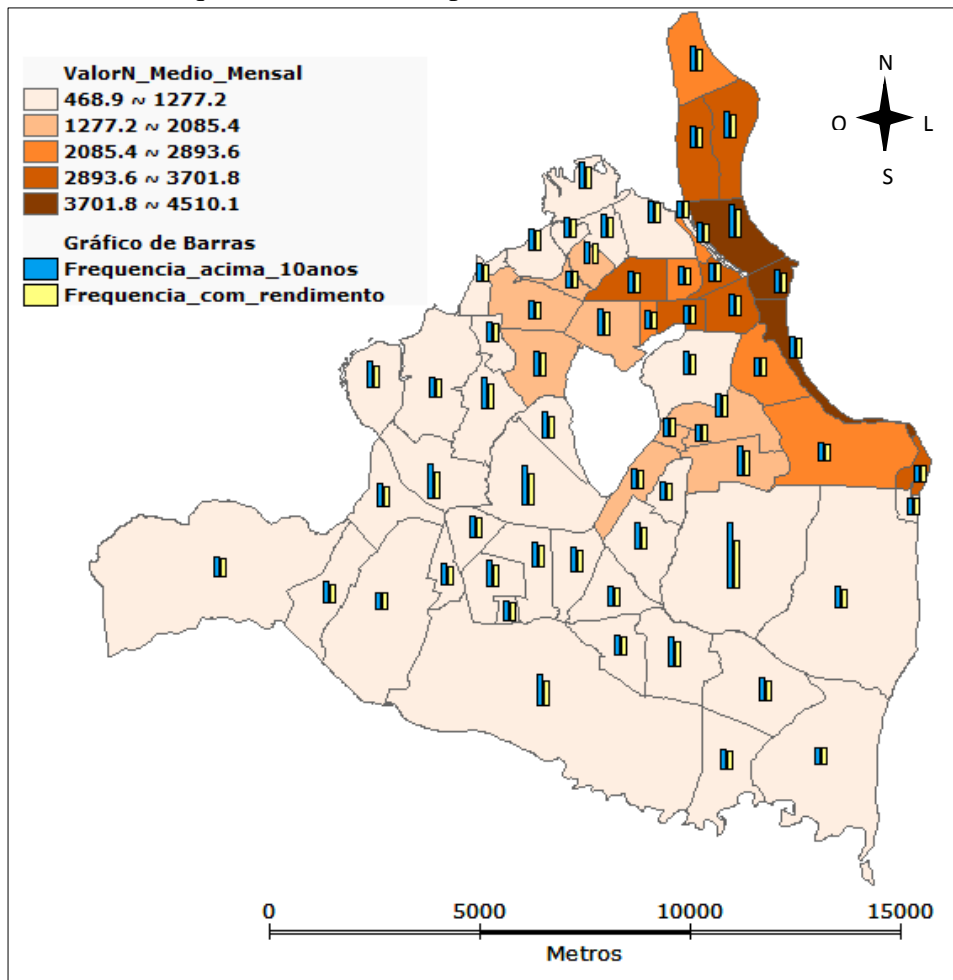
Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

A mancha de cores e o resultado heterogêneo dessa variável são similares as encontradas na variável do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares. Assim, o bairro do Mirante nas duas variáveis analisadas, apresentando o maior nível de rendimento domiciliar e por pessoa acima de 10 anos de idade, já o bairro das Cidades que possui o menor nível de rendimento domiciliar, apresenta também o segundo menor nível de rendimento por pessoa acima de 10 anos de idade, sendo superado apenas pelo bairro do Serrotão.

4.7.2 Pessoas acima de 10 anos de idade com rendimento: João Pessoa

As pessoas com renda na cidade de João Pessoa representam 63.1% em média por bairro, e possuem uma renda média de R\$ 1.515,8. Todavia, tal como a renda domiciliar esse valor não representa a renda correta dos indivíduos por bairro, pois o coeficiente de homogeneidade de 72.3% revela que há um grau de dispersão da renda, ou seja, alguns indivíduos possuem maiores valores nominais de renda em alguns bairros.

Figura 20 - Rendimento nominal médio mensal de pessoas acima de 10 anos de idade e frequência absoluta de pessoas com rendimento: João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

Tal como Campina Grande na equivalência entre domicílios e indivíduos com renda alta em mesmo bairro, João Pessoa também apresenta uma mancha de dispersão similar na Figura 20. Na qual há uma concentração nos bairros da faixa litorânea, principalmente nos bairros de Tambaú e Cabo Branco, em detrimento de bairros como São Jose e Grotão que apresentam os níveis mais baixos de renda.

4.8 Pessoas Alfabetizados acima de 10 anos

4.8.1 Pessoas alfabetizadas acima dos 10 anos: Campina Grande

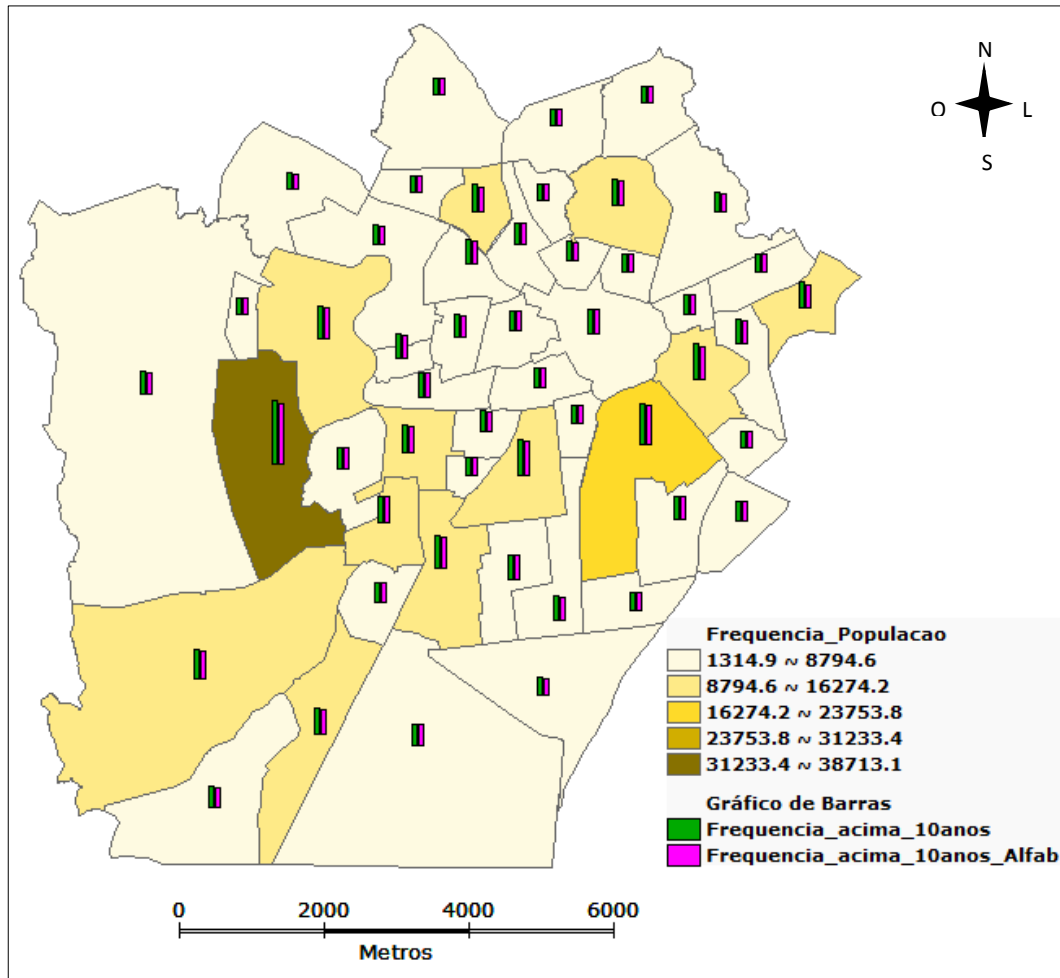
O número de alfabetizados em uma determinada cidade, pode ser um fator decisivo na busca por respostas sobre a condição de vida e o nível de desenvolvimento que uma sociedade demonstra. Essa variável pode também estar conectada com o fator de renda da população, na medida em que pessoas que sabem ler, escrever e interpretar estão mais aptas a garantir

qualificações pessoais e profissionais, o que possibilita sua melhor inserção no mercado de trabalho. Essa variável é um elemento chave no processo de desenvolvimento socioeconômico de um país, estado e município, nesse sentido a ONU propõe através de seus objetivos a melhora da educação para todos, com qualidade e inclusão e assim a redução de desigualdades (ODS4; ODS10).

Na formação do perfil socioeconômico de Campina Grande, a variável alfabetização se dá sobre a população acima de 10 anos de idade, distribuída entre os 50 bairros da cidade. O resultado obtido dessa população demonstra que os bairros apresentam uma média próxima de 89% de pessoas acima de 10 anos alfabetizadas, valor relativamente significativo que pode ser visto na Figura 21 que demonstra o total de pessoas acima de 10 anos de idade conjuntamente com pessoas acima de 10 anos de idade alfabetizadas.

O número relativamente alto de pessoas alfabetizadas como demonstrados pela média e gráfico, é confirmado pelo grau de dispersão entre os bairros, que demonstram um resultado de 7,9% de dispersão, ou seja, um resultado homogêneo, demonstrando que os bairros detêm um número de pessoas acima de 10 anos de idade alfabetizadas próximos a taxa média de alfabetização.

Figura 21 – Frequência absoluta de pessoas acima de 10 anos de idade total e alfabetizados:
Campina Grande



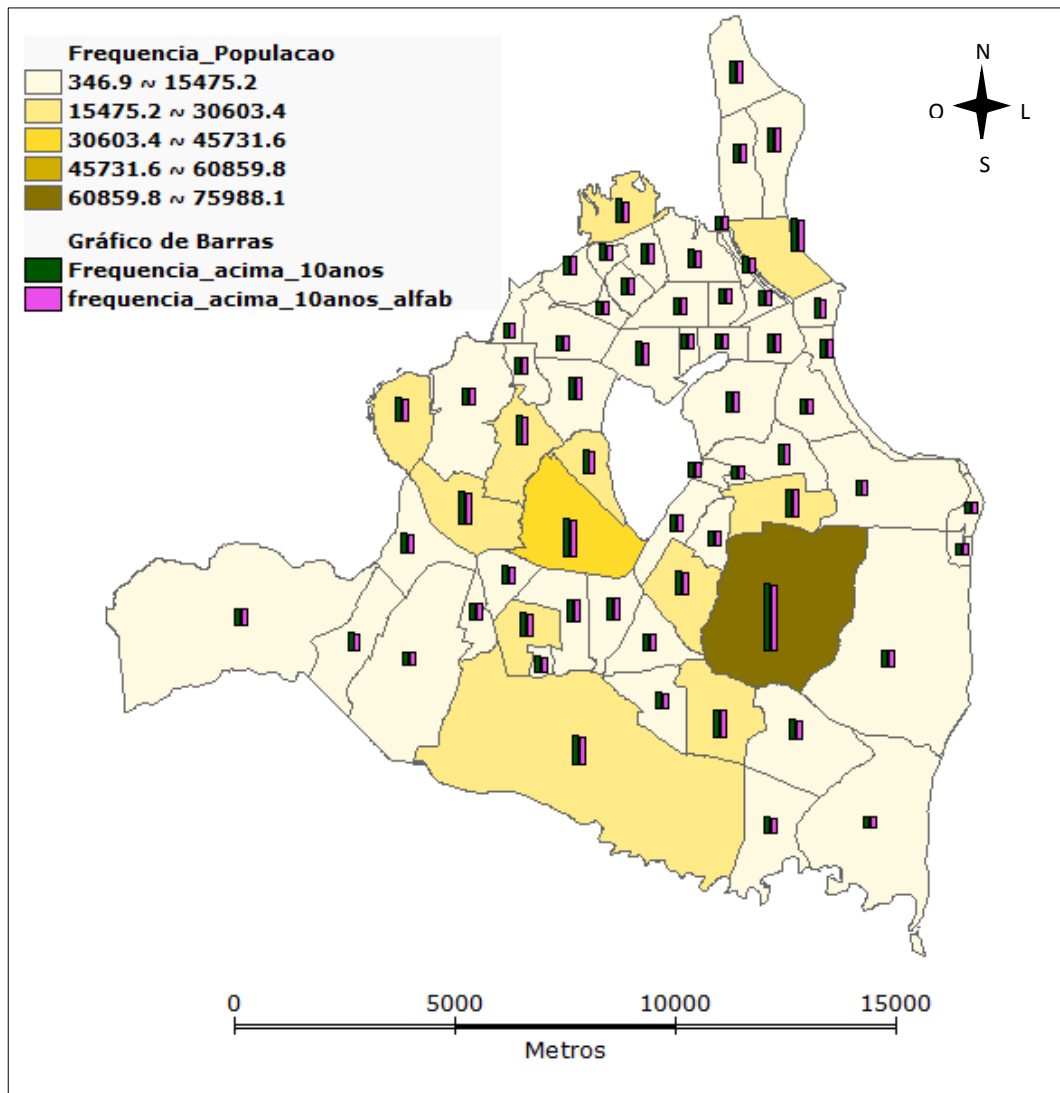
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2016.

4.8.2 Pessoas alfabetizadas acima dos 10 anos: João Pessoa

O número de pessoas acima de 10 anos na cidade de João Pessoa é de 617 mil pessoas sendo que dentre essas pessoas, as que apresentam algum grau de alfabetização é de 570 mil, na composição dos 63 bairros os dados obtidos demonstram que ambos apresentam em torno de um média de 92.2% de pessoas acima de 10 anos alfabetizadas. Essa situação pode ser verificada na Figura 22, a qual demonstram o total da população pela gradação de cores e o comparativo de pessoas acima de 10 total e as que possuem alfabetização.

Figura 22 - Frequência absoluta de pessoas acima de 10 anos de idade total e alfabetizados:
João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

No que se refere ao seu coeficiente de homogeneidade, a cidade apresenta um índice de homogeneidade de 5.66% o que significa que os bairros apresentam um grau de pessoas alfabetizadas relativamente próximos entre si, confirmando o valor obtido pela média de 92.2% já citado.

Assim como a cidade de Campina Grande, cujo resultado obtido é homogêneo também (7.9%), e uma taxa média de 89% de alfabetização por bairro, João Pessoa apresenta um elevado número de pessoas acima de 10 anos alfabetizadas, sendo seu resultado relativamente ainda maior na homogeneidade entre os bairros e na taxa de alfabetização entre os bairros.

4.9 População Idosa

4.9.1 População Idosa: Campina Grande

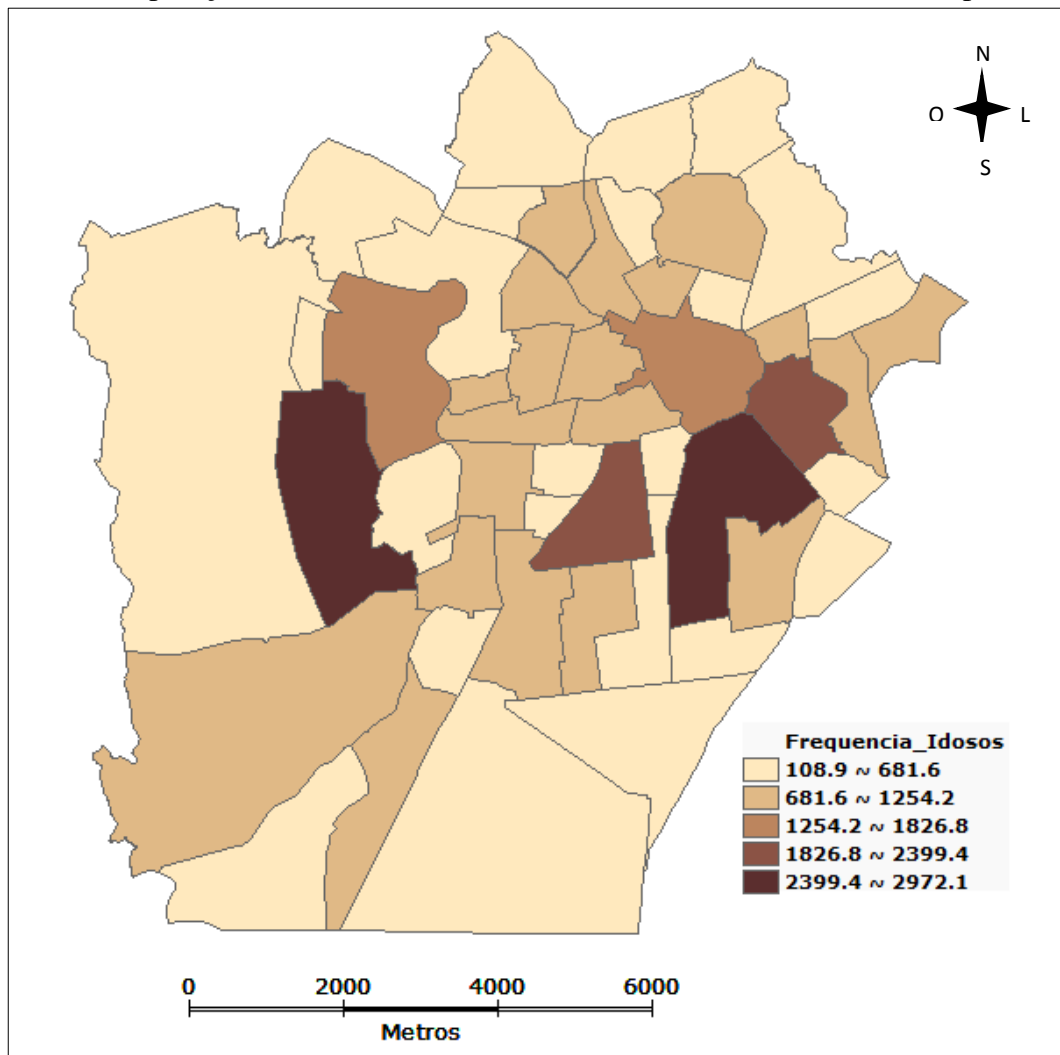
A busca em promover uma vida saudável a população ao longo de sua vida é um dos desafios que os gestores enfrentam cotidianamente, uma população que envelhece com saúde representa maior qualidade dos serviços prestados à população, além do que atingir padrões maiores de longevidade tendem a elevar os índices de desenvolvimento humano, indicando melhores condições de vida em uma determinada região. Os fatores ao envelhecimento populacional podem estar associados aos elementos de saúde de um país, estado ou município e podem responder infinitas questões sociais, políticas e econômicas que envolvem a população.

Neste sentido, a ONU estabelece objetivos (ODS3; ODS4) que devem promover a saúde e bem-estar a todos e em todas idades, e garantir também a educação para todos em todas idades. Assim, a análise da população idosa permite uma melhor visualização e condição de vida deste grupo de pessoas, o que é crucial para qualquer desenvolvedor de política para benefício dessa população.

No total da população da sede da cidade de Campina Grande, a população idosa se demonstra um grupo relativamente significativo, compondo 10.9% da população total da cidade. Os bairros possuem uma média de população idosa de 2%, porém o resultado do coeficiente de homogeneidade em 79.5%, demonstra um resultado heterogêneo sobre a distribuição da população idosa por bairro, ou seja, alguns bairros apresentam um maior número de idosos enquanto outros apresentam menores números. Essa discrepância de idosos pode ser vista na Figura 23 que demonstra a distribuição da população idosa de Campina Grande por bairro.

Os bairros que apresentaram o maior número de idoso representados pela mancha mais escura na legenda da Figura 23, foram os bairros do Catolé e Malvinas seguido pelos bairros do José Pinheiro e Liberdade e o com menor número de idosos encontrado é o bairro do Novo Bodocongó.

Figura 23 - População Idosa (60 anos ou mais) distribuída nos bairros de Campina Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

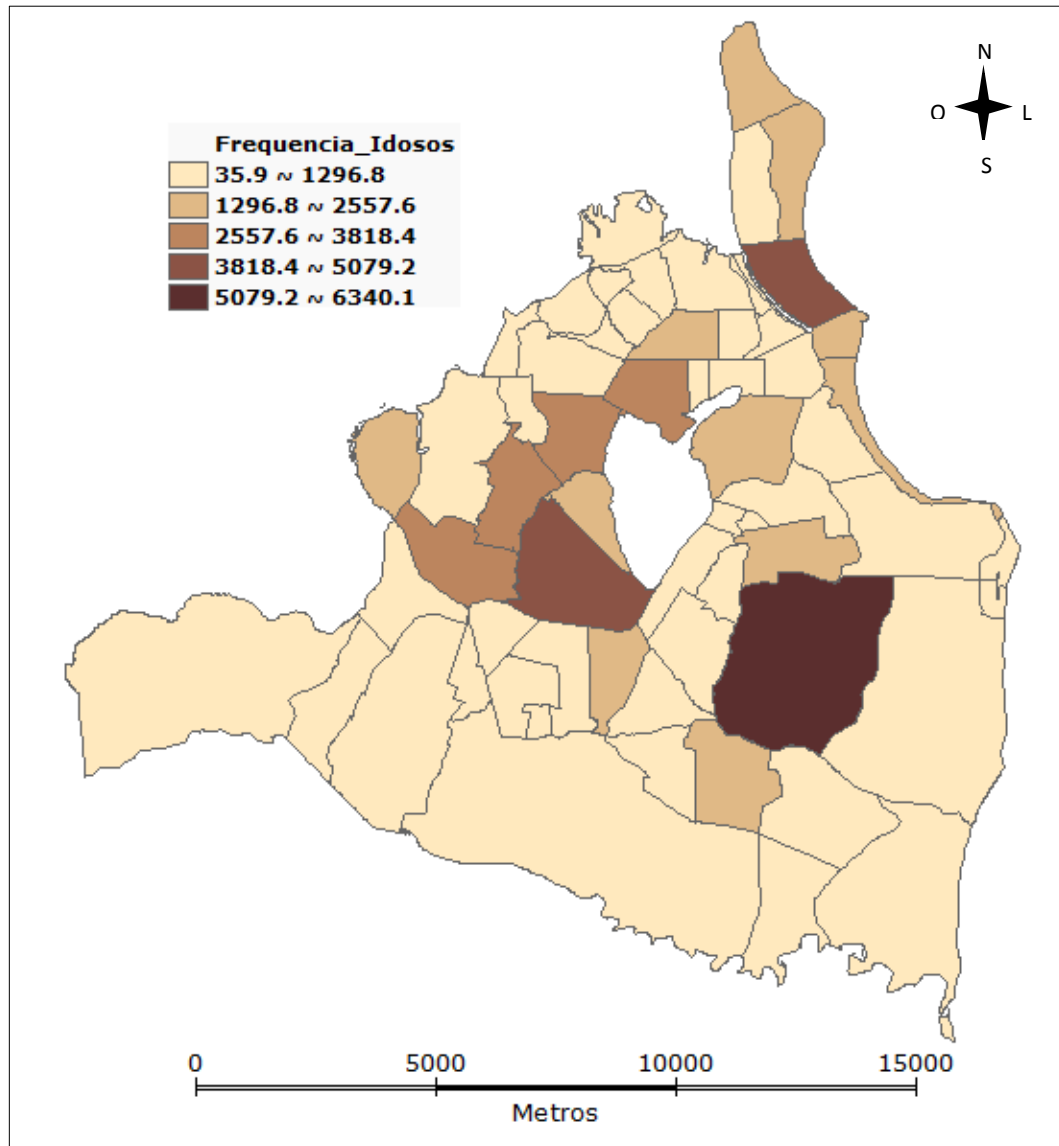
Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2010.

O próximo ponto de João Pessoa irá destacar os principais resultados comparativos com a cidade de Campina Grande. Destacando que a Frequência absoluta de idosas também condiz com a frequência de habitantes e domicílios.

4.9.2 População Idosa: João Pessoa

A cidade de João Pessoa apresenta uma população acima de 60 anos de idade que representa cerca de 10.3% de sua população total, a média de idosos por bairro se dá em torno de 1.59% do total de idosos da cidade, entretanto pela Figura 24, se vê que há uma dispersão desses indivíduos nos bairros da cidade. Que é confirmado pelo coeficiente de homogeneidade que resultou em 93% valor relativamente elevado.

Figura 24 - População Idosa (60 anos ou mais) distribuída nos bairros de João Pessoa



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado em dados extraídos do IBGE, 2018.

As maiores concentrações de idosos foram nos bairros de Mangabeira, Manaíra e Cristo Redentor, e com os menores números foram Barra de Gramame e Portal do Sol. O resultado de João Pessoa embora seja similar ao de Campina Grande na relação de dispersão, demonstra ter quase uma totalidade de concentração de idosos em alguns bairros e a de Campina Grande mais próxima de uma homogeneidade.

4.10 Análise Comparativa Geral

No decorrer do desenvolvimento das cidades de Campina Grande e João Pessoa pode-se aplicar o modelo de Kerstentzky, visando a comparação e sugerindo análise de uma política com certo grau de espessura, na finalidade de obter melhores resultados para as cidades e

dinamizar seus respectivos níveis de desenvolvimento respeitando suas diferentes características potenciais gerando uma maior dinamização a região.

A pesquisa verificou que tanto Campina Grande quanto João Pessoa possuem os mesmos tipos de coeficientes nas nove variáveis analisada, ou seja, as duas cidades apesar das suas particularidades em potencialidades e obstáculos, demonstram um perfil socioeconômico composto por 33% das variáveis homogêneas entre os seus bairros sendo elas: domicílios com abastecimento de água, domicílios com energia elétrica, e pessoas acima de 10 anos alfabetizadas. Enquanto que as variáveis heterógenas compondo 67 % entre os bairros, foram: distribuição populacional e o domiciliar; forma de esgotamento sanitário; valores do rendimento nominal médio mensal domiciliar e o de pessoas acima de 10 anos de idade por fim distribuição da população Idosa.

A frequência populacional e frequência domiciliar em Campina Grande e João Pessoa apresentaram resultados heterogêneos, apesar disso o maior grau de concentração de pessoas e domicílios em alguns bairros se deu em João Pessoa, o que representam também um maior esvaziamento de pessoas e domicílios em outros bairros. Esse resultado, pode provocar um problema urbano no fornecimento de diversos serviços: educação, saúde, mobilidade, habitação. Pela concepção de justiça social do modelo de espessura, a sugestão de política para reduzir certos problemas e otimizar a melhora de recursos, políticas universais espessas podem gerenciar políticas habitacionais distribuídas pelas cidades e incentivar a melhor distribuição populacional pelos bairros evitando concentração de serviços e outros problemas.

Nos domicílios o fornecimento de águas pela rede geral tem em Campina Grande um atendimento próximo de 98% e em João Pessoa 92%, ambas as cidades apresentam quase uma totalidade de seus domicílios atendimento pela rede geral de abastecimento de água, ou seja, apresentam um grau homogêneo. A espessura da política nessa situação pode apresentar um leque de possibilidades, todavia a instalação de rede geral pode ser feita através de políticas universais finas, focalizando recursos em poucos bairros e domicílios, já a manutenção do tipo de fornecimento poderia ser política universais espessas na medida em que a maioria dos bairros possuem fornecimento da rede geral de abastecimento.

Embora o abastecimento seja homogêneo, o mesmo não se pode dizer quanto ao esgotamento sanitário, ambas as cidades apresentam um resultado heterogêneo, Campina Grande apresenta uma cobertura média próxima de 76% enquanto que João Pessoa apresenta uma média próxima de 54%. Esses valores são comprovados pela taxa de heterogeneidade que as duas cidades apresentam, todavia, a maior ausência de esgotamento sanitário e concentração também se encontram na cidade de João Pessoa. Para qualquer das duas cidades

se sugere o uso de políticas universais espessas na instalação de uma rede geral de esgotamento sanitário, cobrindo a maioria dos bairros em que seus domicílios não possuem saneamento adequado.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica pela rede geral de fornecimento, Campina Grande e João Pessoa possuem uma média próxima de 99% de cobertura total da rede geral de energia, o que condiz com a com um coeficiente de homogeneidade relativamente baixo das duas cidades, situação de homogeneidade (aproximadamente 0.21 e 0.25% respectivamente). A implementação de políticas de fornecimento nesse sentido pode ser conduzida sob uma concepção de políticas universais finas com maior grau de focalização em pontos onde o fornecimento não esteja completo, reduzindo os gastos nesse tipo de política, alocando os recursos para outros tipos como é o caso da manutenção.

Na questão sobre a renda entre os domicílios, a renda média de domicílio por bairro em Campina Grande apresenta uma taxa média de 97.2% de domicílios com renda que possuem uma renda média de R\$ 2.204,16, enquanto que João Pessoa apresenta um média de 96.4% dos domicílios com renda média de R\$ 2.949,58, valor relativamente mais alto que Campina Grande. Todavia as duas cidades apresentam um resultado heterogêneo similar em 76%, ou seja, uma concentração de renda em determinados bairros, o que revela que a média de renda não representa a realidade dos domicílios.

Essa situação também se verifica no rendimento médio das pessoas acima de 10 anos de idade por bairro tanto em Campina Grande (R\$ 1.150) quanto em João Pessoa (R\$ 1.515,8), ambas apresentam um valor de renda heterogêneo (68% e 72% respectivamente), como efeito e consequência da concentração de renda domiciliar, os bairros com maior nível de renda por indivíduo são similarmente os mesmo na questão per capita e na questão domiciliar. Políticas de (re) distribuição de renda para grande parte da população por sugestão do modelo de concepção de justiça social revela que o uso de política universais espessas garantiriam um certo nível de desigualdade de renda entre os bairros, levando o acesso de consumo por parte dos indivíduos.

Sobre o nível de alfabetização desses indivíduos a cidade de Campina Grande apresenta uma média de 89% de pessoas alfabetizadas por bairro, o que condiz com seu significativo grau de homogeneidade de 7,9%. João Pessoa também apresenta valores similares, contando com uma população com média de 92,2% de alfabetização por bairro e uma taxa de homogeneidade de 5,66%, valores um pouco mais significativos que Campina Grande. Ambas as cidades necessitam de menos recursos em políticas de alfabetização, sugerindo políticas universais de concepção fina nessa área, possibilitando a utilização dos

recursos em outras áreas, como infraestrutura, valorização profissional e outras políticas no setor educação.

Iniciado a apuração dos resultados de João Pessoa, a pesquisa pôde levantar, demonstrar e identificar que João Pessoa apresentou na variável “Pessoas acima de 10 alfabetizados”, um grupo de pessoas com dados homogêneos entre os seus bairros. Nesse quesito, Campina Grande e João Pessoa apresentaram um mesmo grau de características, tendo entre seus bairros um significativo número de pessoas alfabetizadas.

Em ambas as cidades a frequência de idosos (acima de 60 anos) representa um grupo próximo de 11% do total das pessoas residentes nas cidades. Em Campina grande esse grupo representa se distribui de forma dispersa gerando um maior grau de concentração em alguns bairros, levando a um grau de dispersão de 79,2%, porém a maior concentração acontece na capital que o valor de dispersão se aproxima de 93%, ou seja, a cidade apresenta bairros muito dispersos na presença de idosos. Com uma população dispersa, o uso de políticas de saúde e bem-estar a população idosa requer políticas universais espessas coma finalidade de atingir o máximo de pessoas, além de que a média de pessoas desses grupos é relativamente baixo, ou seja, não representariam elevados gastos como em relação a outros grupos.

CONCLUSÕES

O surgimento do Estado e da sociedade civilizada, permitiu ao homem se organizar de forma política, gerando processos de transformações conjunturais e estruturais em nível global. Todavia a formação de Estados mais democráticos aliados a uma sociedade civil organizada e participativa no plano político, possibilitaram uma relação que busca o desenvolvimento não apenas no sentido econômico, mas sim nos aspectos sociais.

É nessa relação que as políticas públicas passou a se tornar um meio de interação e meio de gerar o processo de desenvolvimento socioeconômico. Todavia, a formação de uma agenda governamental tornasse necessário no processo de planejamento e realização da política. Em países em que a desigualdade interna é um obstáculo ao desenvolvimento, os formuladores buscam através de medidas protetivas gerar dinamismo econômico e melhora de seus quadros sociais.

No cenário Brasileiro, desde a tentativa de uma Estado desenvolvimentista voltado as políticas econômicas, tem-se tornado mais evidente o uso de políticas públicas para solução das disparidades inter-regionais que historicamente são entrelaçadas com os estrangulamentos de uma política econômica e social pouco sintonizadas. No caso Especial do Nordeste, região historicamente com um dos piores índices de dinamismo econômico e com relativa parte da população de miséria, as tentativas de políticas pela SUDENE e por medidas do período militar fortaleceram o dinamismo industrial de cidades como Campina Grande e João Pessoa.

No entanto, com o decorrer dos anos a nova constituição de 1988, aliada a um cenário de controle e contenção de gastos, permitiram que o planejamento das políticas, fosse descentralizado por esferas de poder, dando responsabilidades aos poderes locais de gerir e planejar seus recursos e assim suas políticas, tendo também o dever de transparência as demais esferas e sociedade civil.

Assim, a preocupação dos gestores locais tem-se voltado na eficiência no uso de seus recursos, atendendo o maior número de demandas em suas agendas com uma quantidade limitada de recursos. Logo, os formuladores de política buscam entender para “quem” e “com que” objetivo a política está sendo implementada.

Desde o planejamento até os resultados gerados pela política, o elemento importante que os teóricos debatem para na identificação de alvos e objetivos, está na realização de diagnósticos com base em sistemas de informações geográficos e de dados, determinando assim grupos populacionais ou regiões. Esse elemento favorece na correta delimitação de uso de recursos e estabelecimento do grau de abrangência de uma política, tornando os resultados

mais eficientes, na medida em que possibilitam a redução de gastos e maior concentração de esforços na política implementada, podendo gerar uma distribuição de recursos de forma equitativa.

A possibilidade de tornar a política mais eficiente em recursos e atendimento, levando a uma distribuição equitativa dos esforços dos gestores, levaria a política a trazer o que a literatura social denomina de “justiça social”, sem retirar direitos de grupos e indivíduos, mas dando a grupos historicamente prejudicados a condição de ter direitos antes negligenciados. Essa concepção de justiça social encontrada na política, segue o modelo de Estados que estabelecem certo grau de universalidade ou focalização na realização de suas políticas.

Estados com estrutura na qual a proteção social é universalizada, costumam dividir segundo o modelo Kerstentzky uma posição entre políticas com espesso uso de recursos e serviços, ou políticas finas, com volumes menores volumes de recursos e oferta de serviços. No caso de Estados que tendem a focalizar os esforços das políticas, condição pouco vista, atacam diretamente problemas ou públicos, e acabam por justificar o uso de tais políticas.

De acordo com o problema de identificação dos alvos, e do grau de abrangência da política pública, este estudo atingiu todos seus objetivos, na medida em que identificou o diagnóstico socioeconômicos das cidades de Campina Grande e João Pessoa, ambas com influências fundamentais para o desenvolvimento da região. Essa identificação tornou possível a aplicação do modelo Kerstentzky de espessura da política pública.

A aplicação do modelo permitiu a criação de uma análise acerca do tamanho da política pública para cada cidade de acordo com o resultado do grau de dispersão na apresentação de variáveis criteriosamente selecionadas de acordo com sua importância para o desenvolvimento socioeconômico e sua mensuração respeitando as particularidades da cidades. Assim identificou informações como: nível de frequência populacional e domiciliar; situação de domicílios em cobertura de serviços de energia e esgotamento sanitário; presença de renda e grau de instrução, entre outros.

Além do modelo de espessura da política pública, para a identificação dos diagnósticos das cidades foram utilizadas os sistemas de Informações geográficas, o *terraview*[®], além das planilhas do Microsoft Excel[©]. Na aplicação dos dados, houve uma divisão por bairros, padronizando as variáveis para ambas as cidades e identificando estatisticamente o grau de dispersão pelo método do coeficiente de variação de Pearson (CVP), nesse método, o grau de dispersão acima de 25% representava heterogeneidade, enquanto que o grau abaixo disso uma situação de homogeneidade entre os bairros.

Os resultados demonstrados pela pesquisa possibilitam dizer que provisoriamente a premissa de que Campina Grande e João Pessoa embora apresentem particulares geográficas e de produtividade, apresentam uma interação dinâmica de fundamental importância no contexto paraibano, sendo cidades influentes na oferta de serviços e equipamentos para demais cidades da região, e assim portanto suas estruturas urbanas necessitam de políticas públicas eficientes para o desenvolvimento local.

Essa condição estabelecida na premissa permitiu verificar que diante do problema da identificação de grupos de indivíduos e/ou regiões é possível através de realização e análise de diagnóstico mais precisos, é possível a identificação do grau de abrangência de uma política pública em questões de uso de recursos e alvos identificados, ou seja, provavelmente políticas mais eficientes se bem planejadas.

Além disso, o estudo através de sua autenticidade em juntar teorias de formulação de políticas públicas com a realização de diagnósticos socioeconômicos, conseguiu responder a questão da problemática posta em questão, mediante a realização a comparação das cidades demonstrou as espessuras de políticas de cada cidade de acordo com a variável analisada.

De acordo com os resultados obtidos na análise das cidades, apurou-se que tanto em Campina Grande quanto em João Pessoa, de forma idêntica entre as variáveis e cidades, cerca de 33% são homogêneas, enquanto que 67% são heterogêneas. Ou seja, a aplicação de determinada espessura da política pública, de forma genérica, pode ser aplicado similarmente em ambas as cidades, todavia os resultados podem não ser os mesmo devido as particulares e especificidades de cada cidade. Todavia aliada ao conhecimento empírico das especificidades locais a política pública tende a se tornar mais eficiente.

Essa questão das especificidades das cidades em termos conjunturais é algo que possa ser aprofundado e mais bem trabalhado em demais pesquisas, na finalidade de promover mais informações e assim utilizar de forma mais eficiente as políticas públicas nas cidades. Outro aspecto que fora respeitado nessa pesquisa é a questão temporal, apenas foram trabalhados com informações mais recentes das cidades, a utilização de anos anteriores como o censo 2000 impossibilitaria a análise como um todo, na medida em que bairros em ambas as cidades não existiam de forma oficial, o perímetro urbano se reconfigura no espaço entre os censos.

Aplicações de estimativas para comparativos de demais são possíveis, mas a complexidade de realização retiraria o foco do que está pesquisa se propôs a fazer nos objetivos gerais e específicos. Todavia, próximos a realização do censo 2020, se contabilizados bairros e variáveis, torna-se possível comparativos de mudanças na conjuntura e estrutura das cidades, acompanhando os processos evolutivos das variáveis entre as cidades.

Além disso, essas observações podem ser aprofundadas em pesquisas posteriores tanto como continuidade desta pesquisa, como outros trabalhos científicos que esse estudo possa vir servir como referência de estudo.

REFERÊNCIAS

ALONSO, S. F. **Da política de industrialização ao polo tecnológico: as transformações na indústria e no trabalho.** (Texto em Discussão), 2010.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**, 1985. Disponível em: <<https://issuu.com/fabianodefensor/docs/althusser-louis-ideologia-e-aparelh>> Acesso em: 16 jun. 2018.

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. **Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_1996_BIB.pdf> Acesso em: 13 abr. 2016.

ARVITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 18, nº 2, novembro, 2012, p. 383-398. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>> Acesso em: 14 fev. 2018.

BOURDIEU, P. **Sobre o estado**. ed. 1. São Paulo. 29-53, 2002. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/20646301/sobre-o-estado-bourdieu-pierre>> Acesso em 18 mar. 2017.

BRASIL. IBGE. Regiões de influência das cidades (REGIC). Rio de Janeiro, 2007.
_____. IPEA. A Paraíba no contexto nacional, regional e interno. **rev. texto para discussão**. nº 1726. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Senado Federal. **Lei de responsabilidade fiscal**. Brasília, 2005.

BRANDÃO, Carlos. ‘A busca da utopia do planejamento regional’. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.120, p.17-37, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/263>> Acesso em 08 fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/documents/MARE/CadernosMare/CADERNO01.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2017.

_____, L. C. **Construção do Estado e administração pública: uma abordagem histórica**. São Paulo: Easpe, n. 27, 2005.

_____. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo – FGV. mar. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo – FGV. Jun. 2008. Disponível em: <

<http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>> Acesso em: 30 nov. 2017.

_____. **L. C. Nação, estado e estado-nação.** 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>> Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** In: Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. 2010. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2012/12.Do_antigo_ao_novo_developimentismo.pdf> Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. **Modelos de Estado desenvolvimentista.** In: Textos para discussão. vol. 412. São Paulo: FGV/ EESP. 2016. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2017.

CALDAS, Ricardo W. **Políticas públicas: conceitos e práticas / supervisão.** Belo Horizonte: SEBRAE, vol. 7, 2008. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%39ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

CANO, W. Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional. In: **XI Encontro nacional da associação de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional (ANPUR).** Salvador – BA. 25-27.mai. 2005. Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/234.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2017.

CAPELLA, A. C. Perspectivas Teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOVHMAN, H. ARRETCHE, M. MARQUES, E (Orgs). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/18236209/Perspectivas_Te%C3%B3ricas_sobre_o_Processo_de_Formula%C3%A7%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas> Acesso em: 14 out. 2017.

CARINHATO, P. H. S. **Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil.** Aurora (UNESP. Marília), v. 03, p. 37-46, 2008. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_misclanea_01.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.

CARVALHO, F. J. C. Keynes e o Brasil. **Rev. Economia e Sociedade,** Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17nspe/03.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2017.

CARVALHO, C. M. et al. Entre Kultur e Civilization: uma análise da formação do conceito de civilização e cultura na transição do feudalismo para o capitalismo, a partir dos textos de Norbert Elias. **Revista História em Curso,** Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 1º sem. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Matias/Downloads/5344-20752-1-PB.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2018.

CASTELO, R. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/novo%20desenvolvimentismo/12.10.RodrigoCastelo-decadencia_ideologica.pdf> Acesso em: 13 mai. 2017.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José S. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. 2 ed. São José dos Campos – SP, 1998. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/tutoriais/gis_ambiente/> Acesso em: 04 jul. 2016.

CEPEDA, F. J. T. **O pensamento economico de lord Keynes**. Bragança – IPB, 1986. Disponível em: <<file:///C:/Users/Matias/Downloads/pensam-econ-lord-keyn.pdf>> Acesso em: 10 fev. 2018.

COSTA, A. B. **Teoria Econômica e política de inovação**. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 281-307, maio-ago/2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v20n2/1415-9848-rec-20-02-00281.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2018.

COSTA, E. J. M. C. **‘Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional’**. 2015. . Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=58908ef0-c6ff-45f3-ac3f-91b2baf3e755> Acesso: 20 fev. 2018.

DRAIBE, S. M. O welfare state no Brasil: Características e perspectivas. In: **Núcleo de estudo de políticas públicas: cadernos de pesquisas**. SP: Campinas, n. 8, 1993. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/o-welfare-state-no-brasil-caracterc3adsticas-e-perspectivas-sonia-draibe.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do Welfare state: A urgência de um novo pacto. São Paulo, IEA-USP, **Estudos avançados** n. 33, maio/ago.1998.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4040999/mod_resource/content/6/A%20Sociedade%20Dos%20Individuos%20-%20Norbert%20Elias%20%281994%29.pdf> Acesso em: 25 jan. 2018

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Nova York: International Publishers. First German edition, 1884. K. Marx and F. Engels, Selected Works. Moscou: Progress Publishers, 1983.

FARIA, Ana L. C; FEIJÓ, Carmem A; SILVA, Denise B. N. Focalização de políticas públicas: uma discussão sobre os métodos de avaliação da população-alvo. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 287-310, jul. 2007. <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2137/2521>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

FEDERAÇÃO DE INDÚSTRIAS DA PARAÍBA (FIEP). **Perfil sócio-econômico de Campina Grande**. Campina Grande: FIEP. 2005. Disponível em: <http://www.fiepb.com.br/arquivos/relatorio_finalizado.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. **Perfil socioeconômico da Paraíba 2010**. Campina Grande: FIEP. 2010. Disponível em: < <http://www.fiepb.com.br/arquivos/Perfil-Socioeconomico2010.pdf> > Acesso em: 20 jun. 2016.

FILGUEIRAS, L. Neoliberalismo e crise na América latina: o caso do Brasil. In: **Neoliberalismo e crise na América latina: o caso do Brasil**. Buenos Aires: CLACSO. 2003. Disponível em:< <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100723022522/filgueiras.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2017.

FREY, K. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. UFSC – Santa Catarina, 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>> Acesso em: 23 dez. 2017.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 117 p. 1974.

_____. **Essencial Celso Furtado**. SP, Penguin/Companhia das Letras, 2013. Disponível em: < https://interpretacoesdobrasil.files.wordpress.com/2016/08/furtado_essencial.pdf> Acesso em: 14 mar. 2017.

GABRIEL, E. M; MACHADO, C. D.M; OLIVEIRA, R. O. **Focalização de políticas públicas: O programa bolsa família como política**. In: I Mostra Nacional e I Prêmio Nacional de Estudos sobre o Bolsa Família, 2008, Brasília. Anais I Mostra Nacional e I Prêmio Nacional de Estudos sobre o Bolsa Família, 2008.

GARCIA, Carlos. **O que é o nordeste brasileiro**. ed. Brasiliense; São Paulo. 2011.

GARCIA, Fernando. Apresentação. In: **Os economistas: manual de economia política**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1996. Disponível em: < http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/176458/mod_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Vilfredo%20Pareto%20-%20Manual%20de%20Economia%20Pol%C2%A1tica.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

GIDDENS, A. **O estado-nação e a violência**. Trad. Beatriz Guimarães. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e organização da cultura. In: **Perspectivas do homem**. vol. 48. ed. 4. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, 1982. Disponível em: < <https://cesarmangolin.files.wordpress.com/2010/02/gramsci-os-intelectuais-e-a-organizacao-da-cultura1.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Michael; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas**. Tradução de: Francisco G. Heidermann. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HÖFLING, E de M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos cedes**. AnoXXI, nº 55, novembro, 2001.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro – Elsevier, 2013. Disponível em: < <https://gremiojovenspensadores.files.wordpress.com/2017/04/historia-do-pensamento-economic-e-k-hunt.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2017.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. In: **Os economistas**. São Paulo: Nova cultura, 1996. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090320170036_Keynes_TeoriaGeraldoempregodojuroedamoeda.pdf> Acesso em: 15 jul. 2015.

KERSTENETZKY, Celia L. O Estado do bem-estar e o Brasil. In: **conferência magistral em iv seminário anual do departamento de economia aplicada**. 4, 2012. México: UNAM. El Estado del bienestar y el Brasil. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/ConferenciaUNAM.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2016.

_____. Políticas sociais: focalização ou universalização? **Revista de economia política**. São Paulo, vol. 26. n. 4, p. 564-574, out/dez. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000400006>. Acesso em: 19 abr. 2016.

KINGDON, John. **Agendas, alternatives, and public policies** .3 ed. Nova York, Harper Collin. 2003.

KINDLEBERGER, C. P. **International Economics**. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, Inc., 1968, p. 82.

KOHL, Cleize C; FRAGA, Juliana M. Políticas públicas no Brasil: uma breve reflexão teórica sobre as políticas públicas e a concretização dos direitos sociais no âmbito local. In: ALVES, Felipe D; BECKER, Fabiano O; GARCIA, Silveira S. (Org.). **A administração pública municipal e os desafios contemporâneos**. 1.ed.São Paulo: Perse, 2014. p. 60 - 78.

LIMA, Damião. **O Processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação de mestrado em Economia Rural.UFCG.1996.

_____. **Impactos e repercussões sócio-econômica das políticas do governo militar no município de Campina Grande (1964 – 1984)**. Tese Doutorado. CH/USP – São Paulo, 2004.

LOWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. In: **Public Administration Review**, v.32, n. 4, p. 298-310, 1992.

MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: **FERNANDES, F. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1978.

MATIAS, A. L. **Perfil atual do público alvo de políticas públicas e privadas no município de Campina Grande: uma visão pelo terraview**. Monografia (Monografia em Ciência Econômicas) UFCG. Campina Grande. p. 60. 2016.

MEDEIROS, M. A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. **Texto para discussão**. Brasília: IPEA, dez. 2001. n. 852. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0852.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MENDES, C. C. et al. A Paraíba no contexto nacional, regional e interno. **Revista Texto Para discussão**. n. 1726. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1186/1/TD_1726.pdf> Acesso em: 15 jan. 2018

MENDONÇA, S. M. Estado violência simbólica e metaforização da cidadania. **Rev Tempo**. Rio de Janeiro. Vol. 1 1996. <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg1-6.pdf> Acesso em: 05 mar. 2018.

MILLER, Hugh T. **Post-Progressive Public Administration**: lessons from policy networks. In: *Public Administration Review*, v.54, n. 4, p.378-386, 1994.

MONTEIRO NETO, A. et al. (CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antonio (Orgs)). **Desenvolvimento regional no Brasil**: políticas, estratégias e perspectivas'. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412> Acesso em > 15 dez. 2017

MULLER, P; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, p. 156. 2002. Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/images/stories/0203.pdf>> Acesso em: 16 mai. 2017.

NABUCO, Maria Regina. A (des)institucionalização das políticas regionais no Brasil. *ETC...* **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**. N° 2 (6), vol. 1. 2007. Disponível em: http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_2_6.pdf. Acesso: 10 jan. 2018

OLIVEIRA, Thomas Bruno e SANTOS, Juvandi de Souza. *Centro Histórico de Campina Grande: a cartografia de uma destruição*. TARAIRIÚ – Revista eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB. Campina Grande, Ano I – Vol. 1 - Número 01 – Setembro de 2010.

OMAR, J. H. D. **O papel do governo na economia**, 2001. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1295>> Acesso em 14 nov. 2017.

PEREIRA, J. M. D. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Caderno do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011233060.CD_edicao9_cmpleto.pdf> Acesso em: 14 mai. 2017.

RANGEL, I. M. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista do BNDE**, Rio de Janeiro, 5(2): 43-71, jul/dez. 1968. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2017.

_____. Revisitando a questão nacional. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 27, 47-58. Republicado em GRAZIANO da SILVA, José (2000). *Questão agrária, industrialização e crise urbana*: Ignácio Rangel. Porto Alegre, Editora da Universidade UFRGS.

ROCHA, R. **Gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil**. **Revista pós ciências sociais**. MA: São Luís. v. 1. n. 11, 2009. Disponível em: <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114>. Acesso em: 12 abr. 2016.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. “Tipologia e tipos de políticas públicas” (unidade VI), In: **Para aprender políticas públicas – Volume 1 Conceito e Teorias**. Brasília: IGEPP, 2014.

SABOURIN, E. Desenvolvimento territorial e abordagem territorial – conceitos, estratégias e atores. In: Sabourin, E. Teixeira, O. A. (Eds.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais – conceitos, controvérsias, experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002. 402p. Pp.21-37

SANTOS, R. C. B. **Crescimento econômico com equidade social: o modelo novo-desenvolvimentista de intervenção sobre a “questão social”**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA, 3. UFMA, 2007. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/66698f323a89d7b4b942Rodrigo%20Castelo%20Branco%20Santos.pdf>> Acesso em: 8 nov. 2013.

SALTORATO, P; GRUN. R. Brasil: de Estado desenvolvimentista a estado neoliberal. **Revista Nucleus**, v.3, n.2, maio/nov. 2005. Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/download/434/487>> Acesso em: 13 jun. 2017.

SILVA, R. F. C. **Paraíba**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Para%C3%ADba-web.pdf>> Acesso em: 23 fev. 2018.

SILVA, L. O. B. As desigualdades sociais no Brasil. In: **Sociologia de plantão, espaços de socializações e sociabilidades**. Jun/2009.

SILVA, Evaldo de Oliveira. Extensões Espaciais em MySQL. **Revista SQLMagazine**, ed. 14, 2004. ISSN 1677918 – 5. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/introducao-a-sistemas-de-informacoes-geograficas/1595>> Acesso em: 03 jul. 2016.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. (Título original) *The Wealth of Nations*. ed. Cannan, vol. 2. 1976.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Rev. Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 21 fev. 2018

SOUZA, H. J. **Como se faz análise de conjuntura**. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 54p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

TEIXEIRA, Elenaldo C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. In: **Políticas públicas**: O papel das políticas públicas. AATR – BA, 2002

TONET, I. **Do conceito de sociedade civil**. 1988

<http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/do_conceito_de_sociedade_civil.pdf> Acesso em: 16 fev. 2018.

TÖNNIES, F. *Comunidad e sociedad*. Tradução José Rovira Armengol. Buenos Aires: Losada, 1947. 321 p.

_____. *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*. In: **FERNANDES, F. (Org.). Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 96-116

TUDE, J. M. *Conceitos gerais de políticas públicas*. In: **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010. Disponível em:

<<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24132.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

WEBER, M. *Comunidade e sociedade como estruturas de socialização*. In: **FERNANDES, F. Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1978.

_____, M. **A política como vocação**. IN: *Economia e sociedade* cap. IV. 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/09.08.Weber,A_politica.pdf> Acesso em 18 mar. 2017.

WINCKLER, Carlos R; MOURA NETO, Bolivar T. *Welfare state à brasileira*. **Revistas eletrônicas FEE**, Porto Alegre, v. 19. n. 4. p. 108-131, 1992. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/527/763>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

ANEXOS

TABELAS UTILIZADAS: SIDRA IBGE (2010)

- **Tabela 185** - Domicílios particulares permanentes por situação e número de moradores;
- **Tabela 202** - População residente, por sexo e situação do domicílio;
- **Tabela 1381** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, Valor do rendimento nominal médio mensal e mediano mensal, das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e com rendimento, segundo o sexo e a cor ou raça;
- **Tabela 1394** - Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário;
- **Tabela 1395** - Domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a forma de abastecimento de água, o destino do lixo e a existência de energia elétrica;
- **Tabela 1552** - População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo a forma de declaração da idade e a idade
- **Tabela 1699** - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, total, alfabetizadas e Taxa de alfabetização por sexo;
- **Tabela 3168** - Domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal dos domicílios particulares permanentes, total e com rendimento domiciliar, segundo a situação do domicílio, o tipo de domicílio, a condição de ocupação e a existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário;
- **Tabela 3218** - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, segundo a existência de banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário, o destino do lixo e a existência de energia elétrica.

Figura 25 - Aplicação de dados no Microsoft Excel[®]

BAIRROS	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas (Pessoas)	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO POR BAIRRO
ACÁCIO FIGUEIREDO	7661	6596	86.10%
ALTO BRANCO	7506	6821	90.87%
ARAXÁ	1326	943	71.12%
BELA VISTA	5272	4788	90.82%
BODOCONGÓ	12004	11155	92.93%
CASTELO BRANCO	2492	2293	92.01%
CATOLÉ	17080	15998	93.67%
CENTENÁRIO	7225	6539	90.51%
CENTRO	6901	6708	97.20%
CIDADES	4784	3733	78.03%
CONCEIÇÃO	3082	2883	93.54%
CRUZEIRO	11891	11131	93.61%
CUITÉS	1607	1210	75.30%
DINAMÉRICA	4552	4271	93.83%
DISTRITO INDUSTRIAL	1970	1543	78.32%
ESTAÇÃO VELHA	2738	2372	86.63%
ITARARÉ	2682	2609	97.28%
JARDIM CONTINENTAL	1804	1396	77.38%
JARDIM PAULISTANO	6954	6643	95.53%
JARDIM QUARENTA	2423	2213	91.33%
JARDIM TAVARES	3062	2918	95.30%
JEREMIAS	8750	7264	83.02%
JOSÉ PINHEIRO	13662	11810	86.44%
LAURITZKA	7492	7492	100.00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

Elaboração: Própria baseado nos dados extraídos do IBGE, 2016.